

Relatório de Atividades - 2021

RELATO INTEGRADO

 **TRT-7ª REGIÃO**
Ceará



Relatório de Atividades do exercício de 2021, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação das atividades das unidades judiciais e administrativas de acordo com as disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Secretaria-Geral da Presidência

Ficha Técnica

Participaram da elaboração deste Relatório de Atividades todas as secretarias e setores específicos e singulares integrantes do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Ele é produto da construção coletiva e orientado pelas boas práticas prospectadas em organizações públicas.

PRESIDENTE DO TRT7

Desembargadora Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

Secretário-Geral da Presidência

Fernando Antonio de Freitas Lima

Diretora-Geral

Neiara São Thiago Cysne Frota

APOIO TÉCNICO

Secretária de Gestão Estratégica

Patricia Cabral Machado

Seção de Memória

Cláudia Giovana Lopes Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Estagiário de Design

Atyla Freire Torres

Sumário

MENSAGEM DA
PRESIDENTE

7

COMPOSIÇÃO DO
TRIBUNAL

10

TRT EM FOCO

13

PRESIDÊNCIA

20

VICE-PRESIDÊNCIA

23

CORREGEDORIA
REGIONAL

24

Sumário

OUVIDORIA

27

ESCOLA JUDICIAL - CAPACITAÇÃO
DE MAGISTRADOS E
SERVIDORES

31

CEJUSC

34

PROGRAMAS
NACIONAIS

35

AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

41

O TRT7 - VISÃO GERAL

45

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
E GOVERNANÇA

49

Sumário

DIRETORIA-GERAL

52

SECRETARIA
JUDICIÁRIA

53

GESTÃO DE RISCOS E
CONTROLES INTERNOS

55

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA

63

GESTÃO
DE PESSOAS

89

GESTÃO DE SAÚDE E
QUALIDADE DE VIDA

98

GESTÃO DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS

101

Sumário

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

108

GESTÃO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

116

GESTÃO PATRIMONIAL E
INFRAESTRUTURA

118

GESTÃO DE SEGURANÇA
PATRIMONIAL E DE AUTORIDADES

123

O CERIMONIAL DO TRT7

125

GESTÃO DOCUMENTAL
E DA MEMÓRIA

127

GESTÃO DE AUDITORIA INTERNA

130

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Desembargadora Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno



Apresento à comunidade jurídica e à sociedade civil, o “Relatório Anual de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – Ano base 2021”, formado pelas medidas implementadas no ano de 2021, objetivando uma gestão, cada vez mais, transparente, pautada na responsabilidade orçamentária e eficiente na persecução de sua finalidade última, a entrega jurisdicional.

O ano de 2021, que marcou os 80 anos da Justiça Laboral, continuou pautado por medidas de restrição orçamentária, provocada pela limitação de gastos públicos imposta pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, exigindo maior fortalecimento do sistema de governança institucional (fluxo de informações, processos de trabalho e atividades relacionadas à avaliação, direcionamento e monitoramento da organização), intensificado pelas dificuldades ainda geradas pela Pandemia do Covid-19. Não obstante o cenário, no âmbito dos indicadores e metas, os resultados de 2021 demonstram o atendimento às determinações estabelecidas.

No que diz respeito à gestão orçamentária e financeira, cumpriu-se às disposições inerentes à responsabilidade orçamentária. Consignou-se ao Tribunal uma dotação de recursos (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021) no montante de R\$ 462.223.323,00, no exercício finan-

ceiro de 2021, para o desempenho da sua missão institucional. Os recursos ordinários, contemplados pela Lei Orçamentária Anual, foram distribuídos de acordo com a seguinte estrutura de gastos: despesas com pessoal e encargos sociais, despesas de custeio e despesas de investimentos. A despesa liquidada no exercício de 2021 atingiu o montante de R\$ 463.296.211,00, representando 99,58% da dotação empenhada, tendo sido inscrito em restos a pagar não processados o montante de R\$ 1.936.337,41.

Da análise dos resultados contábeis, vale registrar que se verificou um aumento no resultado patrimonial, bem como um acréscimo nas despesas com aposentadorias e reformas, indicando a tendência de afastamento dos servidores ativos por aposentadoria, e um maior incremento no valor destinado ao pagamento de pensões por morte, em razão direta do aumento do auxílio-funeral despendido em 2021. Constatou-se, todavia, que as despesas com material de consumo e prestação de serviços, que haviam sido drasticamente reduzidas no exercício de 2020 em virtude da pandemia de COVID-19, particularmente em razão do trabalho remoto, apesar de terem um aumento considerável em 2021, com o processo de retomada das atividades presenciais, não atingiram os valores realizados nos anos que antecederam à Covid-19.

No que diz respeito às medidas de segurança, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região investiu R\$ 267.003,67 (duzentos e sessenta e sete mil, três reais e sessenta e sete centavos) na Implantação do Sistema de Combate a Incêndio no Edifício Anexo I do Complexo TRT7 Sede Aldeota (PROAD nº 2300/2021), que consiste na execução do Sistema de Proteção contra Descarga Atmosféricas (SPDA), na implantação do Sistema de Detecção de Fumaça e na execução da Rede de Hidrantes.

Acrescente-se, quanto à Gestão Patrimonial e de Infraestrutura, no exercício de 2021, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região contratou e instalou o Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica conectada à Rede, no Fórum Trabalhista da Região do Cariri, localizado em Juazeiro do Norte.

A primeira usina fotovoltaica da Justiça do Trabalho da 7ª Região foi entregue em dezembro de 2021 e inaugurada em 21 de janeiro de 2022, com expectativa de impactos significativos em termos de economia de recursos públicos e de redução de emissões de gases de efeito estufa, cujo investimento, no montante de R\$ 847.020,00 (oitocentos e quarenta e sete mil e vinte reais), tem previsão de retorno em apenas 04 (quatro) anos, pela economia de energia elétrica que será obtida, trazendo energia limpa para suprir o

Fórum Desembargador do Trabalho Paulo da Silva Porto, que compreende três unidades judiciais em Juazeiro do Norte, e beneficia mais seis fóruns trabalhistas no Estado.

Registre-se, ainda, a inauguração do Fórum de São Gonçalo do Amarante (Fórum Laís Maria Rossas Freire), representando o indeclinável compromisso do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região em oferecer melhor serviço, com estrutura mais adequada, a seus jurisdicionados, contribuindo ao pleno exercício de sua cidadania.

Destaca-se que o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará inaugurou o seu Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Inova7 (Resolução Normativa TRT7 nº 12, de 04 de junho de 2021 e Ato nº 114, de 12 de agosto de 2021), objetivando promover atividades para difundir a cultura de inovação e favorecer o alcance de metas regionais e nacionais.

No que se refere à Tecnologia da Informação e Comunicação, as principais iniciativas e resultados obtidos no âmbito administrativo foram: implantação da versão 4.0 do Processo Administrativo Eletrônico (PROAD) e do portal para acesso pelo público externo; Projeto LGPD – Registro de Tratamento de Dados Pessoais dos Sistemas TRT7; Atualização do SIGP/Folha, implantação do conector eSocial, bem como do Sistema de

Gestão de Saúde (Projeto Cuidar+); Página no site com os endereços do Balcão Virtual, Audiências Telepresenciais, Whatsapp Business e Telefones das Unidades Judiciárias; Hotsite LGPD, para o Laboratório de Inovação e para a Divisão de Saúde (Projeto Cuidar+); Pautas de Audiências do dia no site e app JTe.

De acordo com os resultados do iGovTIC-JUD, IGG do TCU e Prêmio CNJ de Qualidade, a Justiça do Trabalho do Ceará apresentou, no ano de 2021, evolução também no seu índice de gestão de tecnologia da informação e comunicação. O TRT/CE permanece com o “Índice Aprimorado” conferido em diagnóstico anual no nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento, além de obter pontuação máxima nos itens que tratam do Plano de Transformação Digital do órgão.

No ano de 2021, a Justiça do Trabalho do Ceará empossou 23 (vinte e três) novos servidores, aprovados no concurso público ocorrido em outubro de 2017, bem como 3 (três) novos juizes contemplados no procedimento nacional de remoção, tudo em observância à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Quanto às ações no âmbito da Gestão Estratégica, foi publicado o Ato TRT7.GP.nº 64, de 04 de junho de 2021, aprovando o Plano Estratégico

para o período de 2021 a 2026, em consonância com a Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020 e com a Resolução CSJT nº 290, de 20 de maio de 2021.

Com base nas informações disponibilizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em termos de levantamento e Gestão Públicas, verificou-se que o TRT7 alcançou resultados positivos expressivos em relação ao levantamento de 2018.

O Tribunal alcançou o nível Aprimorado no que se refere à Governança Pública e o nível intermediário no que se refere à Gestão de Pessoas e à Gestão de Contratações, demonstrando, mediante os resultados obtidos, os intensos e contínuos esforços do TRT7 para a melhoria da gestão e da governança.

Em 2021, foram ainda alavancadas ações de transparência com a disponibilização de painéis de gestão (Bi's – Business Intelligence) para o amplo acesso aos resultados do TRT7.

O ano de 2021 também foi marcado pela normatização, no âmbito deste Regional, da Política de Integridade (Resolução Normativa TRT7 nº 10, de 04 de junho de 2021), objetivando prevenir, detectar, punir e remediar fraudes e possíveis atos de corrupção, bem como do Código de Conduta da Alta Administração (Resolução Normativa TRT7 nº 9, de 04

de junho de 2021), tornando claras as regras éticas de conduta, viabilizando a sociedade verificar a integridade e a lisura do processo decisório jurisdicional.

Institui-se, ainda, a Política de Privacidade de Proteção de Dados Pessoais, por meio da Resolução Normativa TRT7 N. 1, de 22 de janeiro de 2021, objetivando definir e divulgar as regras de tratamento de dados nas práticas jurisdicionais e administrativas no âmbito deste Regional, tendo sido o primeiro TRT do Brasil a regulamentar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em suas atividades, sendo complementar à Política de Segurança da Informação já existente no órgão.

Na ambiência da prestação jurisdicional, destacam-se como principais iniciativas e resultados: atualização do Sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje) com 8 novas versões; Balcão virtual (de importância fundamental durante a Pandemia); Implantação do Pje Mídias Desktop para o envio de mídias por advogados; Implantação de sistema para videoconferências e sustentação oral a distância; aprimoramento do Sistema GEMINI – Agrupamento de recursos no segundo grau por similaridade com recursos já julgados (Precedentes); Implantação do Sistema de Jurisprudência do TST/TRT23 e a readequação da Biblioteca Digital.

Registre-se, ainda, o lançamento do novo sistema de pesquisa de jurisprudência integrado ao PJe, mais preciso, acrescentando inovações como: busca simultânea de vários tipos de documentos; ferramenta “captcha” oculta para evitar consulta por robôs; ícone de informação que exibe dados sobre o PJe; documento em formato aberto e editável; além de uniformização com a plataforma de pesquisa de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Registre-se que a Justiça Laboral do Ceará é destaque no ranking do Índice Nacional de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGest), incluindo 03 (três) varas do trabalho do Estado entre as 15 (quinze) com melhor desempenho no Brasil.

Acrescente-se que a Justiça Laboral cearense obteve o selo de monitoramento ambiental da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), gerida pelo Ministério do Meio Ambiente, pela terceira vez.

Registre-se, quanto à Sustentabilidade Ambiental, que o TRT7 obteve resultados expressivos, ganhando destaque no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário. Ressalte-se que este Regional participou ativamente do trabalho de elaboração do Novo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, por meio do Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do

Trabalho, representado pela Coordenadora do Subcomitê da Região Nordeste (Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº 196/2019), servidora deste Regional.

Ressalte-se, ademais, que a campanha conscientização “Vozão no Combate ao Trabalho Infantil”, idealizada pelo Ceará Sporting Club em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (TRT/CE), conquistou o primeiro lugar do Samba Digital Awards 2020, na categoria “Ação Social”, sendo finalista do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça.

A Justiça do Trabalho Cearense recebeu, ainda, pela segunda vez, o Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio, cujo resultado é obtido a partir da avaliação dos estagiários sobre diversos atributos que caracterizam as melhores condições de estágio, concorrendo com órgãos públicos, empresas privadas e de economia mista e instituições do terceiro setor

No âmbito dos processos de licitação e de firmação de contratos, a Administração do Tribunal, contando com a Coordenadoria Jurídica Administrativa e a Seção de Conformidade de Registro de Gestão, garantem a conformidade das contratações com as normas vigentes e de boas práticas, sendo as licitações ocorridas na referida gestão sido consideradas relevantes, não só em face dos objetivos estratégicos constantemente buscado pelo Tribunal

(promoção da melhoria na gestão de pessoas e da qualidade de vida; aprimoramento da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação; fortalecimento dos processos de governança e combate à corrupção e asseguramento da efetividade da prestação jurisdicional e garantia dos direitos da cidadania).

Ademais, como medida intensificadora das ações de solidariedade, deu-se continuidade ao “Projeto Fada Madrinha” (Ato TRT7 n 177/2018), com diversas ações sociais, cursos, oficinas, clube de leitura, tendo papel fundamental no recrutamento de estagiários e no incremento das suas condições de atividades.

Acrescente-se que o “Incentivo à Participação Institucional Feminina” é prioridade no âmbito do TRT7, tendo sido reconstituída a Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina, por meio da Portaria 82/2021, em observância à Resolução CNJ n. 255/2018.

Quanto ao Memorial, no ano em que a Justiça do Trabalho completou 80 (oitenta) anos de existência, produziu-se um rico material sobre a história da Justiça Laboral no Estado do Ceará, que agrega documentos digitais e referências para acesso aos acervos históricos acumulados pelos órgãos da Justiça do Trabalho.

O ano de 2021 foi, ainda, marcado por intensa atividade no âmbito da Saúde, particularmente quanto à valorização da saúde mental, com a promoção de inúmeros eventos, objetivando identificar possíveis fatores de risco em meio ao atual contexto, incluindo reação às situações de isolamento social, teletrabalho e a outras decorrentes da Pandemia da Covid-19, a fim de promover a prevenção.

Mesmo diante das consequências advindas da Covid-19 e de adversidades diversas, constatou-se um contexto de resultados positivos no cumprimento das metas em 2021, o que não teria sido possível sem o empenho e a dedicação de magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e terceirizados(as), que continuarão dedicados ao aprimoramento de seus serviços, com foco na prestação jurisdicional célere e efetiva e na escorregada destinação dos recursos públicos dentro do planejamento institucional.

Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Desembargadora-Presidente do TRT7

Biênio 2021/2022

Composição do Tribunal



Desembargadora do Trabalho
Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Presidente



Desembargadora do Trabalho
Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Vice-Presidente



Desembargador do Trabalho
Paulo Régis Machado Botelho
Corregedor Regional



Desembargador do Trabalho
José Antonio Parente da Silva
Decano do Tribunal



Desembargador do Trabalho
Cláudio Soares Pires



Desembargadora do Trabalho
Maria José Girão
Vice-Diretora de Escola Judicial



Desembargadora do Trabalho
Maria Roseli Mendes Alencar



Desembargador do Trabalho
Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior
Diretor da Escola Judicial



Desembargador do Trabalho
Plauto Carneiro Pôrto
Ouvidor-Geral



Desembargador do Trabalho
Jefferson Quesado Júnior



Desembargador do Trabalho
Durval César de Vasconcelos Maia



Desembargador do Trabalho
Francisco José Gomes da Silva
Vice-Diretor da Escola Judicial



Desembargador do Trabalho
Emmanuel Teófilo Furtado



Desembargador do Trabalho
Clóvis Valença Alves Filho
Ouvidor-Geral Substituto

Varas do Trabalho

Juízes Titulares

1ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz José Maria Coelho Filho

2ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz Rafael Marcilio Xerez

3ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz Germano Silveira de Siqueira

4ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juíza Maria Rosa de Araújo Mestres

5ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juíza Rossana Raia dos Santos

6ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juíza Milena Moreira de Sousa

7ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz Francisco Antônio da Silva Fortuna

8ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz Konrad Saraiva Mota

9ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz Francisco Gerardo de Souza Júnior

10ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juíza Ivânia Silva Araújo

11ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juíza Christianne Fernandes C. Diógenes Ribeiro

12ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz Antônio Teófilo Filho

13ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz Sinézio Bernardo de Oliveira

14ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juíza Suyane Belchior Paraiba de Aragão

15ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz João Carlos de Oliveira Uchoa

16ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juíza Aldenora Maria de Sousa Siqueira

17ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz José Henrique Aguiar

18ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA
Juiz Carlos Alberto Trindade Rebonatto

VARA DO TRABALHO DE ARACATI
Juíza Rosa de Lourdes Azevedo Bringel

VARA DO TRABALHO DE BATURITÉ
Juíza Lena Marcilio Xerez

1ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI
Juiz Fabrício Augusto Bezerra e Silva

2ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI
Juiz André Esteves de Carvalho

3ª VARA DO TRABALHO DA REGIÃO DO CARIRI
Juiz Eliude dos Santos Oliveira

1ª VARA DO TRABALHO DE CAUCAIA
Juiz Antônio Gonçalves Pereira

2ª VARA DO TRABALHO DE CAUCAIA
Juiz Hermano Queiroz Júnior

VARA DO TRABALHO DE CRATEÚS
Juíza Daniela Pinheiro Gomes Pessoa

VARA DO TRABALHO DO EUSÉBIO
Juíza Laura Anisia Moreira de Sousa Pinto

VARA DO TRABALHO DE IGUATU
Juiz Jaime Luis Bezerra Araujo

VARA DO TRABALHO DE LIMOEIRO DO NORTE
Juíza Regiane Ferreira Carvalho Silva

1ª VARA DO TRABALHO DE MARACANAÚ
Juíza Rossana Tália Modesto Gomes Sampaio

2ª VARA DO TRABALHO DE MARACANAÚ
Juiz Mateus Miranda de Moraes

VARA DO TRABALHO DE PACAJUS
Juíza Kelly Cristina Diniz Porto

VARA DO TRABALHO DE QUIXADÁ
Juiz Marcelo Lima Guerra

VARA DO TRABALHO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
Juíza Fernanda Monteiro Lima Verde

1ª VARA DO TRABALHO DE SOBRAL
Juíza Camila Miranda De Moraes

2ª VARA DO TRABALHO DE SOBRAL
Juiz Lucivaldo Muniz Feitosa

VARA DO TRABALHO DE TIANGUÁ
Juiz Lúcio Flávio Apoliano Ribeiro

Varas do Trabalho

Juízes Substitutos

Gláucia Maria Gadelha Monteiro

Taciana Orlovicin Gonçalves Pita

Adalberto Ellery Bareira Neto

Kaline Lewinter

André Braga Barreto

Rafael de Souza Carneiro

Daiana Gomes Almeida

Carlos Leonardo Teixeira Carneiro

Liana Maria Freitas de Sá Cavalcante

Naira Pinheiro Rabelo de Alencar

Raquel Carvalho Vasconcelos Sousa

Filipe Bernardo da Silva

Ronaldo Solano Feitosa

Luciana Jereissati Nunes

Vladimir Paes de Castro

Jammyr Lins Maciel

Ana Caroline Bento Maciel Freitas

Antonio Célio Martins Timbó Costa

Manuela de Albuquerque Viana

Karla Yacy Carlos da Silva

Jean Fábio Almeida de Oliveira

Ney Fraga Filho

Mauro Elvas Falcão Carneiro

Raimundo Dias de Oliveira Neto

Rafaela Soares Fernandes

Tiago Brasil Pita

Maria Rafaela de Castro

Ana Paula Barroso Sobreira Pinheiro

Jorgeana Lopes de Lima

TRT em Foco



13/01/2021 - Desembargadores do TRT/CE visitam complexo penitenciário em Itaitinga



26/05/2021 - Sindissétima colabora com a campanha solidária da Justiça do Trabalho e doa cestas básicas



22/01/2021 - Primeira Sessão do Tribunal Pleno em 2021



02/07/2021 - Projeto Fada Madrinha do Justiça do Trabalho do Ceará realiza doações a ONG de animais abandonados

TRT em Foco



09/08/2021 - Presidente do TRT/CE é homenageada na cerimônia de 130 anos do Ministério Público do Ceará



23/08/2021 - Encerramento da correição ordinária na Vara do Trabalho de Limoeiro do Norte



20/08/2021 - Encerramento da correição ordinária realizada no Tribunal Regional do Trabalho do Ceará



26/08/2021 - Correição ordinária na Vara do Trabalho de Aracati

TRT em Foco



28/09/2021 - Visita ao laboratório de inovação da Unifor



01/10/2021 - Inauguração do Laboratório do Inova7



30/09/2021 - Semana da Inovação na Justiça do Trabalho do Ceará



13/10/2021 - Recadastramento de pensionistas e aposentados

TRT em Foco



14/10/2021 - Oficina Fada Madrinha: orientações profissionais e elaboração de currículo



18/10/2021 - Correição ordinária na Vara do Trabalho de Sobral



18/10/2021 - Correição ordinária na Vara do Trabalho de Crateús



18/10/2021 - Palestra do Integra7

TRT em Foco



27/10/2021 - Correição ordinária na Vara do Trabalho de Tianguá



28/10/2021 - Dia do Servidor: entrega do Prêmio Excelência Funcional



27/10/2021 - Feira de alimentos orgânicos orgânicos como parte das comemorações do Dia do Servidor



28/10/2021 - Lançamento "Odisseias Literárias: coletânea de escritos dos servidores e magistrados do TRT 7ª Região III"

TRT em Foco



12/11/2021 - Aposição da foto oficial do desembargador Plauto Carneiro Porto



26/11/2021 - Ação Social do Programa Fada Madrinha na Associação Madre Paulina



19/11/2021 - Inauguração da Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante



03/12/2021 - Almoço de confraternização na Presidência com desembargadores

TRT em Foco



03/12/2021 - Entrega de armas de eletrochoque aos seguranças da Justiça do Trabalho do Ceará



15/12/2021 - Natal Solidário: entrega dos presentes à associação de catadores do Jangurussu



10/12/2021 - Confraternização natalina da Justiça do Trabalho do Ceará



17/12/2021 - Entrega da medalha da Ordem do Mérito Alencarina

Presidência

O ano de 2021, não obstante os efeitos ainda negativos do cenário disruptivo causado pela Pandemia da Covid-19, mostrou-se próspero, no âmbito dos indicadores, metas e resultados.

Quanto aos expedientes elaborados pela Presidência e suas áreas de apoio, merecem destaque:

Expedientes elaborados em 2021	
Atos da Presidência	225
Atos Conjunto da Presidência/Corregedoria	4
Ato Conjunto da Presidência/Escola	1
Portarias da Presidência	215
Ofícios (inclusive circulares) da Presidência	355
Ofícios (inclusive circulares) da Secretaria-Geral da Presidência	200

Quanto aos normativos expedidos pelo Presidente do Tribunal, de forma isolada ou em conjunto, e as proposições de iniciativa da Presidência, aprovadas pelo Pleno do Tribunal, merecem destaque:

- ▶ Ato TRT7.GP.nº 64, de 04 de junho de 2021 - Aprova o Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região para o período de 2021 a 2026 e dá outras providências;
- ▶ Resolução Normativa TRT7 nº 9, de 04 de junho de 2021 - Institui o Código de Conduta da Alta Administração e dos Gestores Administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7);

▶ Resolução Normativa TRT7 nº 10, de 04 de junho de 2021- Estabelece a Política de Integridade do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7);

▶ Resolução Normativa TRT7 N. 1, de 22 de janeiro de 2021 - Institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7);

▶ Portaria 82/2021 - Reconstitui a comissão, composta na Portaria TRT7. GP Nº 120, de 26 de agosto de 2020, que instituiu a Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7);

▶ Ato TRT7.GP.nº 144, de 24 de setembro de 2021 - Institui o Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7);

▶ Ato TRT7.GP.nº 143, de 23 de setembro de 2021 - Institui o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7);

▶ Ato TRT7.GP.nº 142, de 23 de setembro de 2021 - Institui o Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7);

▶ Ato TRT.GP nº 227, de 29 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a criação dos CEJUSCs de 1º e 2º Grau, transformação e criação de funções comissionadas.

A Presidência conduziu os seguintes processos de promoção de magistrados:

- ▶ Preenchimento de 01(uma) vaga para juiz do trabalho substituto, por meio do Edital nº 4, de 9 de novembro de 2021 (PROAD n. 5928/2021);
- ▶ Preenchimento de 02(duas) vagas para juiz do trabalho substituto, por meio do Edital nº 4, de 7 de junho de 2022 (PROAD n. 18/2022).

No ano de 2021, a Justiça do Trabalho do Ceará empossou 23 (vinte e três) novos servidores, aprovados no concurso público ocorrido em outubro de 2017.

Registre-se, ainda, que no ano de 2021, 2.767 processos administrativos eletrônicos foram encaminhados por outras unidades para apreciação da Presidência/Secretaria-Geral da Presidência e 2.817 processos administrativos eletrônicos foram despachados pela Presidência/Secretaria-Geral da Presidência.

Além dos marcadores acima referenciados, o ano de 2021 foi evidenciado por conquistas e entregas importantes. O TRT7 foi agraciado com:

- ▶ Destaque no ranking do Índice Nacional de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGest), incluindo 03 (três) vara do trabalho do Estado entre as 15 (quinze) com melhor desempenho no Brasil;



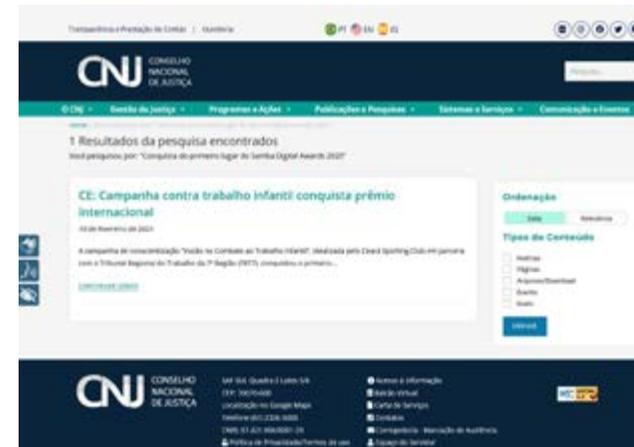
Print da página institucional do TRT7 com notícias da intranet

- ▶ Obtenção do selo de monitoramento ambiental da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), gerida pelo Ministério do Meio Ambiente, pela terceira vez;



Print da página institucional do TRT7 com notícias da intranet

- ▶ Conquista do primeiro lugar do Samba Digital Awards 2020, na categoria “Ação Social”, sendo finalista do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na campanha conscientização “Vozão no Combate ao Trabalho Infantil”, idealizada pelo Ceará Sporting Club em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (TRT/CE);



Print da página institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- ▶ Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio, pela segunda vez, cujo resultado é obtido a partir da avaliação dos estagiários sobre diversos atributos que caracterizam as melhores condições de estágio, concorrendo com órgãos públicos, empresas privadas e de economia mista e instituições do terceiro setor; No campo da prestação jurisdicional, destaca-se como principais iniciativas e resultados no âmbito do TRT7:



Print da página institucional do CIEE

No campo da prestação jurisdicional, destaca-se como principais iniciativas e resultados no âmbito do TRT7:

- ▶ Atualização do Sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje) com 8 novas versões;
- ▶ Balcão virtual (de importância fundamental durante a Pandemia);
- ▶ Implantação do Pje Mídias *Desktop* para o envio de mídias por advogados;
- ▶ Implantação de sistema para videoconferências e sustentação oral a distância;
- ▶ Aprimoramento do Sistema GEMINI – Agrupamento de recursos no segundo grau por similaridade com recursos já julgados (Precedentes);
- ▶ Implantação do Sistema de Jurisprudência do TST/TRT23 e a readequação da Biblioteca Digital.

Registre-se, ainda, o lançamento do novo sistema de pesquisa de jurisprudência integrado ao Pje, mais e preciso, acrescentando inovações como:

- ▶ busca simultânea de vários tipos de documentos;
- ▶ ferramenta “captcha” oculta para evitar consulta por robôs;
- ▶ ícone de informação que exibe dados sobre o Pje;
- ▶ documento em formato aberto e editável;

Além de uniformização com a plataforma de pesquisa de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Importante salientar a inauguração do Fórum de São Gonçalo do Amarante (Fórum Laís Maria Rossas Freire), representando o indeclinável compromisso do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região em oferecer melhor serviço, com estrutura mais adequada, a seus jurisdicionados, contribuindo ao pleno exercício de sua cidadania.



Print da página do TRT7 com notícias no site institucional

Destaca-se que o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará inaugurou o seu Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Inova7 (Resolução Normativa TRT7 nº 12, de 04 de junho de 2021 e Ato nº 114, de 12 de agosto de 2021), objetivando promover atividades para difundir a cultura de inovação e favorecer o alcance de metas regionais e nacionais.



Print da página institucional do TRT7 com notícias da intranet

Quanto aos aspectos à memória, comemorou-se os 80 (oitenta) anos de existência da Justiça do Trabalho, ocasião em que se produziu um rico material sobre a história da Justiça Laboral no Estado do Ceará, que agrega documentos digitais e referências para acesso aos acervos históricos acumulados pelos órgãos da Justiça do Trabalho.

Vice-Presidência



Em observância às atribuições estabelecidas ao vice-presidente, conforme dispõe o art. 35 do Regimento Interno do Tribunal, a Exma Desembargadora Vice-Presidente procedeu o exame e assinatura dos despachos e decisões proferidos nos processos administrativos e judiciais de competência da vice-presidência, bem como nos processos de competência da presidência, nos casos de suspeições, impedimentos, férias, licença médica e demais afastamentos legais da presidente.

A Exma Desembargadora Vice-Presidente procedeu o exame e assinatura dos despachos e decisões proferidos nos processos judiciais de competência da presidência durante o biênio 2021/2022. Foram analisados e assinados despachos e decisões em Recursos de Revista e Precatórios.

Exma Desembargadora Vice-Presidente procedeu o exame e assinatura dos despachos e decisões proferidos em Processos Administrativos de competência da vice-presidência durante o biênio 2021/2022. Foram examinados e assinados 311 processos administrativos no período de 01/01/2021 a 31/12/2022.

O Regimento Interno do TRT 7 estabelece em seu art. 35, inciso V, que compete à Desembargadora Vice-Presidente da Corte presidir as Comissões Permanentes de Regimento Interno e de Jurisprudência.

A Comissão Permanente de Regimento interno, consoante Resolução Administrativa 292/2021, de 22 de janeiro de 2022, é composta pela Desembargadora Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque (Presidente); Desembargadora Maria Roseli Mendes Alencar; Desembargador Clóvis Valença Alves Filho; e Desembargador Paulo Régis Machado Botelho (suplente).

A Comissão Permanente de Jurisprudência, consoante Resolução Administrativa 292/2021, de 22 de janeiro de 2022, é composta pela Desembargadora Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque (Presidente); Desembargador José Antônio Parente da Silva; Desembargador Francisco José Gomes da Silva; e Desembargador Emmanuel Teófilo Furtado (suplente).

Foram realizadas alterações no Regimento Interno para inserir a Ouvidoria como órgão na estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Emenda Regimental 9/2022)

e para adequar a regulamentação dos colegiados temáticos do Tribunal do Trabalho da 7ª Região à Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 325, de 11 de fevereiro de 2022 (Emenda Regimental 10/2022)

Presidiu a Seção Especializada II do TRT 7ª Região, conforme a competência estabelecida no art. 14-H do Regimento Interno do TRT7, realizando 81 sessões de julgamento no biênio 2021/ 2022.

Presidiu Sessões de Julgamento do Tribunal Pleno, nos afastamentos legais da presidente, inclusive a sessão Extraordinária para eleição dos novos dirigentes da corte para o biênio 2023/2024, tendo sido eleitos o Desembargador Durval César de Vasconcelos Maia, presidente, Desembargadora Maria Roseli Mendes Alencar, vice-presidente, Desembargador Clóvis Valença Alves Filho, corregedor-regional, Desembargador José Antonio Parente da Silva, ouvidor, e o Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, diretor da Escola Judicial.

Corregedoria Regional

Das atividades gerais da Secretaria da Corregedoria

No ano de 2021, a Secretaria da Corregedoria Regional procurou desincumbir-se, com celeridade e presteza, das atribuições e encargos a ela confiados, fornecendo assessoramento ao Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional, Desembargador Paulo Regis Machado Botelho.

Nesse desiderato, prestou, ainda, esclarecimentos de caráter administrativo às Secretarias das Varas Trabalhistas, sempre que solicitados, atuando no atendimento ao público, dentre outras rotinas administrativas, conforme seguem detalhadas abaixo.

Da seção de Controle das Designações de Magistrados

A Secretaria da Corregedoria, por meio da Seção de Controle das Designações de Magistrados na jurisdição, mantém-se responsável pela elaboração mensal da planilha e pelo controle diário da substituição dos Magistrados, por força do art. 36, X, do Regimento Interno, bem como das disposições pertinentes da Resolução TRT7 N° 56/2015 e dos Atos Conjuntos n° 01/2015 e 01 e 02/2018 (revogados em 2022 pelo Ato da Corregedoria n° 01/2022).

Demais disso, realizou as seguintes atividades:

- Autuou 4 PROADs de Editais de Demandas de Designações compatíveis com o novel sistema SIGEP – Designações a ser implantado ainda em 2022;
- Autuou 1 (um) PROAD de Diárias e Passagens em virtude de designação de juiz pela Escala de Rodízio para o Interior;
- Expediu 4 (quatro) Editais de demandas mensais para planejamento das designações dos juízes substitutos pertencentes ao Quadro Móvel da Corregedoria;
- Expediu 1 (um) Edital de Vinculação de juiz substituto;
- Expediu 90 (noventa) portarias de designações/vinculações de magistrados substitutos, das quais 12 (doze) são portarias mensais e 1 é portaria de vinculação de juiz substituto a Vara;
- Encaminhou, por e-mail, as 90 (noventa) Portarias para magistrados e unidades judiciárias e para publicação, visando dar transparência às varas, aos juízes e às unidades interessadas; juntou aos autos respectivos as portarias assinadas (PROADs abertos com demandas das varas e no PROAD anual de Designações, n° 85/2021);
- Elaborou 12 (doze) relatórios mensais de Designações e os juntou no PROAD anual de apuração de Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) – PROAD da Diretoria-Geral, n° 69/2021;
- Subsidiou a assessoria do gabinete do Corregedor no que diz respeito à alteração de férias dos juízes de 1º grau, mantendo atualizadas planilhas de apoio a essas alterações;
- Controlou as demandas das Varas do Trabalho e dos magistrados por meio de PROADs, bem como os e-mails da Divisão de Saúde com Avisos de Licença para o escalonamento das ocorrências;
- Expediu e manteve o controle contínuo de Planilhas de Designações de Juízes do Quadro Móvel, Planilhas de Designações de Juízes Vinculados, Quadro Mensal de Juiz por Vara (64), Escala de Designações de Juízes Vinculados e Escala de Designações pelo Rodízio do Interior, com publicação de parte delas na intranet e no sítio do TRT, com o fito de dar transparência às atividades da unidade;
- Elaborou respostas de ofícios e e-mails, notadamente os afetos ao controle da jurisdição e lotação de magistrados;
- Prestou as informações relativas à correição efetivada pela Corregedoria-Geral do TST neste Regional e respectivas recomendações, bem como aquelas atinentes ao quadro de juízes de 1º grau (lotações, vinculações etc.), e, por fim, auxiliou na elaboração do relatório anual das atividades da Secretaria da Corregedoria, notadamente quanto ao quadro de magistrados da 1ª instância.

Da assessoria Técnica de Suporte à Corregedoria (ATSC)

Cadastrou as designações de cada portaria expedida no Sistema de Gerenciamento de Magistrados – SGM, para fins de captação dos parâmetros concessivos da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ; controlou a publicação das referidas portarias no DEJT, inserindo cópias em seus respectivos autos (PROADs)

Autuou PROADs de solicitação de Diárias e Transporte, decorrentes das designações de magistrados para atuação nas varas do interior do Estado, encaminhando-os às unidades competentes.

Da assessoria do Gabinete do Corregedor/Secretário da Corregedoria

Manteve o controle e registro dos processos de natureza administrativa, submetendo-os à assessoria do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor (processos relativos a pedidos de providências, reclamações correicionais, sindicâncias, minutas de pareceres, minutas de despachos/decisões em Proads de naturezas diversas, como os pedidos de alteração/suspensão/interrupção de férias).

A par disso, administrou as comunicações via e-mail e malote digital, bem como realizou atendimento de reclamações/pedidos via telefone em relação a andamento processual etc. e atendimento de ligações de magistrados, na ausência do Secretário da Corregedoria, além de outros atos de competência da Corregedoria.

Elaborou 195 (cento e noventa e cinco) minutas de despachos/decisões em Proads de naturezas diversas.

Expedição de Atos pela Secretaria da Corregedoria

Durante o exercício de 2021, esta Secretaria expediu os atos a seguir indicados:

- Atendeu a inúmeras solicitações de pesquisas, através dos sistemas PJe e e-gestão/SI-COND, e solicitou esclarecimentos e providências em prol da celeridade nas tramitações processuais das unidades judiciárias;
- Confeccionou e enviou para publicação 41 (quarenta e um) editais referentes às Correições Ordinárias realizadas nas Varas do Trabalho da 7ª Região;
- Elaborou e enviou para publicação 39 (trinta e nove) Atas de Correições Ordinárias realizadas nas Varas Trabalhistas;
- Instruiu 11 (onze) Pedidos de Providências;
- Instruiu 18 (dezoito) Reclamações Correicionais ou Correições Parciais;
- Instruiu 04 (quatro) Reclamações Disciplinares;
- Atendeu a todas as demandas de solicitação de informações e de providências, emanadas por despacho da CORREGEDORIA NACIONAL do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, a par da vigência da Resolução CNJ Nº 135/2011, que regulamenta o processo administrativo disciplinar contra magistrados, na forma de processo eletrônico, autuado no Sistema de Processo Eletrônico denominado de e-CNJ;
- Assessorou o Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional nos processos originários de Reclamação Disciplinar, de Representação contra magistrados, Reclamação Correicional ou Correição Parcial, e o efetivo cumprimento das determinações proferidas em despachos interlocutórios e nas decisões monocráticas, à luz da Resolução CNJ Nº 135/2011;
- Elaborou ainda minutas de informações nos processos de natureza administrativa em relação a pedidos de magistrados de 1º grau, com o fim de a jurisdição não sofrer solução de continuidade, notadamente na elaboração de pareceres de autorização para a participação em Congressos/Cursos de aperfeiçoamento.

Convocação/promoção/remoção de Magistrados

A Secretaria da Corregedoria instruiu os seguintes processos administrativos:

- PROAD Nº 2881/2021 de remoção, com vistas ao preenchimento da titularidade da 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza e das vagas sucessivas;
- PROAD Nº 3155/2021 de promoção, por merecimento, para o cargo de Juiz do Trabalho Titular, para preenchimento da vaga da 2ª VT do Cariri;
- PROAD Nº 3155/2020 para promoção, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Trabalho;
- PROAD nº 6986/2019 de promoção, por antiguidade, para Juiz Titular de Vara do Trabalho, com vistas ao preenchimento da vaga existente na Vara do Trabalho de Iguatu;
- PROAD nº 4170/2020 de remoção, com vistas ao preenchimento da titularidade da 3ª Vara do Trabalho da Região do Cariri e das vagas sucessivas;

- PROAD nº 4667/2020 de promoção, pelo critério de merecimento, para Juiz Titular de Vara do Trabalho, com vistas ao preenchimento da vaga da 2ª Vara do Trabalho da Região do Cariri;
- PROAD nº 3924/2020 para composição de listas de antiguidade e merecimento para fins de convocação de Juiz Titular de Vara do Trabalho, nos casos de afastamento dos membros do Tribunal por prazo superior a 30 (trinta) dias.

Vinculação de Juizes Substitutos

A Secretaria da Corregedoria, por força da competência estabelecida no art. 36, X, do RITRT7, autuou processo de vinculação de Juizes Substitutos nas Varas do Trabalho (abaixo indicado) e expediu os respectivos editais e portarias, enviando-os para publicação:

- PROAD Nº 5381/2021 para vinculação, em caráter permanente, de Juiz do Trabalho Substituto, à 17ª Vara do Trabalho de Fortaleza, bem como para as sucessivas vagas.

Correições Ordinárias

O Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional, Desembargador Paulo Regis Machado Botelho, no ano de 2021, realizou Correições Ordinárias presenciais e telepresenciais nas Varas da capital e do interior, em conformidade com o calendário que segue:

CALENDÁRIO DE CORREIÇÕES ANO 2021	
VARAS CAPITAL E INTERIOR	PERÍODO
1ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	25 a 28/01/2021
2ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	25 a 28/01/2021
3ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	01 a 04/02/2021
4ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	01 a 04/02/2021
5ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	08 a 11/02/2021
6ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	08 a 11/02/2021
7ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	22 a 25/02/2021
8ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	22 a 25/02/2021
9ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	22 a 24/03/2021
10ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	22 a 24/03/2021
11ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	05 a 08/04/2021
12ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	05 a 08/04/2021
13ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	12 a 15/04/2021
14ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	12 a 15/04/2021

CALENDÁRIO DE CORREIÇÕES ANO 2021	
VARAS CAPITAL E INTERIOR	PERÍODO
15ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	19 a 22/04/2021
16ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	19 a 22/04/2021
17ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	03 a 06/05/2021
18ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA	13 a 06/05/2021
VARA DO TRABALHO DO EUSÉBIO	10 a 13/05/2021
VARA DO TRABALHO DE SÃO GONÇALO	10 a 13/05/2021
1ª VARA DO TRABALHO DE CAUCAIA	17 a 20/05/2021
2ª VARA DO TRABALHO DE CAUCAIA	17 a 20/05/2021
1ª VARA DO TRABALHO DE MARACANAÚ	07 a 10/06/2021
2ª VARA DO TRABALHO DE MARACANAÚ	07 a 10/06/2021
VARA DO TRABALHO DE PACAJUS	14 a 17/06/2021
VARA DO TRABALHO DE BATURITÉ	14 a 17/06/2021
CENTRAL DE MANDADOS	03 a 05/08/2021
VARA DO TRABALHO DE LIMOEIRO DO NORTE	23 a 26/08/2021
VARA DO TRABALHO DE ARACATI	23 a 26/08/2021
1ª VARA DO TRABALHO DE SOBRAL	08 a 10/09/2021
2ª VARA DO TRABALHO DE SOBRAL	08 a 10/09/2021
VARA DO TRABALHO DE TIANGUÁ	13 a 15/09/2021
VARA DO TRABALHO DE CRATEÚS	14 a 16/09/2021
VARA DO TRABALHO DE IGUATU	20 e 21/10/2021
VARA DO TRABALHO DE QUIXADÁ	21 e 22/10/2021
DIV. EXECUÇÕES UNIFICADAS, LEILÕES E ALIENAÇÕES JUDICIAIS (DEULAJ)	26 a 28/10/2021
1ª VARA DO TRABALHO DO CARIRI	22 a 25/11/2021
2ª VARA DO TRABALHO DO CARIRI	22 a 25/11/2021
3ª VARA DO TRABALHO DO CARIRI	22 a 25/11/2021

O Senhor Corregedor Regional, contando com o apoio dos servidores lotados na Secretaria da Corregedoria, da servidora Sylvianne Fontenelle Santos de Oliveira (Assessora de Gabinete) e da servidora Patrícia Cabral Machado (Secretária de Gestão Estratégica) e com base nos dados extraídos do sistema Pje/JT, e-Gestão, Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (SIGEP-JT), Sistema de Gestão de Magistrados (SGM) e SICOND, bem como nas informações consolidadas pela Secretaria de Gestão Estratégica, no exame dos procedimentos adotados na Secretaria da Vara e dos processos em tramitação, fez o levantamento da quantidade e prazos dos atos de Secretarias e dos Juizes, observando a média para realiza-

ção das tarefas, assim como as pendências de processos concluídos para julgamento, tanto na fase de conhecimento como na execução. Aferiu, ainda, o registro dos valores efetuados pelos Juízos, relativos a pagamentos aos reclamantes, assim como custas processuais e registros de contribuição previdenciária.

ACOMPANHAMENTO DAS METAS PRIORITÁRIAS DO CNJ

Juntamente com a Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística, a Secretaria da Corregedoria realizou o acompanhamento das metas prioritárias do CNJ para o Poder Judiciário:

- Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente;
- Meta 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020, nos 1º e 2º graus;
- Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%;
- Meta 5 - Reduzir em 1 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Destaque-se, por fim, que o Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional, Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, tendo detectado que alguns Juízes detinham elevado acervo de processos concluídos para julgamento, muitos dos quais com os prazos vencidos, e, de conformidade com recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, destacou servidores de seu Gabinete para prestarem auxílio a Magistrados, na tarefa de elaboração de minutas de despachos e sentenças, para posterior conferência e publicação, conforme rol abaixo:

Minutas de despachos e sentenças - Ano 2021		
Ceciliane Marinho Conde de Carvalho	Juíza Rossana Raia (5ª VT Fortaleza)	Fevereiro a dezembro
Annyelly Ferreira Câmara	Juíza Rossana Raia (5ª VT Fortaleza)	Março a setembro
	Juiz Germano Siqueira (3ª VT Fortaleza)	Setembro e outubro
Marcos Vinicius Ramos dos Santos	Juiz Francisco Gerardo (9ª VT Fortaleza)	Fevereiro a junho
	Juiz Germano Siqueira (3ª VT Fortaleza – GETEC)	Outubro a dezembro
Liliana Rita Bastos de Alencar Araripe	Juiz Eliude dos Santos Oliveira (3ª VT Cariri)	1º de agosto a 15 setembro
	Juiz Mauro Elvas Falcão Carneiro (VT São Gonçalo do Amarante e DEULAJ – GETEC)	Outubro a dezembro
Denise Maria Studart Cutrim Ramos	Juiz Francisco Gerardo (9ª VT Fortaleza)	Abril a início de junho

Destaque-se que referida medida tem se mostrado sobremaneira eficaz para a maior efetividade na prestação jurisdicional nessas unidades.

Em conformidade com a RESOLUÇÃO NORMATIVA TRT7 Nº 01, DE 28 DE JANEIRO DE 2022, que regulamenta as atribuições, a organização e o funcionamento da Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7), é de competência da Ouvidoria receber reclamações, denúncias, sugestões, dúvidas, elogios ou manifestações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), que tenham por objeto serviços judiciais e administrativos prestados por quaisquer das unidades da Justiça do Trabalho da 7ª Região.

Cabe ressaltar, que também é atribuição desta Ouvidoria, receber os Pedidos de Informações com base na Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), sendo assim, o setor responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

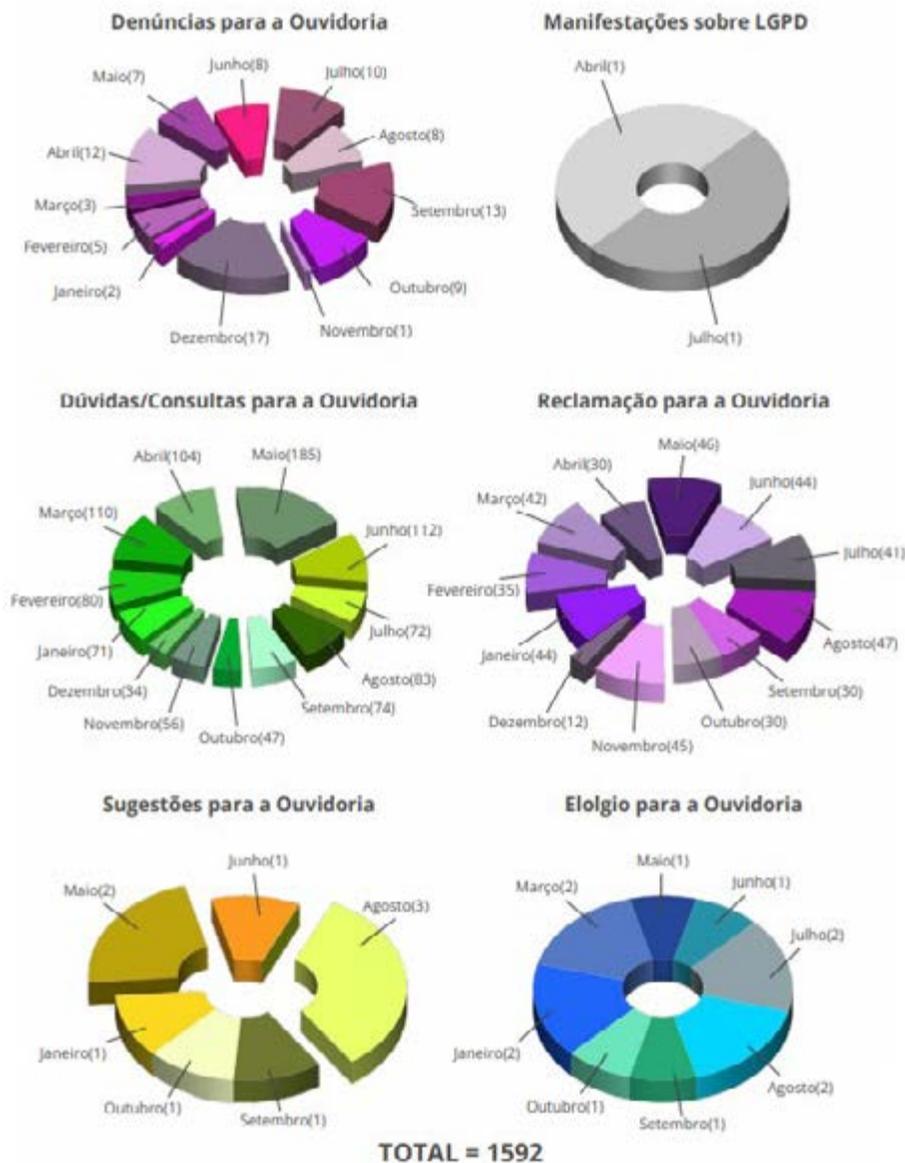
Os canais de acesso à Ouvidoria estão disponíveis no *site* e são os seguintes:

- I- formulário para denúncias, reclamações, dúvidas, consultas, sugestões e/ou elogios
- II- formulário para Pedido de Informações (Lei nº 12.527/2011)
- III- formulário para requerimento relacionado à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)
- IV- email - ouvidoria@trt7.jus.br
- V- correspondência- Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE
- VI- telefone: (85) 3388-9308 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)
- VII- presencialmente - Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)
- VIII- WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)

https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=153&Itemid=996

Seguem a seguir os dados que indicam que foram recebidas 1592 manifestações em 2021, através de formulários preenchidos no site do TRT7, e-mail e mensagens de WhatsApp, dentre elas reclamações, denúncias, sugestões, dúvidas, elogios ou manifestações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA 2021



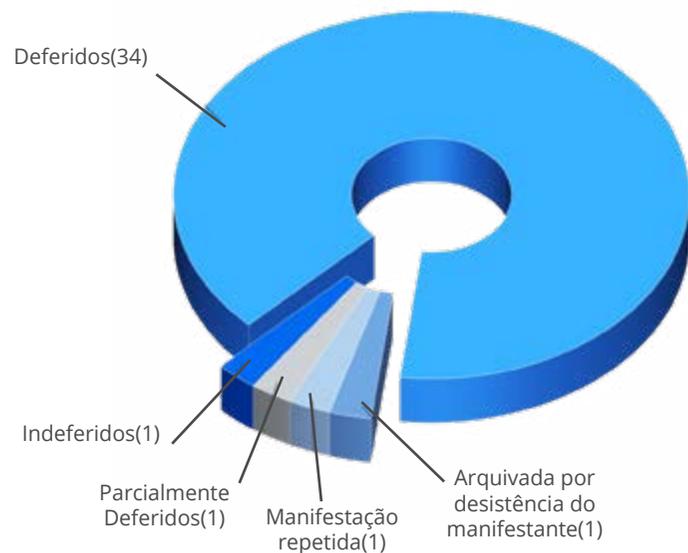
Seguem abaixo os dados que indicam que foram recebidos 50 Pedidos de Informações com base na Lei nº12.527 em 2021, através de formulários preenchidos no site, e-mail e mensagens de WhatsApp.

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES COM BASE NA LEI 1257/11 EM 2021

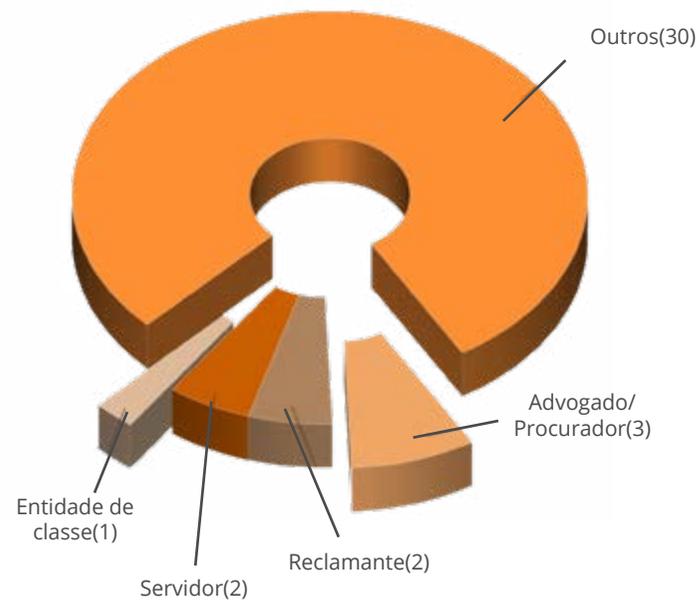
TOTAL: 50

(Janeiro = 4; Fevereiro = 6; Março = 8; Abril = 9; Maio = 7; Junho = 2; Julho = 1; Agosto = 2;
Setembro = 5; Outubro = 3; Novembro = 1; Dezembro = 2)

Quantidade por tipo de resolução



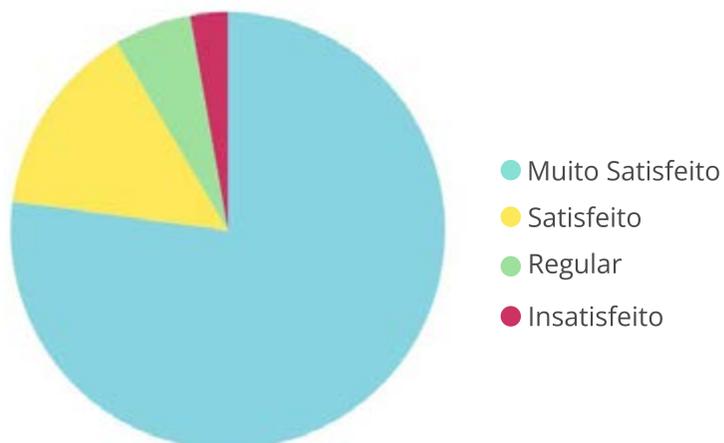
Quantidade por tipo de relacionamento do manifestante com o tribunal



AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

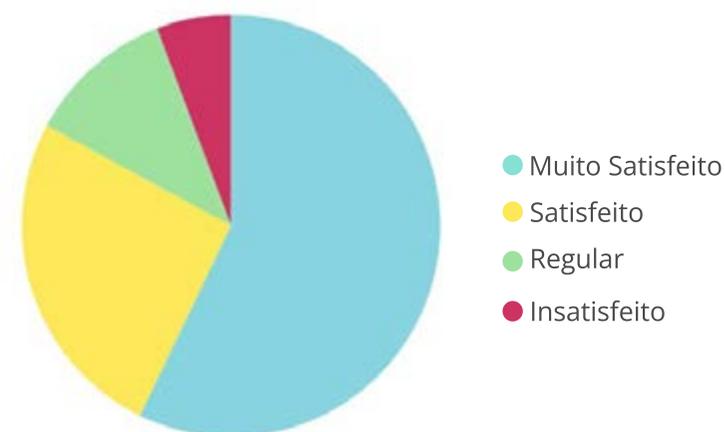
No ano de 2021, foi implantada a Versão 4.3.1.1 do Sistema Proad-Ouv, no qual foi incluída a pesquisa de satisfação sobre os serviços prestados por esta Ouvidoria. Seguem abaixo dados extraídos do mencionado sistema, que revelam o índice de satisfação dos 35 usuários que responderam a pesquisa.

Manifestações por Satisfação no Atendimento



RESPOSTA	QUANTIDADE	%
Muito satisfeito	27	77,1%
Satisfeito	5	14,3%
Regular	2	5,8%
Insatisfeito	1	2,8%
TOTAL	35	100,00%

Manifestações por Satisfação na Solução



RESPOSTA	QUANTIDADE	%
Muito satisfeito	20	57,2%
Satisfeito	9	25,7%
Regular	4	11,4%
Insatisfeito	2	5,8%
TOTAL	35	100,00%

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Divulgada no dia 4 de setembro de 2019, no site do tribunal, a Carta de Serviços ao Cidadão visa informar quais os serviços prestados pela Justiça do Trabalho, como acessar e obter esses serviços, além de informar quais são os compromissos e os padrões de atendimento estabelecidos.

No documento, constam serviços processuais de primeiro e segundo graus, serviços de comunicação, informação e pesquisa, finalizando com serviços de apoio. Missão, visão e valores do Regional também integram o texto da Carta.

Para elaborar o documento, foi criado um grupo de estudos técnicos, formado por integrantes de vários setores do TRT/CE, incluindo esta Ouvidoria, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência. O projeto gráfico e diagramação coube à Divisão de Comunicação Social.

https://www.trt7.jus.br/images//PDF/carta_servicos_trt7_agosto_2019_C.pdf



MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

A Resolução Administrativa N° 377, de 09 de outubro de 2012, passou a regulamentar a LAI, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, bem como as atribuições e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

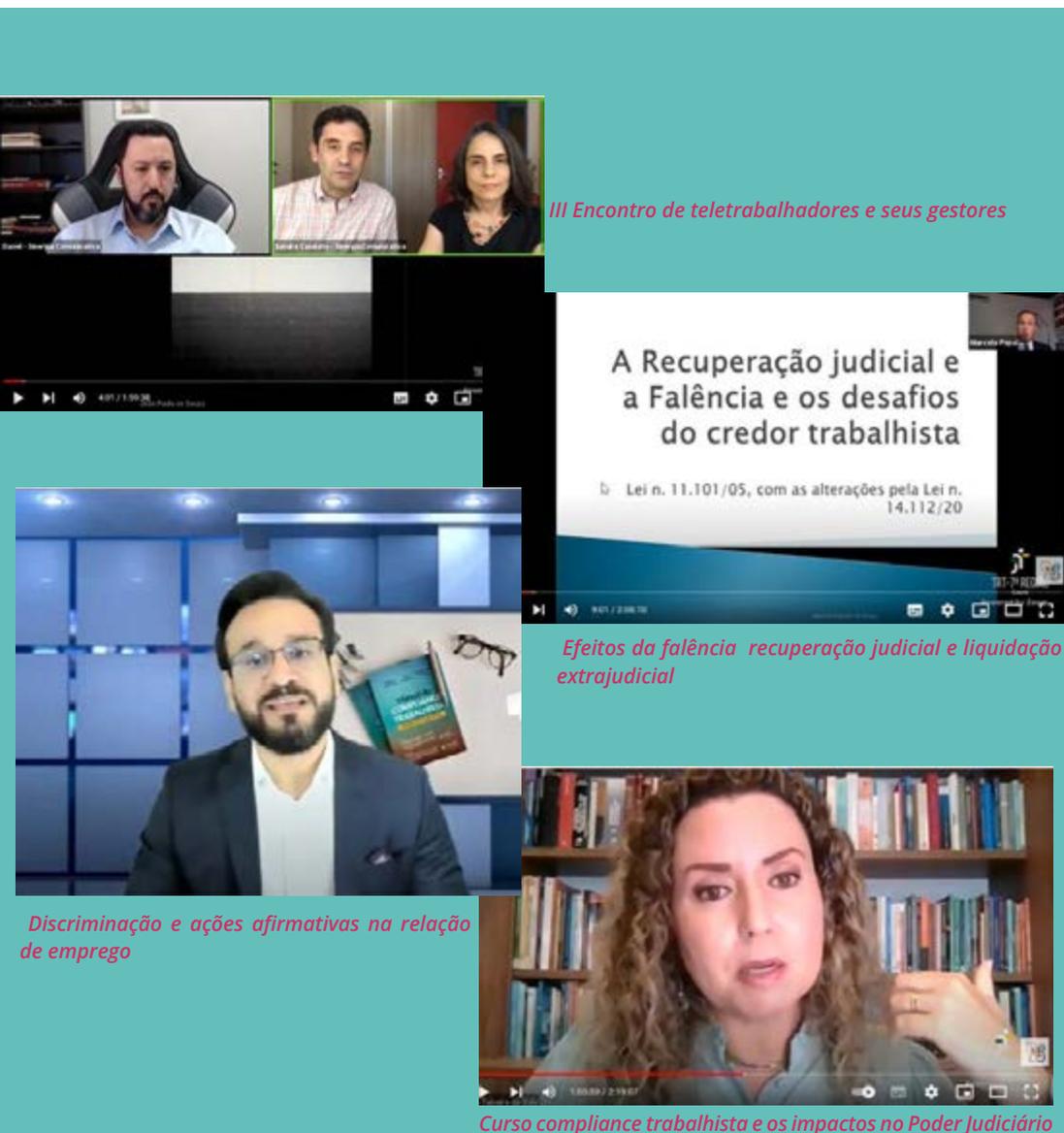
As informações consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão, encontram-se disponíveis no site do Tribunal, no menu Transparência.

Dados relevantes e que conferem transparência às atividades realizadas por este setor, como dados estatísticos, informações sobre a LAI ou SIC, regulamentos, Carta de Serviços ou, ainda, funções da Ouvidoria e os canais de acesso ao cidadão, podem ser encontrados em menu próprio da Ouvidoria, no site. (https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=153&Itemid=996)

SERVIÇOS PROCESSUAIS – PRIMEIRO GRAU			
Serviço	Como utilizar o serviço	Dias e Horários	Contatos e Canais de Acesso
Ajuizar ações trabalhistas de forma verbal ou escrita sem advogado	Apresentar documentos de identificação do reclamante: - dados do reclamado (nome, endereço completo, CNPJ ou CPF) - documentos do contrato de trabalho - extrato analítico do FGTS	2ª a 6ª feira 7h30 às 15h30	Em Fortaleza: Central de Atendimento do PJe Localização: Av. Duque de Caxias, 1150, Centro, Fortaleza/CE Fora de Fortaleza: Varas do Trabalho (ver endereços em www.trt7.jus.br)
Ajuizar ações trabalhistas ou protocolar petições /documentos via Processo Judicial Eletrônico (PJe)	Advogados e peritos que necessitem praticar atos processuais devem possuir acesso à internet, certificação digital e o prévio cadastramento perante os órgãos da Justiça do Trabalho	Disponível 24h Todos os dias	Exclusivamente por meio eletrônico www.trt7.jus.br
Audiências trabalhistas (participar)	- Apresentar documento de identificação - Número do processo - Comparecer no horário designado	2ª a 6ª feira 7h30 às 15h30	Salas de audiências das Varas do Trabalho (ver endereços em www.trt7.jus.br)
Audiências de conciliação (requerer)	Petição no PJe ou preencher formulário disponível no site	Disponível 24h Todos os dias	Site do TRT7 www.trt7.jus.br (Quero Conciliar)
Informações sobre processos	Informar número do processo	Disponível 24h Todos os dias 2ª a 6ª feira 7h30 às 15h30	Site do TRT7: www.trt7.jus.br Central de Atendimento do PJe Av. Duque de Caxias, 1150, Centro, Fortaleza/CE CEP: 60.015-001 Varas do Trabalho (ver endereços em www.trt7.jus.br)
Solicitar carga ou vista dos autos na primeira instância	Ser advogado ou pessoa autorizada por ele Ser parte (vista dos autos)	2ª a 6ª feira 7h30 às 15h30	Varas do Trabalho (ver endereços em www.trt7.jus.br)
Plantão Judicial	Visa atender pedidos de urgência, previstos por regulamento próprio	Recesso, sábado, domingo, feriado e fora do horário de expediente	Fone: (85) 3308-5838
Consulta do andamento dos processos judiciais	Acessar o serviço de consulta pública disponível no site PJe no TRT7 e informar o número do processo	Disponível 24h Todos os dias	Processos Judiciais Físicos: https://portaldeservicos.trt7.jus.br Processos Judiciais Eletrônicos – PJe: https://pje.trt7.jus.br/consultaprocessual

Escola Judicial - capacitação de Magistrados e Servidores

Secretaria Executiva da Escola Judicial



Compõem a estrutura da Secretaria Executiva da Escola Judicial do TRT-7ª Região: Seção de Capacitação e Desenvolvimento do Servidor, Seção de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Assessoria Técnica de Educação a Distância.

Seção de Capacitação e Desenvolvimento do Servidor

A Seção de Capacitação e Desenvolvimento do Servidor realiza atividades de formação e aperfeiçoamento todos os servidores lotados nas áreas administrativa e judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Além da promoção interna de cursos e treinamentos, a SCDS é responsável por informar e gerenciar as contratações de cursos externos, permitindo a participação de servidores nos mais variados cursos oferecidos no amplo mercado, de modo a aprimorar seu desempenho profissional.

Seção de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados

A Seção de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados é responsável pela Formação Inicial e Continuada dos Magistrados do Trabalho do TRT 7ª Região, segundo as diretrizes traçadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT.

Assessoria Técnica de Educação a Distância

A Assessoria Técnica de Educação a Distância é responsável pela manutenção e atualização do Portal Eletrônico da Escola Judicial, pelos seus informativos e pela coordenação e execução das atividades de Ensino a Distância.

Atividades Realizadas

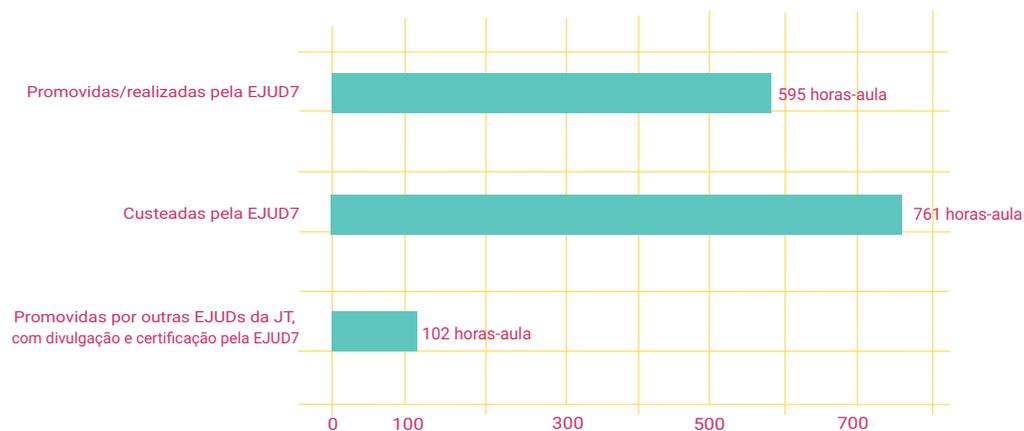
As atividades formativas realizadas pela escola Judicial, estão em conformidade com os objetivos estratégicos nº 1: “Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais”, nº 7: “Fortalecer a governança e a gestão estratégica” e nº 8: “Incrementar o modelo de gestão de pessoas”, inseridos no Planejamento Estratégico 2021/2026 deste Regional. O ano de 2021, também foi marcado pelo contexto mundial da pandemia da Covid-19, gerando a continuidade de readequação das rotinas de trabalho num contexto de restrição de liberdades, lutas, perdas e conquistas. A Escola Judicial do TRT7 foi motivada a se reinventar, se aperfeiçoar ainda mais naquilo que se dedica que é fomentar a capacitação de magistrados e servidores. Foi um ano de adaptação e reorganização,

fazendo com que nossa equipe reformulasse os planos de trabalho, redistribuição de atividades para, enfim, superar os desafios desse período de mudanças e dificuldades. Nesse sentido, foram realizados diretamente 55 eventos de capacitação (cursos, palestras, encontros, dentre outros) pela Escola Judicial, alguns em parceria com outros setores do TRT7, totalizando 595 horas/aula.

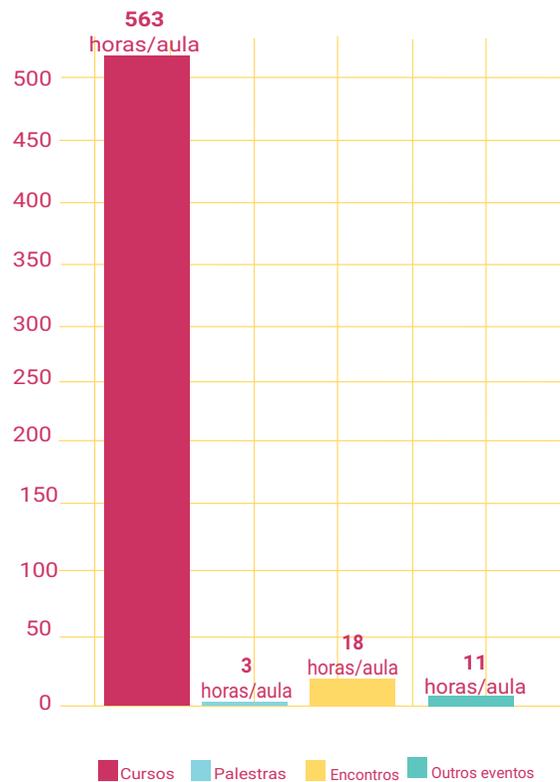
Além das capacitações internas, promovidas pela Escola Judicial, foram viabilizadas a participação de magistrados, servidores e estagiários do TRT7 em 125 eventos de capacitação, totalizando 980 horas/aula, promovidos por outros órgãos da Administração Pública, por Empresas Privadas, bem como pelas outras Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho.

Número de capacitados em 2021	
Servidores capacitados	677
Magistrados capacitados	70
Total de capacitados	747

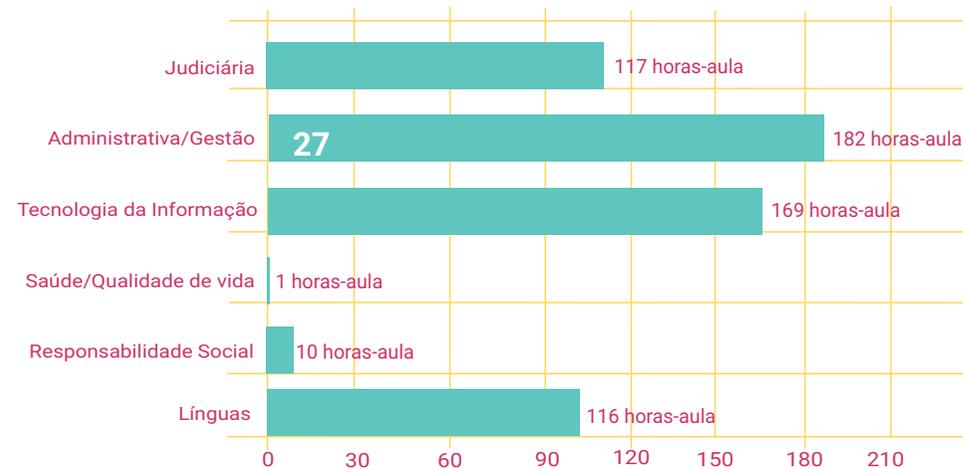
Número de ações de capacitação oferecidas



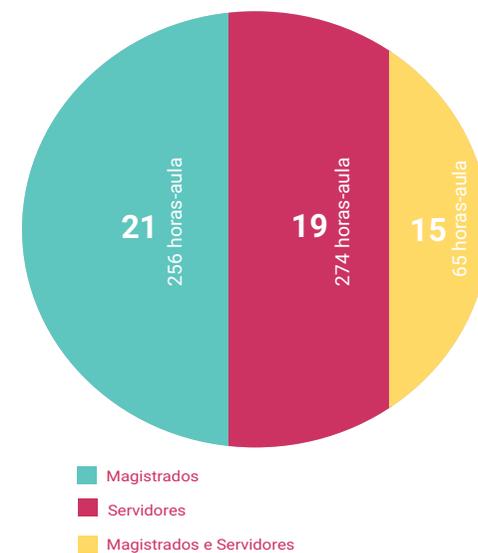
Tipos de eventos



Eventos realizados por área



Eventos realizados por público-alvo



CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÕES DE DISPUTAS

O Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Soluções de Disputas (CEJUSC), ou Centro de Conciliações, é uma unidade do Poder Judiciário especializada em atendimento ao público para a solução consensual de conflitos e orientação nas matérias relativas à cidadania.

Em 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou a Resolução nº 174, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado à conciliação na Justiça do Trabalho. Desde de 2017, a Sétima Região tem incentivado cada vez mais a cultura conciliatória de conflitos.

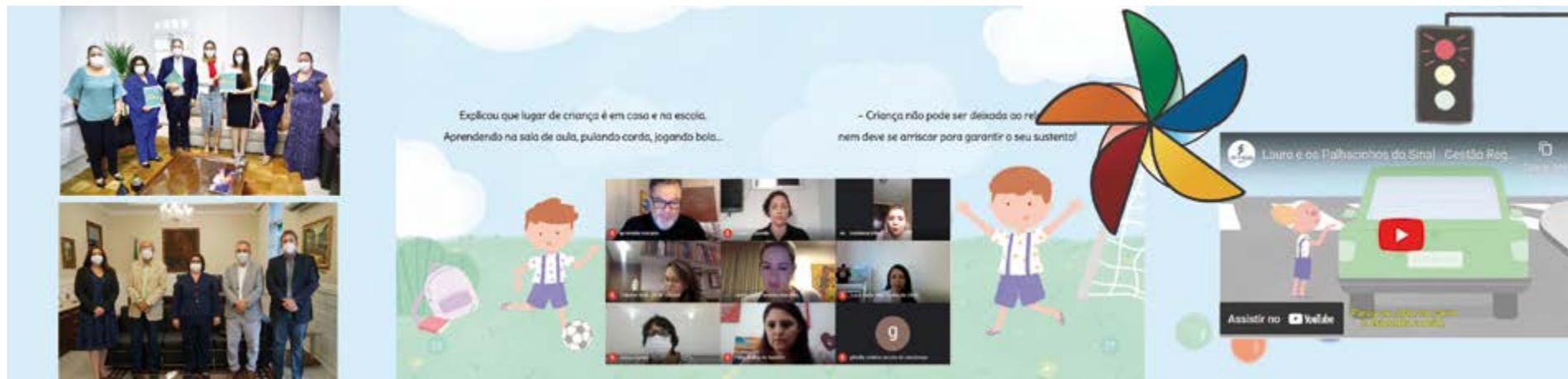
O CEJUSC tem um desembargador coordenador, cargo atualmente ocupado pelo Desembargador do Trabalho José Antonio Parente da Silva e conta também com a atuação do Desembargador do Trabalho Jefferson Quesado Júnior.

A unidade atua independentemente das tentativas de conciliação já previstas no rito do processo trabalhista. As audiências no CEJUSC podem ocorrer mediante manifestação de interesse das partes (empregados ou empregadores) – por meio de inscrição endereçada ao *e-mail* cejusc@trt7.jus.br ou solicitação feita em reunião, audiência ou sessão; ou ainda por indicação do magistrado responsável pelo processo, de acordo com o calendário e vagas disponibilizadas às varas do trabalho.

DADOS - 2ª INSTÂNCIA	
AUDIÊNCIAS	
Audiências de conciliação designadas	1534
Audiências de conciliação realizadas	1530
Notificações expedidas	3010
Certidões expedidas	1432
Despachos ordinatórios	1432
ACORDOS EFETUADOS	
Soma total dos valores homologados	R\$ 20.627.392,45
Total de acordos homologados	836
ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO	
Número de pessoas atendidas	4025

Programas Nacionais

Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem



Assumindo o compromisso e sua parte de responsabilidade neste tema, o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (TRT-CE) busca sensibilizar e instrumentalizar os juízes do trabalho, seus servidores e o conjunto da sociedade cearense para, empenhando todos os esforços, reconhecer o trabalho infantil como grave forma de violação de direitos humanos e a aprendizagem como porta de entrada ao mundo do trabalho decente. A gestão regional do Programa no Ceará é composta pelo desembargador do Trabalho Paulo Régis Machado Botelho e pela juíza do trabalho Karla Yacy Carlos da Silva.

Ações realizadas

CALENDÁRIO DE AÇÕES -ANO 2021		
EVENTO	DETALHAMENTO	DATA /LOCAL
<i>Ofício ao TST/CSJT - Gestão Nacional da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil.</i>	<i>Apresentação do relatório de atividades e demonstrativo da execução de despesa do ano de 2020</i>	<i>21/01/2021 TRT</i>
<i>Reunião no Gabinete da Primeira-Dama do Estado do Ceará e Presidente do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil, Onélia Maria Moreira Leite de Santana.</i>	<i>Articulação com a Seduc visando à divulgação da obra "Lauro e os Palhacinhos do Sinal"</i>	<i>04/02/2021 Gabinete da Primeira-Dama do Estado do Ceará.</i>

CALENDÁRIO DE AÇÕES - ANO 2021

EVENTO	DETALHAMENTO	DATA /LOCAL
<i>Ciclo de Formação Continuada para Profissionais da Educação Infantil, promovido pela Coordenadoria de Educação e Promoção Social (Coeps), da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE).</i>	<i>Participação da juíza do trabalho e gestora regional do PCTI, Karla Yacy, do Ciclo de Formação.</i>	<i>08/03/2021 TRT</i>
<i>Reunião/Webinário dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.</i>	<i>Planejamento, orçamento e atividades do programa</i>	<i>12/03/2021 TST - Brasília-DF</i>
<i>Reunião virtual da gestão regional com técnicos da SEDUC.</i>	<i>Planejamento visando à realização de Webinário.</i>	<i>24/03/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Reunião virtual da gestão regional com a equipe de apoio.</i>	<i>Planejamento visando à realização de ações para o ano de 2021.</i>	<i>14/04/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Doação de 300 máscaras de Proteção Facial.</i>	<i>Campanha Solidária do TRT7.</i>	<i>10/05/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Reunião virtual dos gestores regionais do PCTI da região Nordeste.</i>	<i>Planejamento visando à realização de evento agendado para 22.09.2021 com a temática "A arte e a educação aliadas à erradicação do trabalho infantil".</i>	<i>28/05/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>I Encontro da Rede Intersectorial de Proteção Social do Grande Território Edson Queiroz</i>	<i>Doação de 30 kits contendo material institucional do Programa (revistas, cartilhas, folders, canetas, máscaras de proteção facial).</i>	<i>07/06/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.</i>	<i>Campanha de alerta para urgência em erradicar o trabalho infantil veiculada através de redes sociais.</i>	<i>Junho Estado do Ceará - TRT7</i>
<i>Webinário com a Seduc/Ce e gestores regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.</i>	<i>Ações voltadas para o Combate ao Trabalho Infantil.</i>	<i>24/06/2021 Estado do Ceará - TRT7</i>
<i>Projeto "Literatura e artes visuais a serviço do combate ao trabalho infantil".</i>	<i>Lançamento do vídeo legendado e podcast baseados no livro "Lauro e os Palhacinhos do Sinal".</i>	<i>12/07/2021 Estado do Ceará - TRT7</i>
<i>Ação realizada pelo Ecosétima.</i>	<i>Doação de material institucional à Fundação Terra.</i>	<i>31/08/2021 Fortaleza-CE</i>

CALENDÁRIO DE AÇÕES -ANO 2021

EVENTO	DETALHAMENTO	DATA /LOCAL
<i>Estante "Livro Livre" em espaço público de Fortaleza.</i>	<i>Doação de material institucional (cartilhas, pastas, livros e canetas) à Secretaria de Educação do Estado do Ceará.</i>	<i>1º/09/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Ação social junto à entidade filantrópica Casa de Nazaré</i>	<i>Doação de 33 kits contendo material institucional do Programa (blusas e máscaras de proteção facial)</i>	<i>10/09/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Ações do Ministério Público do Trabalho</i>	<i>Doação de material institucional do Programa (550 cartilhas e 150 livros).</i>	<i>17/09/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Lançamento de vídeo institucional</i>	<i>Neste mês das crianças, o vídeo "Recado do Lauro contra o trabalho infantil" será exibido em salas de cinema do Estado, além de outras plataformas de divulgação, como redes sociais de instituições parceiras.</i>	<i>10/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>XIII Encontro dos Técnicos em Segurança do Trabalho do Ceará</i>	<i>Doação de 200 kits contendo material institucional do Programa (revistas, cartilhas, folders, canetas, bonés, camisas e pastas).</i>	<i>27/10/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Feira das Profissões</i>	<i>Doação ao Centro Universitário Unifametro de kits contendo material institucional do Programa (revistas, cartilhas, folders, livros, squeezes, máscaras de proteção facial, bonés, camisas, pastas e bolsas).</i>	<i>05/11/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Projeto Fada Madrinha</i>	<i>Doação de 17 kits contendo material institucional do Programa (revistas, cartilhas, folders, livros, squeezes, canetas, bonés, camisas e bolsas).</i>	<i>27/11/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Festas Natalinas da Associação de Catadores do Jangurussu e de Terceirizados</i>	<i>O Programa disponibilizou material institucional (200 kits) ao Ecosétima para ser distribuído em evento natalino junto à Associação de Catadores do Jangurussu (Ascajan) e aos terceirizados.</i>	<i>Dezembro Fortaleza-CE</i>

Comissão Trabalho Seguro



O Programa Trabalho Seguro é uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. A gestão regional do Programa no Ceará é composta pelo Desembargador do Trabalho Francisco José Gomes da Silva e pelo juiz do trabalho Carlos Alberto Trindade Rebonatto.

Ações realizadas

CALENDÁRIO DE AÇÕES - ANO 2021		
EVENTO	DETALHAMENTO	DATA /LOCAL
Ofício ao TST/CSJT	Apresentação do relatório de atividades e demonstrativo da execução de despesa do ano de 2020 do Programa Trabalho Seguro.	21/01/2021 TRT
Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa Trabalho Seguro.	Planejamento, orçamento e atividades do programa para 2021.	19/03/2021 TST Brasília-DF
Ato Público Virtual - Abril Verde.	Evento on-line com palestras sobre saúde e segurança no trabalho.	28/04/2021 Fortaleza-CE

CALENDÁRIO DE AÇÕES - ANO 2021

EVENTO	DETALHAMENTO	DATA /LOCAL
<i>Webinário "Saúde e Imunidade Emocional: Autocuidado na Perspectiva Integrativa em Tempos de Pandemia".</i>	<i>Apresentação da temática por meio de abordagens complementares de três conferencistas da área da saúde mental, sendo duas psicólogas e uma psiquiatra.</i>	<i>29/04/2021 Canal do TRT/CE no YouTube</i>
<i>Doação de 300 máscaras de Proteção Facial.</i>	<i>Campanha Solidária do TRT7.</i>	<i>10/05/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>20ª Odisseias Literária Virtual.</i>	<i>Encontro virtual com temática voltada para o Ambiente Laboral em Tempo de Pandemia: "Amor rima com bom humor? Por um amor com mais riso e menos dor.</i>	<i>25/06/2021 Estado do Ceará - TRT7</i>
<i>I Encontro da Rede Intersetorial de Proteção Social do Grande Território Edson Queiroz</i>	<i>Doação de 30 kits contendo material institucional do Programa (revistas, cartilhas, folders, canetas, máscaras de proteção facial).</i>	<i>07/06/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Doação de material institucional.</i>	<i>Doação a servidores, estagiários e terceirizados do TRT7, bem como a instituições parceiras, de 1100 máscaras de Proteção Facial.</i>	<i>06/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Dia Nacional da Prevenção de Acidentes de Trabalho (27/07).</i>	<i>Encontros com autoridades para tratar sobre segurança e saúde do trabalhador.</i>	<i>07/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Ação junto a trabalhadores de empresa prestadora de serviços (Construtora Mendes Carneiro) realizada pelo Ecosétima.</i>	<i>Doação de material institucional (squeezees, bonés e camisas).</i>	<i>1º/09/2021 Fortaleza - CE</i>
<i>Ação social junto à entidade filantrópica Casa de Nazaré</i>	<i>Doação de 33 kits contendo material institucional do Programa (blusas e máscaras de proteção facial).</i>	<i>10/09/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>6º Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro - Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.</i>	<i>Debate de questões relacionadas à saúde e à segurança de trabalhadores e empregados em tempos de crise, com destaque para a prevenção das doenças ocupacionais e de acidentes no ambiente de trabalho.</i>	<i>8 a 22 de outubro canal do TST no Youtube</i>

CALENDÁRIO DE AÇÕES - ANO 2021

EVENTO	DETALHAMENTO	DATA /LOCAL
<i>XIII Encontro dos Técnicos em Segurança do Trabalho do Ceará</i>	<i>Doação de 200 kits contendo material institucional do Programa (revistas, cartilhas, folders, canetas, bonés, camisas e pastas).</i>	<i>27/10/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Feira das Profissões</i>	<i>Doação ao Centro Universitário Unifametro de kits contendo material institucional do Programa (revistas, cartilhas, folders, livros, squeezes, máscaras de proteção facial, bonés, camisas, pastas e bolsas).</i>	<i>05/11/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>XIII SIPAT EMI EEEP JN 2021</i>	<i>Palestra do Des. Francisco José Gomes da Silva no evento que aconteceu de forma híbrida.</i>	<i>25 a 27/11/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Projeto Fada Madrinha</i>	<i>Doação de 17 kits contendo material institucional do Programa (revistas, cartilhas, folders, livros, squeezes, canetas, bonés, camisas e bolsas).</i>	<i>27/11/2021 Fortaleza-CE</i>
<i>Webinar Saúde e Segurança no Trabalho.</i>	<i>Webinar sobre saúde e segurança no trabalho em tempos de crise., com foco nos desafios da retomada no pós pandemia.</i>	<i>29/11/2021 Evento online via Zoom</i>
<i>Festas Natalinas da Associação de Catadores do Jangurussu e de Terceirizados</i>	<i>O Programa disponibilizou material institucional (200 kits) ao Ecosétima para ser distribuído em evento natalino junto à Associação de Catadores do Jangurussu (Ascajan) e aos terceirizados.</i>	<i>Dezembro Fortaleza-CE</i>

Ações de Sustentabilidade

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

Critérios de Sustentabilidade nas Aquisições e Contratações do TRT-7ª Região são aqueles previstos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - Resolução CSJT nº. 310/20221, que revogou a Resolução CSJT nº. 103/2012, entre os quais destacamos: preferência à aquisição de produtos constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, aquisição de papel reciclado ou branco, com certificação ambiental, equipamentos com eficiência energética e previsão de Logística Reversa entre outros. O TRT7 participou ativamente do trabalho de elaboração do Novo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, pois participa do Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, vez que a servidora Deven Moura Miller foi nomeada como Coordenadora do Subcomitê da Região Nordeste (Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº. 196/2019).

Plano de Logística Sustentável do TRT-7ª Região

Com a edição da Resolução CNJ nº. 400/2021, o PLS/TRT7/CE aprovado pela Resolução TRT7 nº. 227/2016 passará por uma Revisão (PROAD nº 1036/2022), de modo a incluir os novos Indicadores, como por exemplo: Aquisições e Contratações Sustentáveis. A Comissão Gestora do PLS/TRT7/CE.

O Plano de Logística Sustentável - PLS tem reflexos diretos quanto ao Fluxo de Bens e Serviços, à Aquisição/Fornecimento de Materiais de Consumo e Materiais Permanentes (Atendendo aos Critérios de Sustentabilidade estabelecidos no supracitado Guia) e ao Desfazimento de Materiais, proporcionando a Racionalização do Consumo, o Combate ao Desperdício e a Minimização de Impactos Ambientais, possibilitando, por fim, a Redução de Despesas.

Os Temas acompanhados pelo supracitado Plano são os seguintes: Papel, Copo Descartável, Água Mineral, Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados, Energia Elétrica, Água e Esgoto, Gestão de Resíduos, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Telefonia, Vigilância, Limpeza, Combustível, Veículos, Capacitação em Gestão Socioambiental e Reformas.

Ações de Redução de Consumo de Recursos Naturais



Papel (Consumo em Resmas)

Quanto a este Item - PAPEL em 2021 houve um aumento no consumo quanto ao comparativo com 2020. Tal acréscimo já era esperado, pois o ano de 2020 foi considerado atípico face aos intensos períodos de "Lockdown", decorrentes da Pandemia da COVID-19. Com efeito, a Retomada das Atividades Presenciais em 2021 trouxe o aumento do consumo de diversos materiais, entre eles o PAPEL.

Por outro lado, fazendo a análise da série histórica dos dados, verificamos que os valores/quantitativos referentes a este Item são inferiores àqueles apontados em 2019, o que induz a conclusão de que existe um controle quanto a este indicador, que conduz a uma redução gradativa do consumo ao longo dos anos. Ou seja, as Ações desenvolvidas por este Tribunal referentes às Campanhas de Sensibilização, Campanha de Impressão Frente e Verso, a Disseminação do Processo Judicial Eletrônico - PJe/JT e a Ampliação do Processo Administrativo Eletrônico - PROAD, a Regulamentação que Regime de Teletrabalho possibilitaram os avanços demonstrados abaixo.

No Exercício de 2021 foram consumidas 1.039 - Resmas de Papel A4 (Branco - 303 e Reciclado - 736). Efetivamente, o aumento foi de 280 - Resmas em comparação ao Exercício de 2020, onde foram consumidas 759 - Resmas de Papel A4 (Branco - 303 e Reciclado - 736). Entretanto,

comparando-se com o Exercício de 2019, onde foram consumidas 2.985 - Resmas de Papel A4 (Branco - 675 e Reciclado - 2.310), atingimos

	Consumo em Resmas	Despesas (R\$)
2021	1.039 Resmas	R\$ 15.488,41
2020	759 Resmas	R\$ 11.241,21
2019	2.985 Resmas	R\$ 44.403,40

Fonte: SCMP/ Relatório de Desempenho do PLS/TRT7/CE



Água e Esgoto
(Consumo em m³ x m² /m²)

Quanto a este Item - PAPEL em 2021 houve um aumento no consumo quanto ao comparativo com 2020. Tal acréscimo já era esperado, pois o ano de 2020 foi considerado atípico face aos intensos períodos de "Lockdown", decorrentes da Pandemia da COVID-19. Com efeito, a Retomada das Atividades Presenciais em 2021 trouxe o aumento do consumo de diversos materiais, entre eles o PAPEL.

Por outro lado, fazendo a análise da série histórica dos dados, verificamos que os valores/quantitativos referentes a este Item são inferiores àqueles apontados em 2019, o que induz a conclusão de que existe um controle quanto a este indicador, que conduz a uma redução gradativa do consumo ao longo dos anos. Ou seja, as Ações desenvolvidas por este Tribunal referentes às Campanhas de Sensibilização, Campanha de Impressão Frente e Verso, a Disseminação do Processo Judicial Eletrônico - PJe/JT e a Ampliação do Processo Administrativo Eletrônico - PROAD, a Regulamentação que Regime de Teletrabalho possibilitaram os avanços demonstrados abaixo.

No Exercício de 2021 foram consumidas 1.039 - Resmas de Papel A4 (Branco - 303 e Reciclado - 736). Efetivamente, o aumento foi de 280 - Resmas em comparação ao Exercício de 2020, onde foram consumidas 759 - Resmas de Papel A4 (Branco - 303 e Reciclado - 736). Entretanto, comparando-se com o Exercício de 2019, onde foram consumidas 2.985 - Resmas de Papel A4 (Branco - 675 e Reciclado - 2.310), atingimos uma redução gradativa do consumo.

	Consumo em m ³	Consumo em m ³ /m ²
2021	6.033 m ³	0,1497 m ³ /m ²
2020	6.725 m ³	0,1528 m ³ /m ²
2019	15.207m ³	0,3656 m ³ /m ²

Fonte: NMANUT/Relatório de Desempenho do PLS/TRT7/CE



Energia Elétrica
(Consumo em Kwh)

O Quantitativo de KWh de Energia Elétrica consumida no Exercício de 2021 foi superior ao Exercício de 2020, resultando num aumento de 439.302 KWh, que representa um acréscimo de consumo no percentual de 16,18%.

O Aumento no Consumo e nas Despesas observadas em 2021 está relacionado ao Retorno das Atividades Presenciais, onde as Edificações voltaram a ser utilizadas. Em que pese o Regime de Teletrabalho devido à Pandemia de COVID-19, houve um Retorno Gradual dos Magistrados, Servidores e Estagiários às Instalações da Justiça do Trabalho do Ceará, o que ocasionou o aumento no consumo de Energia Elétrica.

A Justiça do Trabalho do Ceará instalou em Dezembro de 2021 a Usina Fotovoltaica do Fórum Trabalhista do Cariri - UC 90100719, com a expectativa de produção anual de 346.00 KW/ano. O Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica conectada à Rede no Fórum Trabalhista do Cariri - Juazeiro do Norte se coaduna com o ODS 7 - Energia Acessível e Limpa, quanto ao Cumprimento da Meta 7.b - Brasil - Até 2030 expandir a Infraestrutura e aprimorar a Tecnologia para o Fornecimento de Serviços de Energia Modernos e Sustentáveis para todos e ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, quanto ao Cumprimento da Meta 12.2 - Nações Unidas - Até 2030 alcançar a Gestão Sustentável e o Uso eficiente dos Recursos Naturais

O Tribunal adota, ainda, as seguintes Medidas de Racionalização do Consumo de Energia Elétrica: Substituição de Lâmpadas Fluorescentes por "LED", Instalação de Sensores de Presença, Desligamento

O Quantitativo de KWh de Energia Elétrica consumida no Exercício de 2021 foi superior ao Exercício de 2020, resultando num aumento de 439.302 KWh, que representa um acréscimo de consumo no percentual de

	Consumo Kwh	Consumo Kwh/m ²
2021	3.154.413 KWh	61,69 KWh/m ²
2020	2.715.413 KWh	98,01 KWh/m ²
2019	4.077.010 KWh	95,41 KWh/m ²
2018	3.999.767 KWh	94,65 KWh/m ²
2017	3.862.635 KWh	

Fonte: NMANUT/Relatório de Desempenho do PLS/TRT7/CE

Ações de Redução de Consumo de Resíduos Poluentes



Impressão de Documentos

O Quantitativo de Impressões de Documentos em 2021 foi de 534.063, representando uma redução de 80.702 Impressões no comparativo com 2020, equivalente ao percentual de 13%.

Em que pese essa redução de Impressões de Documentos, houve um aumento nos Gastos com Aquisição de Suprimentos de Informática em 2021, fixado em R\$ 53.402,03.

No comparativo entre o Exercício de 2021 e o Exercício de 2020, tivemos um acréscimo de R\$ 37.175,72, representando um percentual de 229%. Tal acréscimo se deve ao aumento dos preços dos Suprimentos de Informática no Mercado.

	Despesas com Suprimentos de Informática
2021	R\$ 53.402,03
2020	R\$ 16.226,31
2019	R\$ 58.930,32

Fonte: SCMP/ Relatório de Desempenho do PLS/TRT7/CE

	Quantidade de Documentos
2021	534.063 Impressões
2020	614.765 Impressões
2019	1.903.837 Impressões

Fonte: DSSUTIC



Combustível (Consumo em Litros/Quantidade de Veículos Oficiais)

Houve um aumento no Consumo de Combustível em 2021, tanto de Gasolina (Comum e Aditivada) quanto de Álcool/Gasolina - Flex e Diesel no Comparativo com a 202.

Tal situação se refletiu devido ao Retorno das Atividades Presenciais e ao aumento do valor do combustível.

Com efeito, o ano de 2020 face aos períodos de Lockdown, em virtude da Pandemia da COVID-19, deve ser considerado atípico.

Consumo em litros		
2021	Gasolina (Comum e Aditivada)	4.206,82 litros
2020	Gasolina (Comum e Aditivada)	3.566,58 litros
2021	Álcool/Gasolina - Flex	191,22 litros
2020	Álcool/Gasolina - Flex	162,12 litros
2021	Diesel	6.205,99 litros
2020	Diesel	3.869,42 litros

Quantidade de veículos	
VF - Veículos Flex	15
VH - Veículos Híbridos	7
VD - Veículos a Diesel	7
Total de Veículos	29

O TRT-7ª Região adota as Medidas destinadas à Redução do Consumo de Combustível: viagens compartilhadas e programadas. Este Tribunal tem investido em Aquisições de Veículos Ecológicos (Híbridos), cujo rendimento proporciona a redução do Consumo de Combustível e diminuição de emissão de poluentes, tanto que temos 07 (sete) unidades em pleno funcionamento.

Quanto às Medidas destinadas relacionadas à Manutenção de Veículos x Sustentabilidade, temos a Lavagem Ecológica.

Enquanto numa Lavagem Ecológica se gasta, em média, 4 a 6 litros de água por Veículo, na Lavagem Comum se gasta, em média, 400 a 600 litros de água (Fonte; Setor de Transporte)

Gasolina (Comum e Aditivada) - Álcool/Gasolina - Flex/Quantidade de Veículos Oficiais	
2021	9,287
2020	7,008
2019	7,150

Diesel/Quantidade de Veículos Oficiais	
2021	8,315
2020	7,809
2019	8,180

Fonte: STRANS/Relatório de Desempenho do PLS/TRT7/CE



Copo Descartável (Consumo em Centos)

Houve um aumento no Consumo de Copos Descartáveis, no que se refere aos Copos de 200ml (Água), num total de 142 centos, no Exercício de 2021 em comparação a 2020 e quanto aos Copos de 50ml (Café) aumento do Consumo foi de 83 centos.

A Retomada das Atividades Presenciais em 2021, em que pese a continuidade de Teletrabalho em percentuais inferiores àqueles constatados em 2020 impactou no consumo de Consumo de Copos Descartáveis, em especial quanto aos Copos de 50ml (Café).

Por outro lado, temos que considerar que o ano de 2020 foi atípico face à Pandemia da COVID-19. Desta forma, no Comparativo com 2019 quanto aos Copos Descartáveis percebemos que houve uma redução do consumo tanto nos Copos de 200ml (Água) como nos Copos de 50ml (Café).

Copo Descartável 200 ml - Água	
2021	662 Centos
2020	520 Centos
2019	1.351 Centos

Copo Descartável 50 ml - Café	
2021	151 Centos
2020	68 Centos
2019	427 Centos

Fonte: SCMP/ Relatório de Desempenho do PLS/TRT7/CE

Outras Ações de Sustentabilidade Ambiental



Gestão de Resíduos - Coleta Seletiva

O TRT-7ª Região organiza a Coleta Seletiva desde a criação da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental (Ecosétima) em 2008. Em 2019 foi elaborado o nosso 1º Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que trata do Descarte Correto dos Resíduos para o Complexo TRT7 Sede e para o Complexo Fórum Aufran Nunes - FAN (PROAD N°. 8270/2019).

Atualmente, temos Acordo de Cooperação Técnica assinado, de acordo com o Decreto n°. 5940/2006, que foi renovado em 2020, para a Coleta Seletiva Solidária (PROAD N°. 866/2020). Tal Acordo foi firmado entre o Tribunal e as seguintes Associações de Catadores de Materiais Recicláveis: ASCAJAN, SOCRELP.



Coletor de Pilhas e Baterias



Coletor de Papel



Estação de Coleta Seletiva

Gestão de Resíduos - Coleta Seletiva - 2021	
Papel	4.237,20 kgt
Plásticos	183 Kg
Vidros	123 Kg
Resíduos de Obras e Construção Civil	158,70 m³
Pilhas e Baterias	34,10 Kg
Resíduos de TIC	41 Kg
Metais	163,10 Kg

Fonte: Ecosétima

Não foram recolhidos Suprimentos de Informática para Logística Reversa em 2020, face a quantitativo diminuto recolhido, ficando tal Coleta para 2021. (Fonte: Ecosétima)

Pátio de Compostagem do TRT7



No Exercício de 2021 iniciou-se o Projeto de Compostagem no TRT7 (PROAD nº. 4558/2021). Este Projeto contempla a Implantação de um Pátio de Compostagem, em área total de 3m², com a capacidade para o tratamento de 300 kg de Resíduos Orgânicos por mês, utilizando o Método UFSC em cilindros, que possui Sistema de Drenagem e Equipamentos necessários para a Compostagem. O supracitado Projeto incluiu, também, a realização de Curso de Capacitação em Compostagem, cujo público-alvo são terceirizados e servidores do Tribunal.



Ações de Qualidade de Vida

No Exercício de 2021, o Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho - Ato TRT7 nº. 94/2019, o atuou junto com outras Unidades, no intuito de realizar Ações, ainda que Virtuais,

para Melhoria da Qualidade de Vida do Corpo Funcional deste Tribunal, em especial face à Pandemia da COVID-19.

Destacamos os seguintes Eventos a) Ações de Qualidade de Vida - Odisseias Literárias - Incentivo à Leitura - 9 Edições - (Institucionalizado pelo Ato TRT7 nº. 143/2020), Vídeos Educativos - Conscientização sobre o Dia Mundial de Combate a LER/DORT, Semana TRT7 de Combate ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Trabalho, Projeto Fada Madrinha: Realização de Oficinas de Capacitação Profissional de Estagiários do TRT7, entre outros; Dia do Servidor Público: Lançamento do Livro - Odisseias Literárias III: Coletânea de Escritos dos Servidores e Magistrados do TRT 7ª Região; b) Ações Solidárias - Campanha Solidária ASCAJAN (Arrecadado R\$ 8.000,00, beneficiando 67 famílias) devido a Redução de Renda diante da Pandemia da COVID-19, Acolhimento Migrantes Venezuelanos vindos de Roraima; Projeto Fada Madrinha (Inserção de Estagiários no Mercado de Trabalho - Pós-Estágio); Doação de Livros e Brinquedos para Crianças Carentes; Doação de Tampinhas para o Lar Torres de Melo (Lar de Idosos), Bazar Solidário (Dentro do TRT7 a fim de adquirir renda para os trabalhos de responsabilidade social), Projeto Fada Madrinha: Ação Social realizada junto à ONG Santuário Coisa Linda (espaço de acolhida para animais abandonados e); c) Ações de Inclusão Social - Vídeos Educativos - Dia 21/09 - Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência: Depoimento de Servidor João Batista do TRT7, Dia 15/07 - Dia do Homem - Depoimento do Servidor Fernando Freitas do TRT7, Banner nas Redes Sociais e Matéria na Intranet - Dia 21/03 - Dia Internacional da Síndrome de Down - Servidora Yabetama Lopes (Mãe), Banner nas Redes Sociais - Dia 25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha - Depoimento da Servidora Carolina Teles de Araújo e Banner nas Redes Sociais - Dia 28/06 - Dia Internacional do Orgulho LGBT QA+ - Banner nas Redes Sociais, Dia 25/11 - Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres e Curso de Libras, com Capacitação de 41 Participantes.

Ações de Qualidade de Vida	
2021	31
2020	72
2019	64

Ações Solidárias	
2021	17
2020	16
2019	15

Ações de Inclusão Social	
2021	7
2020	2
2019	13

Salientamos, por oportuno, que houve um acréscimo na Quantidade de Ações Solidárias e de Inclusão Social.

Neste momento de Pandemia da COVID-19, o Corpo Funcional (Magistrados, Servidores, Estagiários e Terceirizados) mostrou sua solidariedade, utilizando criatividade e espalhando o bem para todos.

Participações em Fóruns, Comitês e Eventos de Sustentabilidade e Acessibilidade

Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - O TRT-7ª Região do referido Fórum e coordena o Subcomitê da Região Nordeste - Ato CSJT. GP.SG.CGEST nº. 196/2019.

6º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho (Novembro/2021), promovido pelo CSJT e pela EJD7

Reunião do Fórum de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - Virtual - (Novembro/2021) - Compartilhamento de Boas Práticas em Sustentabilidade no âmbito da Justiça do Trabalho e Apresentação do Novo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - Resolução CSJT nº. 310/2021

Rede de Sustentabilidade "ECOS DO CEARÁ" - O TRT-7ª Região da aludida Rede e realiza Eventos em Parceria, além de promover o Compartilhamento de Boas Práticas em Sustentabilidade e Cumprimento da Agenda ONU 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

A mencionada Rede de Sustentabilidade foi formalizada em 2019, através de Protocolo de Cooperação Técnica (PROAD nº. 3069/2019), sendo composta pelos seguintes Órgãos: Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Federal, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Universidade Federal do Ceará.

Laboratório de Inovação e ODS do TRT7 - INOVA7



No Dia 01/10/2021 foi inaugurado o Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, denominado INOVA7, no encerramento da 1ª Semana de Inovação do TRT-7ª Região, realizada de 27/09/2021 a 01/10/2021. Na Programação tivemos diversas Oficinas (Provas Digitais, Sustentabilidade - I - Compostagem e II - Gestão de Resíduos), um Painel sobre Diálogos sobre Inovação (JF/CE, TJ/CE e TRT7/CE), e, no Dia 28/09/2021, os membros do Comitê de Inovação realizaram uma Visita Técnica ao Laboratório de Inovação da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com o intuito de formalizar Parceria e criar uma Rede de Inovação no Ceará.

O INOVA7 tem como objetivo é fomentar

Atividades de Pesquisa e Inovação, promover a Cultura de Inovação e favorecer o alcance de Metas Regionais e Nacionais

Tal iniciativa foi realizada em cumprimento ao Provimento CNJ nº. 85/2019, que inventiva os Tribunais a criar e instalar Laboratórios de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), como um movimento que une o conhecimento institucional, a inovação e a cooperação com o objetivo de se alcançar a paz, a justiça e eficiência institucional.

A Política de Inovação no âmbito da Justiça do Trabalho do Ceará e a criação do supracitado Laboratório foram instituídas pela Resolução Normativa TRT7 nº. 12/2021, Por outro lado, o Funcionamento do INOVA7 é regulamentado pelo Ato TRT7 nº. 114/2021 De acordo com o dispositivo, as atividades do Laboratório envolvem a realização de Oficinas de Inovação, com uso preferencial da técnica de Design Tinking, metodologia de desenvolvimento de produtos e serviços focados nas necessidades, desejos e limitações dos usuários.



A Semana de Inovação, acima mencionada está alinhada com o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e ODS 17 - da Agenda ONU 2030, que visam, dentre outros aspectos, fomentar a Inovação e promover o Acesso à Justiça, com a participação da sociedade.

Participação em Programas de Gestão Ambiental

Este Tribunal possui Termo de Compromisso referente à Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública, firmado com o Ministério do Meio Ambiente desde 2010, o qual foi renovado em 2021 (PROAD nº. 2299/2021).

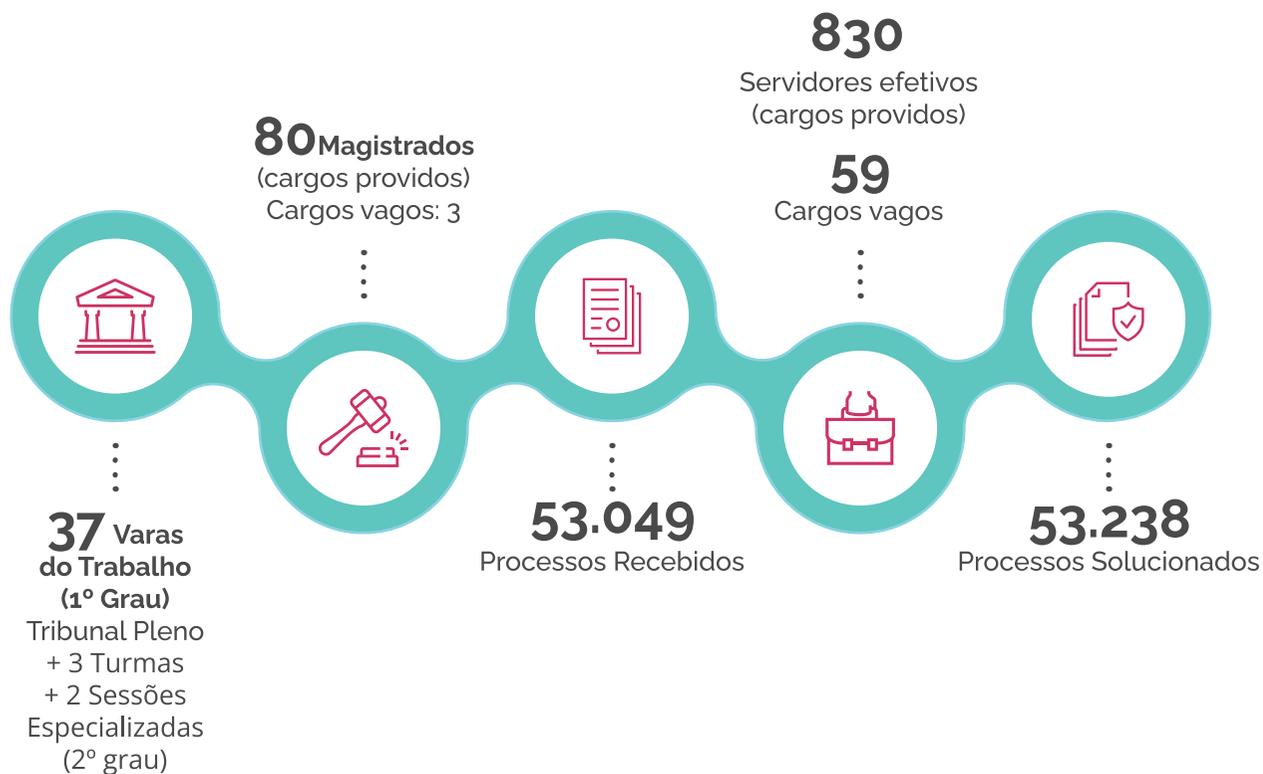
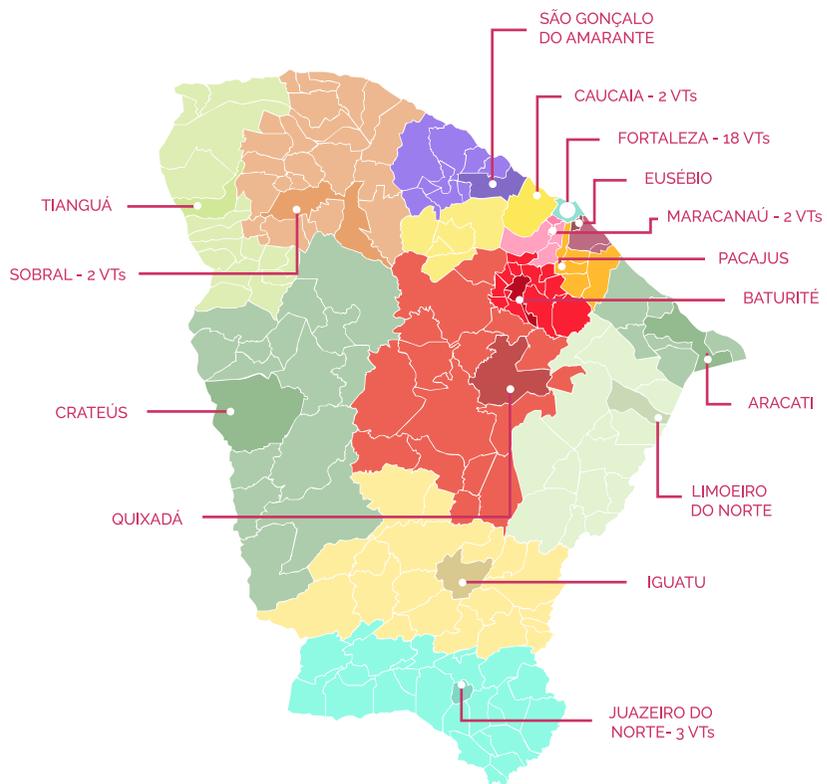


Principais Desafios e Ações Futuras

- Promoção de Melhorias do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, elaborado em 2019.
- Promover a Conscientização do Corpo Funcional sobre Responsabilidade Socioambiental
- Renovação do Termo de Adesão à A3P
- Ampliação da Participação do Corpo Funcional na Coleta Seletiva e na Reciclagem
- Promoção de Licitações Sustentáveis e Compras Compartilhadas
- Ampliação das Ações de Capacitação e a Sensibilização.
- Ampliação das Ações de Incentivo ao Voluntariado
- Ampliação das Campanhas sobre o uso do Copo Verde/Redução do Consumo de Copo Descartável
- Ampliação das Ações de Qualidade de Vida, que impactam na Sustentabilidade
- Ampliação das Ações de Inclusão Social e Acessibilidade, com Incentivo ao Voluntariado
- Ampliação das Ações Conjuntas decorrentes do ECOS DO CEARÀ (Rede de Sustentabilidade)



O TRT7 - Visão Geral



VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

IDENTIFICAÇÃO DA UPC E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região é órgão do Poder Judiciário da União, composto por 37 varas do trabalho (1º grau) e 14 gabinetes de desembargadores (2º grau), todos operando com o sistema de Processo Judicial Eletrônico.

Do total de unidades judiciárias de 1º grau, 18 estão localizadas em Fortaleza e 19 no interior do Ceará. Possuem uma única vara do trabalho os municípios de Aracati, Baturité, Crateús, Crato, Eusébio, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Pacajus, Quixadá, Tianguá e São Gonçalo do Amarante. Os municípios de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral contam com duas varas do trabalho.

Compete ao TRT da 7ª Região processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho. Empregadores e trabalhadores procuram as suas unidades em busca de soluções para litígios e pacificação

de conflitos trabalhistas.

Ao cumprir com zelo sua missão de realizar a justiça nos conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma célere e efetiva, contribuindo para a paz social e fortalecimento da cidadania, o TRT do Ceará possui como visão ser referência nacional pela excelência na prestação de serviços jurisdicionais, com responsabilidade sócio-ambiental, corpo funcional motivado e capacitado, otimização dos recursos materiais e imateriais, gestão ética transparente e participativa a contribuir para a paz social e fortalecimento da cidadania, por meio de uma prestação de serviços públicos de maneira célere, produtiva e efetiva.

VISÃO

Ser reconhecido como tribunal ágil e efetivo, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável da jurisdição.

MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VALORES

Valorização das pessoas, acessibilidade, agilidade, comprometimento, efetividade, eficiência, ética, inovação, respeito à diversidade, segurança jurídica, sustentabilidade e transparência

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



AMBIENTE EXTERNO

A Administração do TRT7 monitora preditivamente os sinais do ambiente externo com vistas a definir uma postura estratégica antecipativa.

Desde o início de 2020, a pandemia do novo COVID-19, se consolidou como um vetor disruptivo que modificou os fluxos da prestação jurisdicional e os processos de trabalho da área administrativa.

O afastamento compulsório e a execução das atividades em trabalho remoto demandaram um alto índice de resiliência organizacional, de ampliação da disponibilização de tecnologias, de aten-

dimento e suporte às atividades telepresenciais e ao acesso remoto à rede, aos sistemas e às bases de dados do TRT7.

A área de contratações foi impactada pela dificuldade em efetivar exitosamente as aquisições em face da elevada demanda das organizações pelos itens definidos pelos protocolos de saúde, pelos atrasos em entregas dos bens adquiridos e pela imperiosa necessidade de repactuação de contratos de prestação de serviços devido à paralisação das atividades presenciais.

A instituição de um Comitê de Crise no mês de março de 2020 foi essencial para a articulação da Administração com as partes interessadas (internas e externas) e para a definição do plano de retomada das atividades presenciais, cuja implementação foi iniciada em agosto de 2020.

Desde então, observou-se um cenário retrátil haja vista estar condicionado ao aumento ou à redução dos índices de contaminação da população e dos consequentes normativos vinculantes.

Em adição, permanecem as fortes restri-

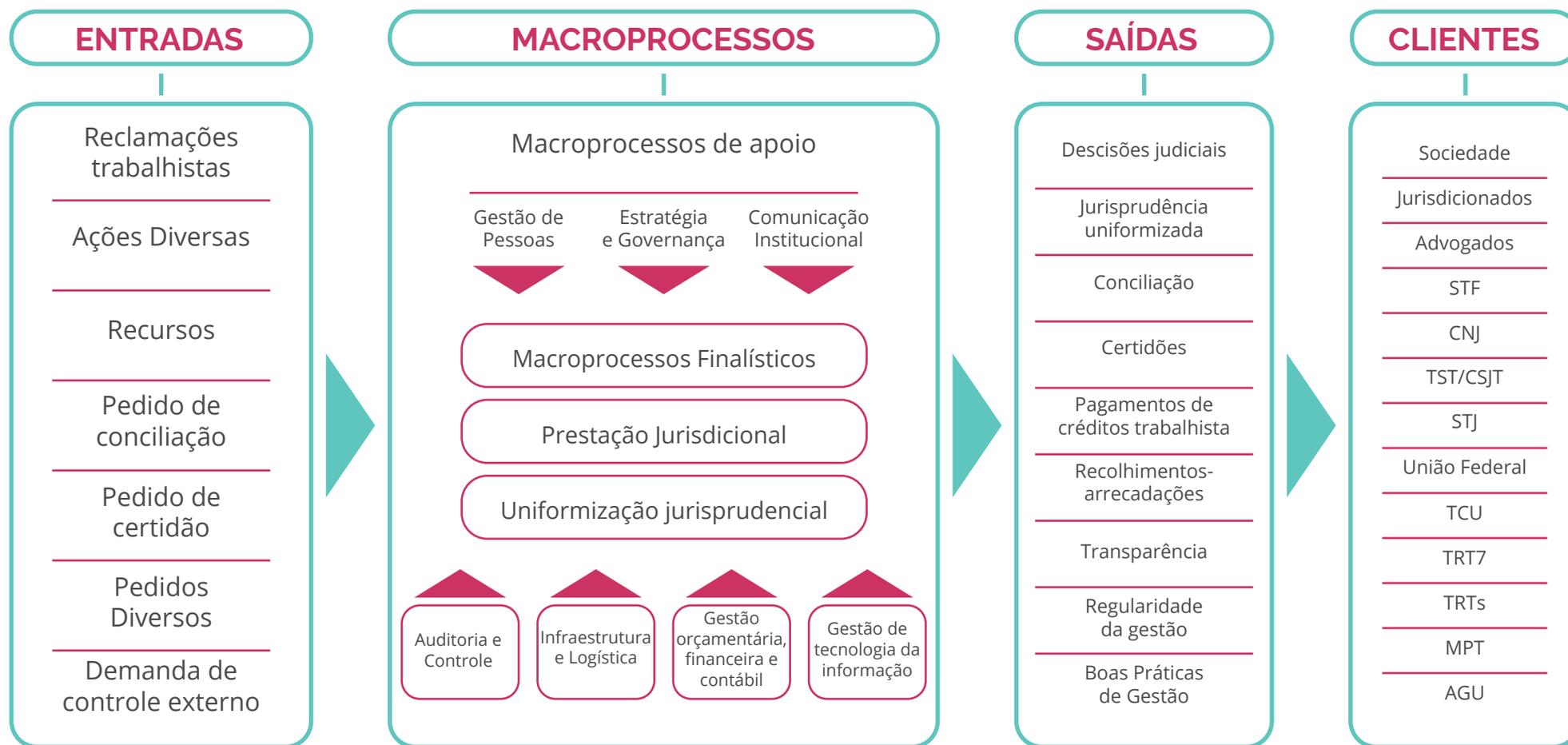
ções orçamentárias, o déficit crescente nos quadros de servidores com o incremento do quadro de inativos e a impossibilidade de reposição de tais cargos.

Nesse contexto, permanecemos em adequação ininterrupta no enfrentamento à pandemia, velando pela segurança de magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e jurisdicionados em uma congregação diuturna de esforços para resguardar o cumprimento de nossa missão institucional.

CADEIA DE VALOR

O Ato TRT7 nº 18/2019 aprovou a Cadeia de Valor do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região do TRT7, diagrama que consiste nos principais macroprocessos executados com o objetivo de atender às necessidades dos jurisdicionados e expressa as vias de agregação de valor às entregas e aos serviços disponibilizados.

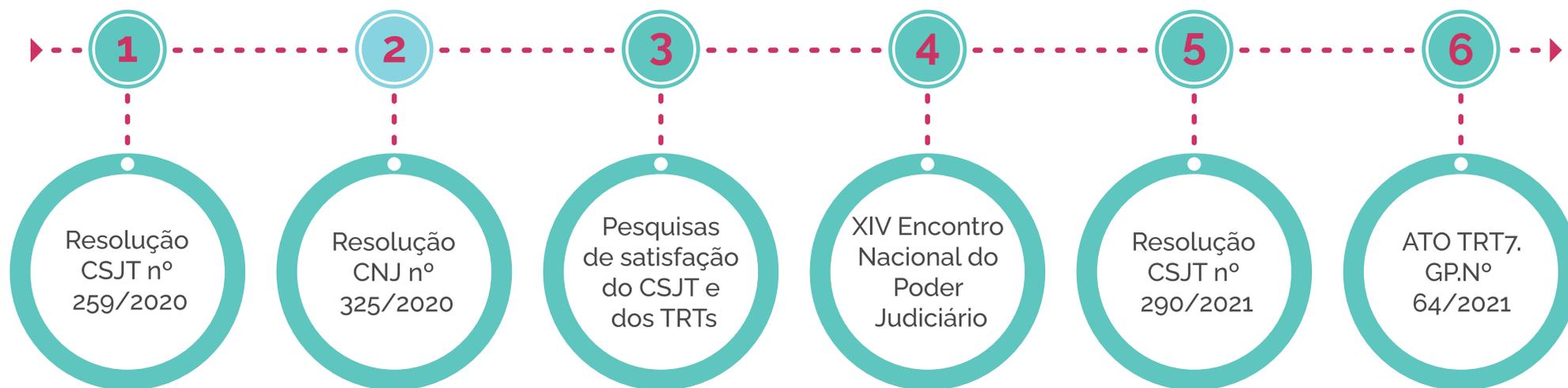
A cadeia de valor reflete a organização de todos os processos do TRT7, observando as suas conexões e como cada um deles pode gerar valor para a sociedade.



Planejamento Estratégico e Governança

INÍCIO DO NOVO CICLO DA ESTRATÉGIA NO TRT7

LINHA DO TEMPO



Em aderência ao Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, instituído pela Resolução CSJT nº 259, de 14 de fevereiro de 2020, à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, aprovada pela Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, aos princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário, instituídos pela Resolução CNJ nº 221, de 10 de maio de 2016, materializados nas pesquisas de satisfação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, realizadas em março de 2020, para fins de coleta de subsídios para a elaboração dos Planos Estratégicos 2021-2026, às deliberações definidas no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, no qual foram estabelecidas as metas nacionais para o ano de 2021 e a Resolução CSJT nº 290, de 20 de maio de 2021, que aprovou o

Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2021 a 2026, a Administração do TRT7 publicou o ATO TRT7.GP.Nº 64, DE 04 DE JUNHO DE 2021 que aprovou o seu Plano Estratégico para o período de 2021 a 2026

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Nosso plano estratégico está estruturado com base nos pilares Missão, Visão e Valores.

Nossos objetivos são abrigados em perspectivas e nossos compromissos estão materializados no Mapa Estratégico do TRT7: por meio do Aprendizado e Crescimento aperfeiçoaremos continuamente nossos Processos Internos para atender aos anseios da Sociedade.

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT7

MISSÃO INSTITUCIONAL

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido como tribunal ágil e efetivo, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável da jurisdição.

VALORES

Ética, Acessibilidade, Agilidade, Eficiência, Transparência, Inovação, Valorização das pessoas, Sustentabilidade, Efetividade, Comprometimento, Segurança jurídica, Respeito à diversidade.

SOCIEDADE

Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais

Promover o trabalho decente e sustentabilidade

PROCESSOS INTERNOS

Garantir a duração razoável do processo

Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados

Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

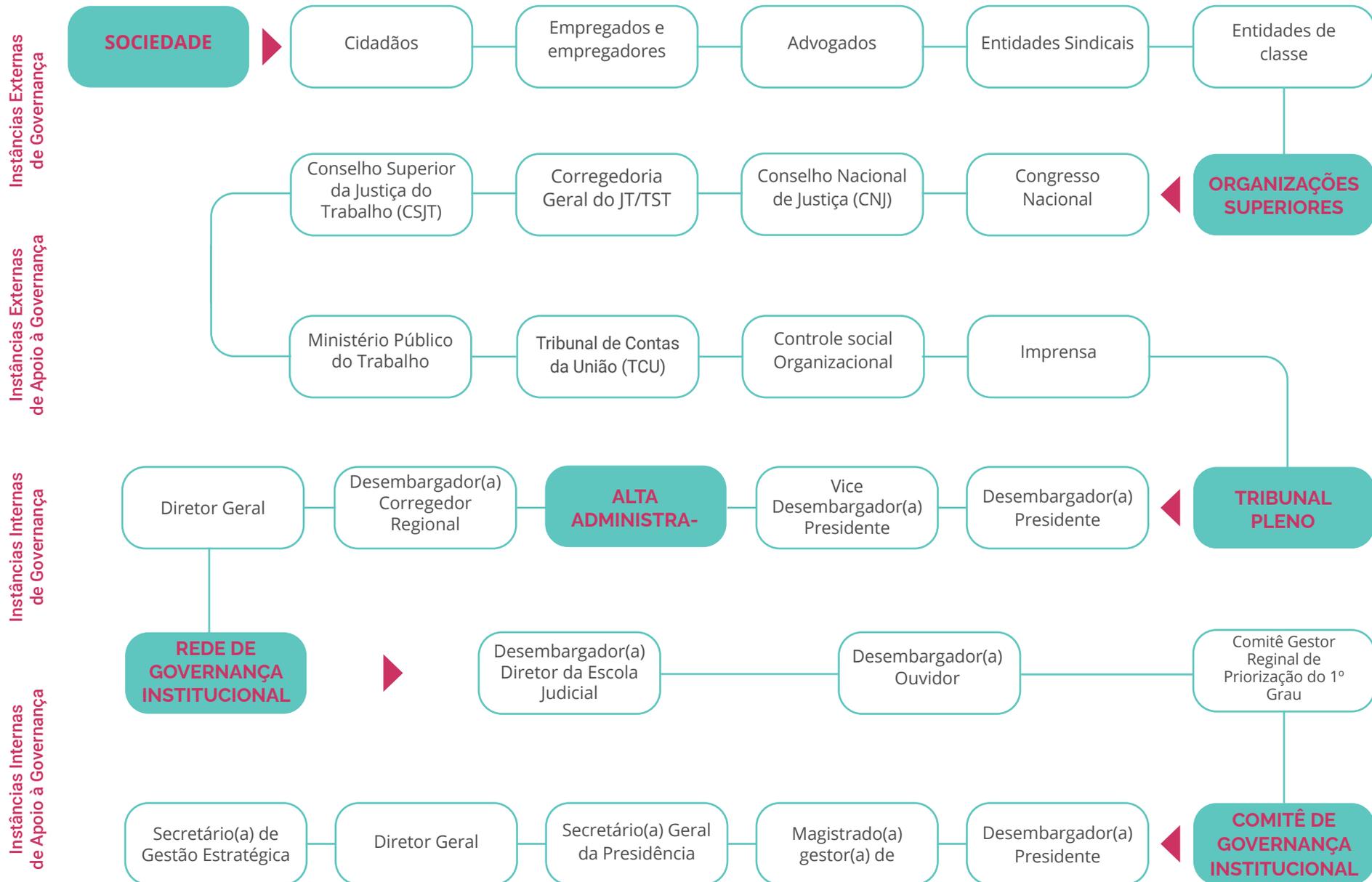
APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Incrementar modelo de gestão de Pessoas

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA



PRODUTIVIDADE DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO TRT/CE DURANTE A PANDEMIA

A Diretoria-Geral, no papel de coordenadora da execução da estratégia organizacional do TRT7, atuou na supervisão das atividades das Secretarias e Divisões integrantes da estrutura organizacional deste Regional, com o desafio principal de manter a produtividade da área administrativa no enfrentamento das dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19. Objetivo plenamente atingido, conforme dados que seguem:



159.948

Documentos produzidos



42.642

Remessas de processos



8.905

Processos arquivados



17.314

Demandas da TI

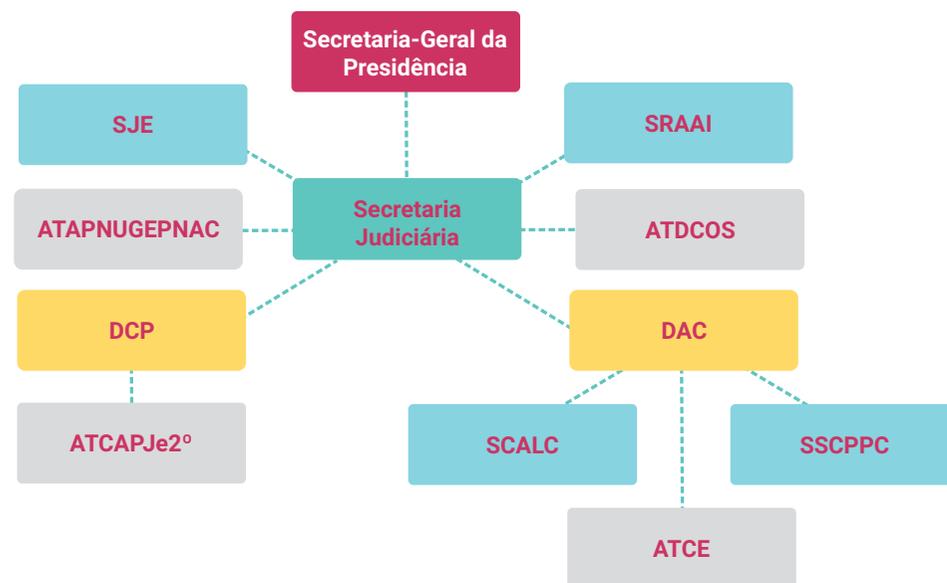
2021

Secretaria Judiciária

A Secretaria Judiciária está diretamente subordinada à Secretaria-Geral da Presidência, tendo como atribuição geral planejar, orientar, coordenar e supervisionar as ações necessárias à implementação das metas estratégicas anuais estabelecidas pela Administração, voltadas à Área Judiciária de Segunda Instância.

Apresenta a seguinte composição:

- ▶ Seção de Expedientes Judiciais - SEJ
- ▶ Seção de Recursos de Revista e Agravos de Instrumento - SRAAI
- ▶ Assessoria Técnica de Apoio ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - ATAPNUGEPNAC
- ▶ Assessoria Técnica de Digitalização e Comunicação com Órgãos Superiores - ATDCOS
- ▶ Divisão de Cadastramento Processual - DCP
- ▶ Divisão de Apoio ao Centro Judiciário de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos - DAC



Seção de Expedientes Judiciais – SEJ

Tem como atribuição geral auxiliar o Secretário no encaminhamento das rotinas administrativas e judiciais, bem como no planejamento, coordenação e execução das atividades da Secretaria Judiciária.

- ▶ No ano de 2021 foram entregues 21 Alvarás Judiciais, concernentes a levantamentos de depósitos recursais e multas.
- ▶ No que diz respeito a processos administrativos – Proad (pagamento de perícias judiciais e diversos) foram analisados 1134 processos, para fins de notificação de beneficiário e do juízo requisitante, com posterior arquivamento.
- ▶ Foram cadastradas 45 procuradorias nos processos eletrônicos e 137 novos peritos.
- ▶ Quanto à expedição de certidões solicitadas por advogados e público em geral, foram expedidas 30 certidões.
- ▶ Revisão dos normativos antes da publicação

Quanto à atividade de atendimento ao público, esta passou a ser exercida prioritariamente à distância, por meio de contato telefônico e *e-mail*.

Além dessas atividades a SJ passou, a partir de 2020, a avaliar e aprovar os cadastros de peritos no sistema SIGEO, bem como a realizar os cadastros das procuradorias no sistema PJe, no 1º e 2º graus.

Seção de Recursos de Revista e Agravos de Instrumento – SRAAI

Esta Seção, ao longo deste ano, procedeu, nos autos eletrônicos, à intimação/notificação das partes e procuradores via: DEJT, Sistema, Mandado, Carta de Ordem e Postal, certificação de trânsito em julgado, certificação de interposição de embargos de declaração em recurso de revista, certificação de interposição de agravos de instrumento, certificação de contrarrazões e contraminutas, alterações cadastrais das partes e procuradores, remessa ao TST, remessa à Primeira Instância e demais providências, no total de 10.093 processos (documentos confeccionados: 21.212 e movimentos lançados: 15.351).

Os dados acima foram colhidos junto à TI.

Assessoria Técnica de Apoio ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas -ATAPNUGEPNAC

A ATAPNUGEPNAC exerce a competência auxiliar de assessoria no planejamento, coordenação e execução das ações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC.

O NUGEPNAC é órgão vinculado à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – TRT7, com atribuições delineadas de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 235/2015.

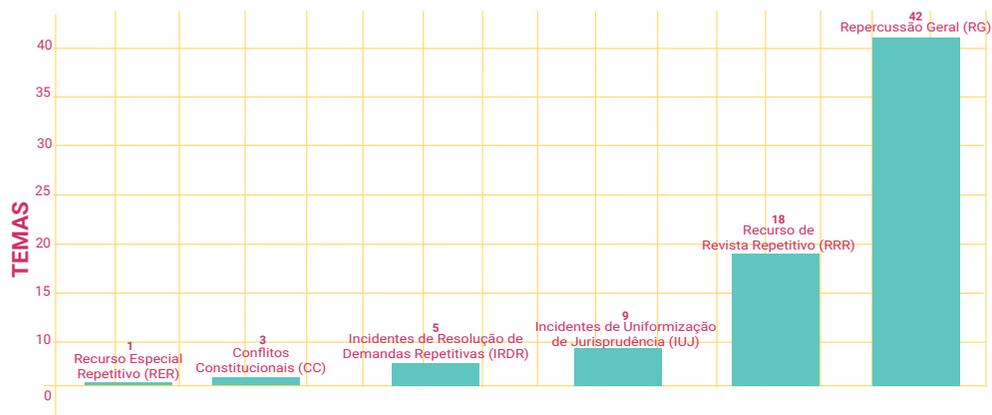
O NUGEPNAC foi instituído mediante o Ato TRT7.GP nº 1/2021 e, nesse âmbito, são suas deliberações lançadas no PROAD 4167/2021, tendo sido catalogadas, de início, no PROAD 1072/2019.

A atual composição da ATAPNUGEPNAC encontra-se definida na Portaria TRT7.GP Nº 188/2021.

O Sistema de Banco de Dados dos Casos Repetitivos e Precedentes gerencia as suspensões no 1º Grau e no 2º Grau, registrando-se a seguinte produção da ATAPNUGEPNAC no período do ano de 2021:

Produção da ATAPNUGEPNAC em 2021	
quantitativo de sobrestamentos	2.603
sobrestamentos encerrados, baixas e sobrestamentos ignorados	530
sobrestamentos decididos em 1ª e 2ª Instâncias e sobrestamentos transi-tados em julgados	151

Sistemas de Gestão de Precedentes PJe-JT - Produção ATAPNUGEPNAC



Assessoria Técnica de Digitalização e Comunicação com Órgãos Superiores – ATDCOS

A ATDCOS, no ano em questão, digitalizou 750 processos físicos, contendo 1.412 volumes, que foram convertidos para o PJe e tiveram recurso para o TRT, além de digitalizar 1.225 precatórios, com 2.073 volumes, com o objetivo de intimar as partes com cópia dos autos físicos. A remessa e recebimento de processos do TST, pelo PJe e e-Remessa, além do cumprimento de diligências vindas daquele Órgão, também fazem parte de suas atribuições.

Além disso, foram digitalizadas 103 pastas de arquivos funcionais de servidores, com 163 volumes.

Gestão de Riscos e Controles Internos

GESTÃO DE RISCOS

O Ato TRT7 N° 99/2016, instituiu o Comitê de Gestão de Riscos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região iniciando o percurso institucional para a implantação da gestão de riscos no regional.

Em prosseguimento, foram definidas a cadeia de valor do TRT7 (Ato nº 109/2016), a política de gestão de riscos (Ato nº 61/2018) e o plano de gestão de riscos (Ato 108/2019).

A instância de governança de gestão de riscos é o comitê de gestão de riscos, definido pela Portaria nº 502/2018.

A aculturação em gestão de riscos teve como marco a realização de capacitações dos gestores do tribunal em gestão de riscos difundindo metodologia e aplicação para a efetiva definição de mapa de gestão de riscos aplicado às contratações, bem como a utilização das ferramentas que propiciarão suporte às decisões em um ambiente de gestão que se consolida cada vez mais dinâmico.

Com a maturidade do painel de gestão de metas, o Painel 7 (<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiYTI0M2MtOTIzYS00MGJkLTkwYjltMjA5OGFhbnZlMjU1IiwidCI6IjYxOGESZWVvLWYxM2MtNDU4Ny1iODgzLTAwNWZiY2Q4N2FIZCJ9>), foram iniciados estudos para a demarcação de sinalizadores no citado painel, para acompanhamento do grau de cumprimento das metas nacionais, da Justiça do Trabalho e do Plano Estratégico do TRT7, em especial, para as metas 1 e 2 (julgar mais processos do que os distribuídos e julgar os processos antigos, respectivamente) que possuem série histórica com mais observações.

Os sinalizadores foram projetados por meio da técnica estatística do alisamento exponencial de Holt-Winters.

Em 2021, foi elaborado o documento de Estabelecimento do Contexto da Gestão de Riscos do TRT7 para o ciclo de 2021/2022

PRESIDÊNCIA

Comitê de Gestão de Riscos

Gestores dos riscos
Secretários, Diretores
e Coordenadores

Gestores dos riscos
Secretários, Diretores
e Coordenadores

Gestores dos riscos
Secretários, Diretores
e Coordenadores

Gestores de
Processos

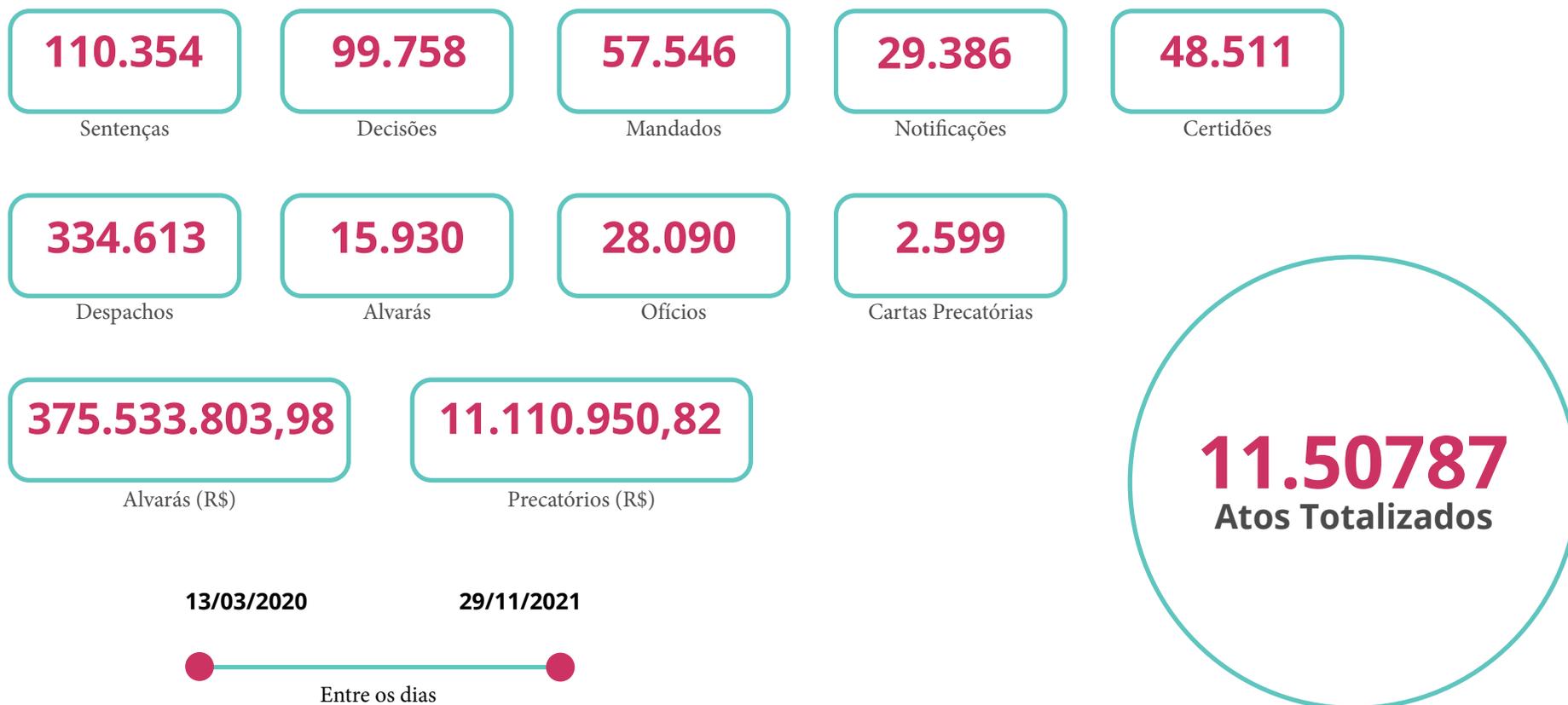
Objetivo Estratégico	Oportunidades	Riscos
Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida	Permanência do servidor apto à aposentadoria	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Aperfeiçoar a gestão de custos	Mapear os custos dos processos	Redução e contingenciamento de recursos orçamentários
Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC	Processo Judicial eletrônico - PJe e demais sistemas processuais	Restrições orçamentárias Quadro de pessoal de TIC
Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Melhoria contínua do sistema PJe/JT	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociação de conflitos	Ampliação da atuação do CEJUSC	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes	Ampliação do alcance da prestação jurisdicional	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais	Efetiva entrega da prestação jurisdicional	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção	Melhoria dos processos de trabalho	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania	Cumprir a missão institucional	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores

Resultados de gestão

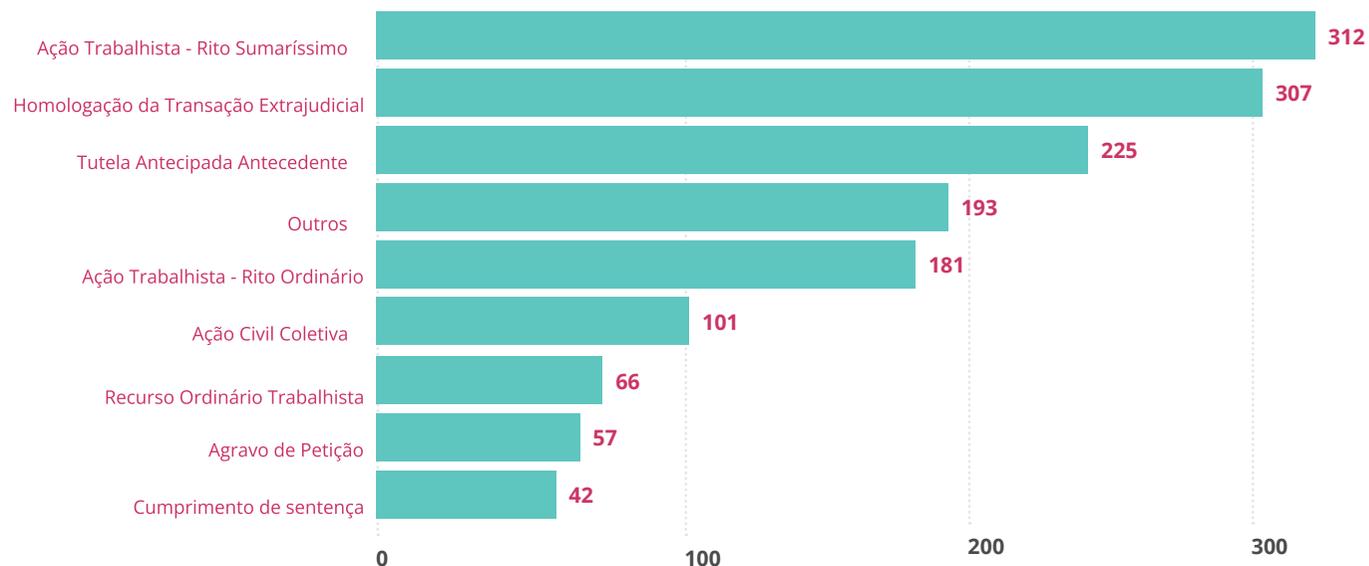
Em 2021 alavancamos as ações de transparência com a disponibilização de painéis de gestão (Bi's – Business Intelligence) para o amplo acesso aos resultados do TRT7.

Produtividade COVID-19

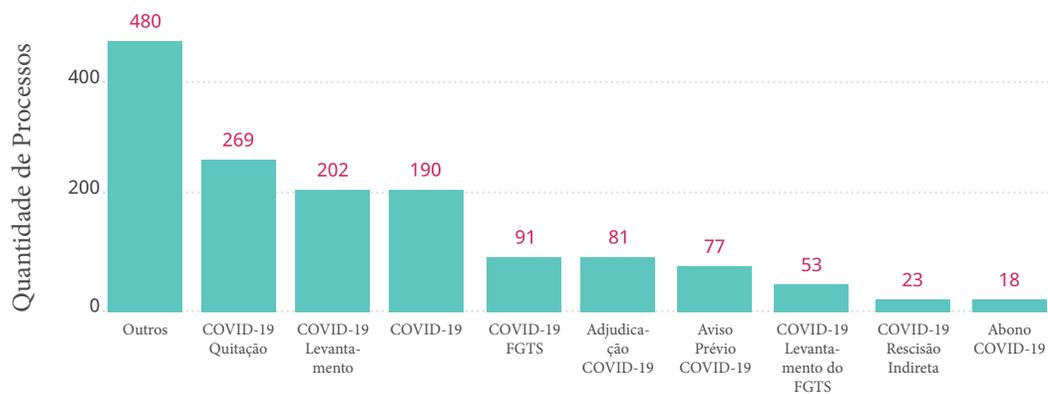
Painel de Produtividade COVID-19 – conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Foi elaborado pela Secretaria de Gestão Estratégica com atualização semanal até novembro de 2021 quando sua alimentação foi descontinuada por orientação do CNJ.



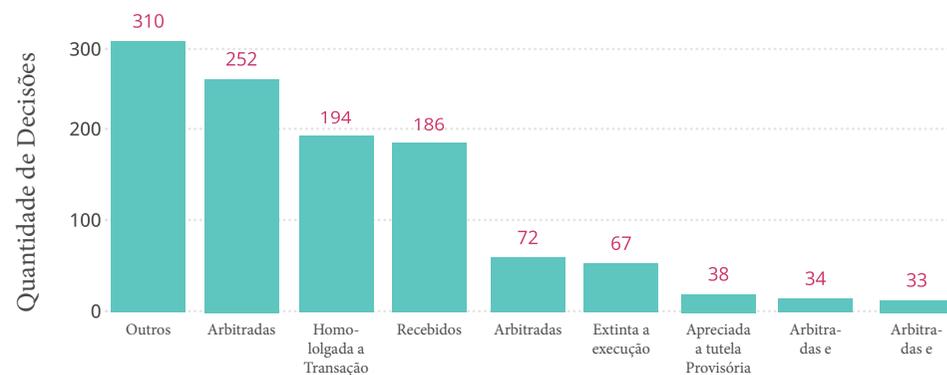
Área Judiciária - Processos com Assunto COVID-19



Assuntos



Tipo de decisão



PAINEL TRT7 EM NÚMEROS

Painel com as principais consolidações do TRT7 para a 1ª e 2ª Instância: processos recebidos, processos solucionais, processos conciliados e valores pagos aos reclamantes. Dados disponíveis referentes aos anos de 2020 e 2021.

1ª INSTÂNCIA (2021)

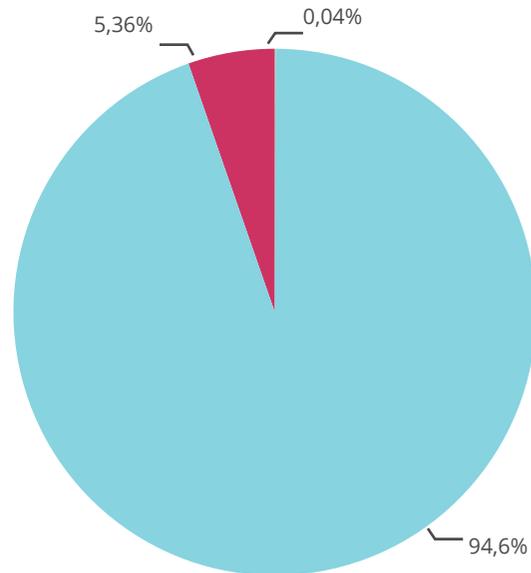
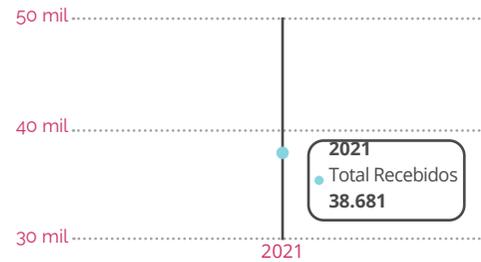
PROCESSOS RECEBIDOS

38.681

Total Recebidos

36.423

Casos Novos



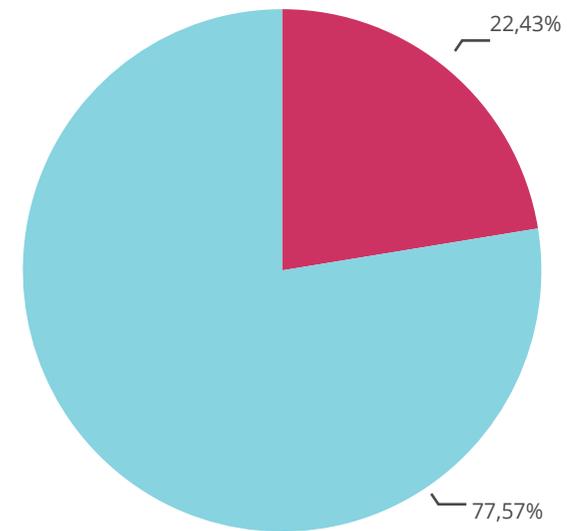
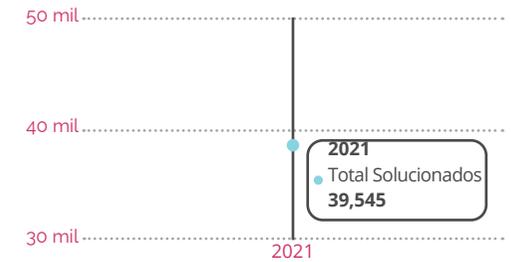
● Sentença Reformada ou Anulada ● Casos Novos ● Casos Redistribuídos

PROCESSOS SOLUCIONADOS

39.545

Total Solucionados

Série Histórica de Processos Solucionados



● Sem Exame de Mérito ● Com Exame de Mérito

1ª INSTÂNCIA (2021)

PROCESSOS CONCILIADOS

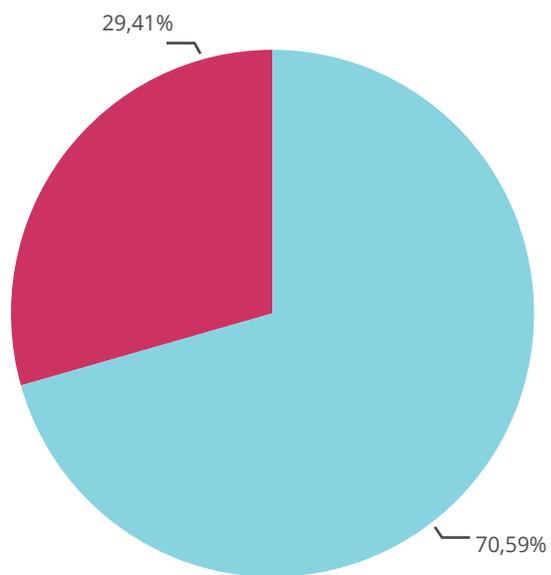
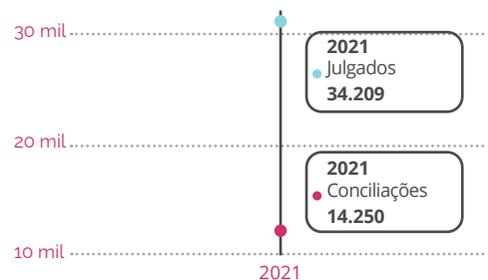
34.209

Julgados

14.250

Conciliações

Série Histórica de Processos Conciliados



● Julgados ● Conciliações

VALORES PAGOS AOS DEMANDANTES

Série Histórica de Valores Pagos aos Demandantes

R\$436,14 Mi

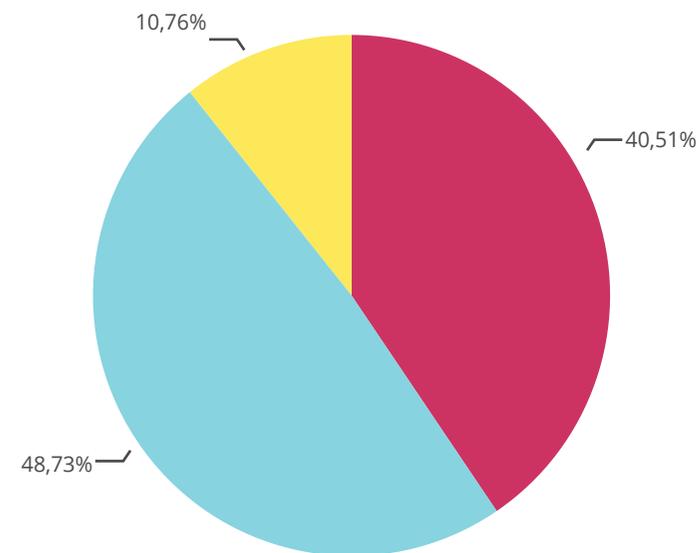
Montante Anual

R\$ 0,6 Bi

R\$ 0,4 Bi

2021
Montante Anual
R\$463.137.478,89

2021



● Acordos ● Decorrente de Execução ● Pagamento Espontâneo

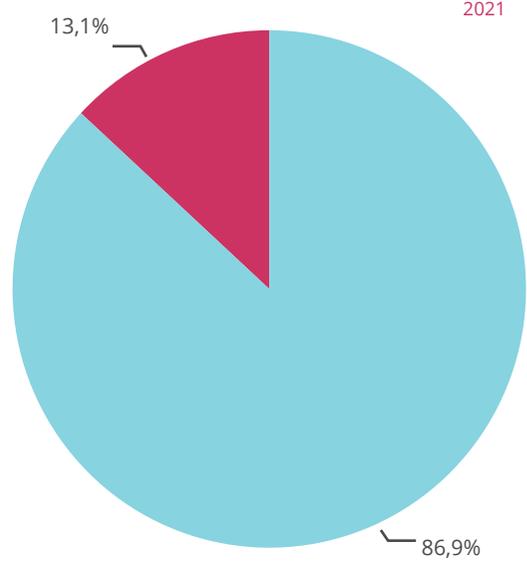
2ª INSTÂNCIA (2021)

PROCESSOS RECEBIDOS

Série Histórica de Processos Recebidos



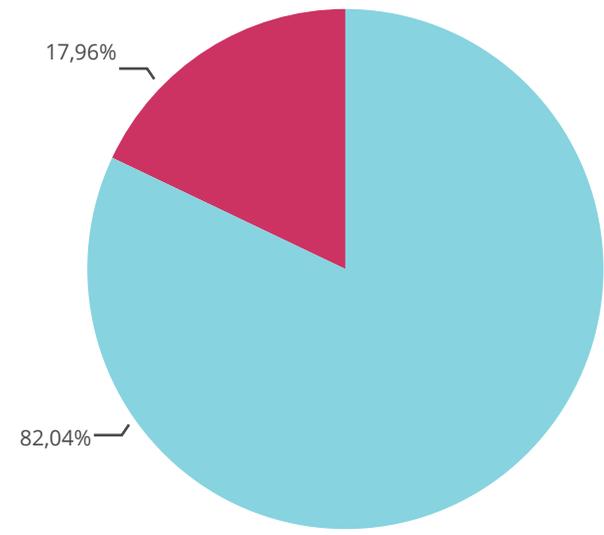
14.368
Total de Processos Recebidos



● Distribuídos ● Redistribuídos

VALORES PAGOS AOS DEMANDANTES

13.693
Total Julgados



● Ações Originarias e Recursos ● Recursos internos e Julgados

PAINEL 7 - METAS NACIONAIS

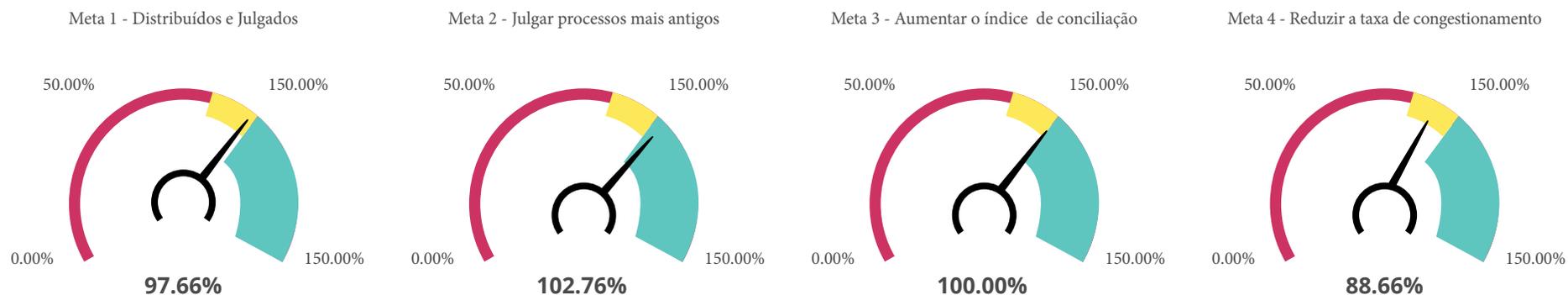


<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOGIzY2Q1YzUtNzc3OS00MDMwLTIiODk1YmNmMjU2ZGZkIiwidCI6IjYxOGESZWVklWYxM2MtNDU4Ny1iODgzLTAwNWZiY2Q4N2FIZCJ9>

Painel de Gestão desenvolvido pela Secretaria de Gestão Estratégica contendo nosso plano estratégico, mapa estratégico, visão geral do desempenho do TRT7 e desempenho por instância e por unidade judiciária (vara do trabalho).

Resumo dos Indicadores - TRT7

Grau de cumprimento atual -TRT7

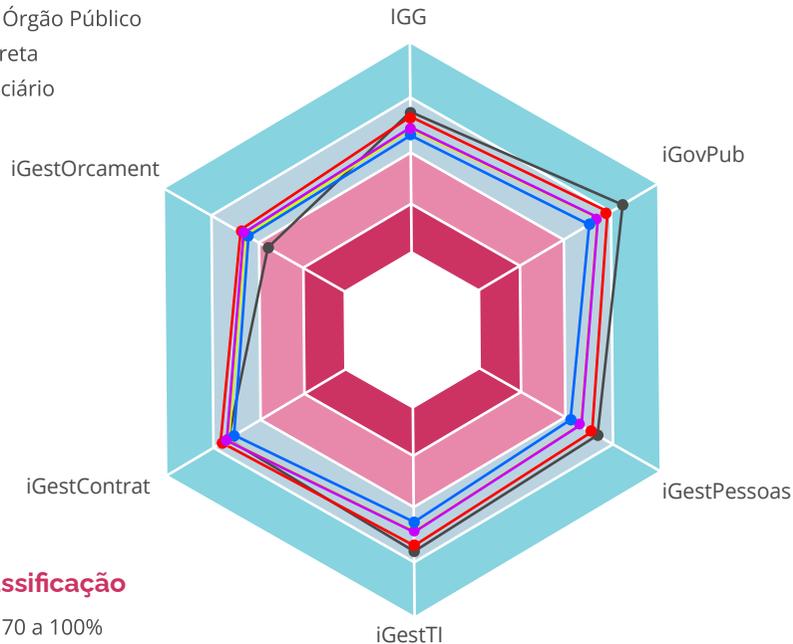


IGG 2021 - TCU

Em 2021 o Tribunal de Contas da União – TCU disponibilizou o levantamento e Gestão Públicas. O TRT alcançou resultados positivos expressivos em relação ao levantamento de 2018:

Índice integrado de governança e gestão públicas 2021

- Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
- Especialização da Justiça: Justiça do Trabalho
- Área temática: Tribunal do Judiciário
- Natureza Jurídica: Órgão Público
- Administração: Direta
- Poder Estatal: Judiciário



Faixas de Classificação

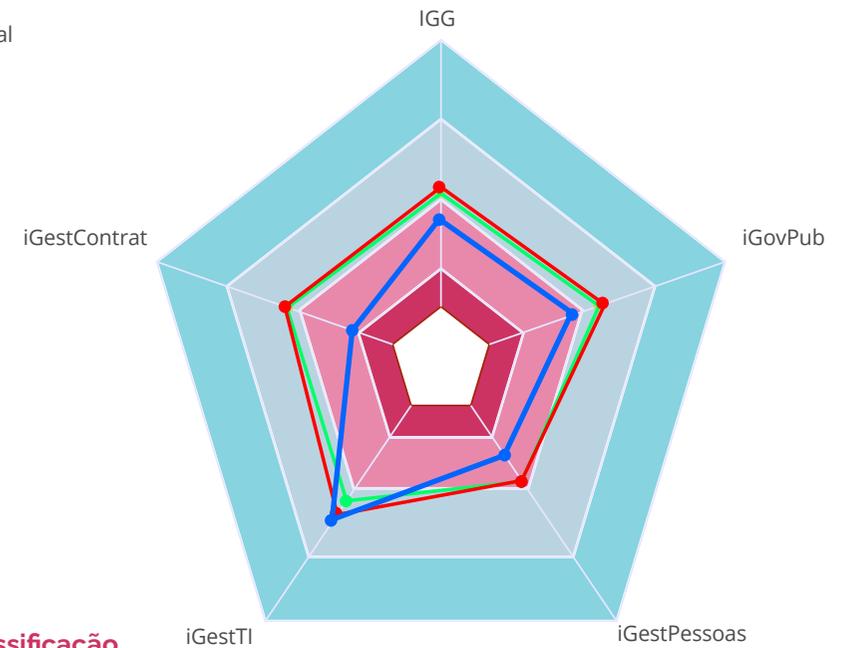
- APRimorado = 70 a 100%
- INTermediário = 40% a 69,9%
- INicial = 15 a 39,9%
- INExpressivo = 0 a 14,9%

Legenda:

- iGG - Índice integrado de governança e gestão públicas
- iGovPub - Índice de governança pública
- iGestPessoas - Índice de Gestão de Pessoas
- iGestTI - Índice de Gestão de TI
- iGestContrat - Índice de Gestão de Contratações
- iGestOrcament - Índice de gestão orçamentária

Índice integrado de governança e gestão públicas 2018

- TRT7
- Tribunal
- JUD
- Todos



Faixas de Classificação

- APRimorado = 70 a 100%
- INTermediário = 40% a 69,9%
- INicial = 15 a 39,9%
- INExpressivo = 0 a 14,9%

Legenda:

- iGG - Índice integrado de governança e gestão públicas
- iGovPub - Índice de governança pública
- iGestPessoas - Índice de Gestão de Pessoas
- iGestTI - Índice de Gestão de TI
- iGestContrat - Índice de Gestão de Contratações

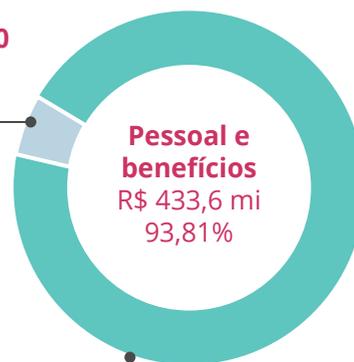
Alcançamos em 2021 o nível Aprimorado no que se refere à Governança Pública, nível intermediário para a Gestão de Pessoas e Gestão das contratações. Tais resultados refletem os intensos e contínuos esforços do TRT7 para a melhoria contínua da gestão e da governança.

Gestão Orçamentária e Financeira

Alocação de recursos em áreas específicas de gestão

A Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, disponibilizou recursos no montante de R\$ 462.223.323,00 para o TRT da 7ª Região, no exercício financeiro de 2021, para o desempenho da sua missão institucional, qual seja, solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a paz social e fortalecimento da cidadania. Os recursos ordinários, contemplados pela Lei Orçamentária Anual acima citada, foram distribuídos de acordo com a seguinte estrutura de gastos: Despesas com pessoal e encargos sociais, despesas de custeio, despesas de investimentos, conforme ilustração abaixo.

Despesas de benefícios
R\$ 21.222.548,00
5%



Despesas de pessoal

R\$ 412.371.051,00
95%



TRT 7ª REGIÃO
Exercício de 2021:
Dotação Autorizada
Inicial - LOA/2021:
R\$ 462.223.323,00



Despesas de investimentos
R\$ 3.244.073,00
11%

Despesas de custeio

R\$ 25.385.651,00
89%

Execução orçamentária

No exercício de 2021, além da dotação inicial autorizada na LOA, foram recebidos créditos suplementares no valor total de R\$ 10.541.115,00, dentre os quais R\$ 1.802.078,00 foram cancelamentos/remanejamentos entre ações orçamentárias, perfazendo um total de dotação autorizada de R\$ 470.962.360,00. Desse montante, foram empenhadas R\$ 461.831.975,32, liquidadas R\$ 459.900.362,91 e pagas despesas no volume de R\$ 459.889.314,18, valor este equivalente a 97,6% da dotação atualizada.

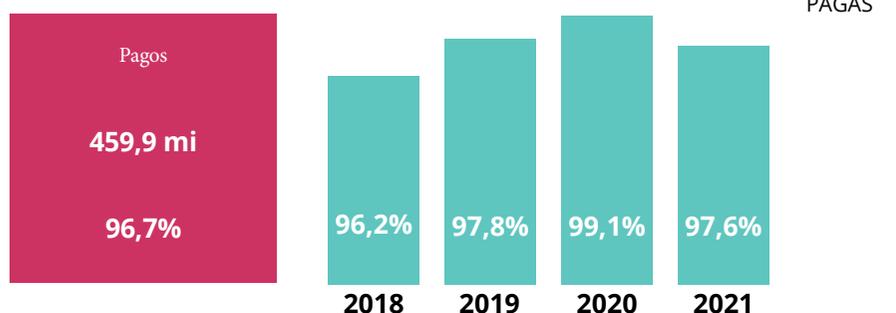
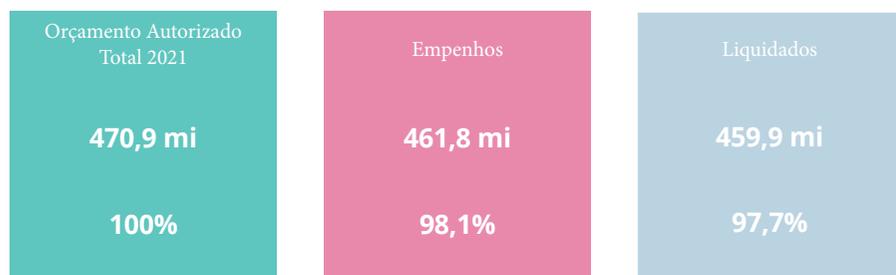
Todos os créditos suplementares recebidos para o grupo de despesas 4 (Investimentos) e 3 (Outras Despesas Correntes) - à exceção das despesas obrigatórias de pessoal e encargos - ocorreram através de oferecimento de recursos de outras ações superavitárias.

Ano	Despesa	Dotação Autorizada	Empenhada	%	Liquidado	%	Pago	%	RP pago (1)
2021	Pessoal e encargos sociais	422.860.088	416.406.315	98,5%	416.283.592	98,4%	416.282.300	98,4%	183.675,76
	Benefícios	20.937.548	20.707.071	98,9%	20.707.071	98,9%	20.707.071	98,9%	-
	Custeio	23.920.651	21.522.070	90,0%	20.886.987	87,3%	20.877.230	87,3%	545.018
	Investimentos	3.244.073	3.196.520	98,5%	2.022.713	62,4%	2.022.713	62,4%	436.695
	Total	470.962.360	461.831.975	98,1%	459.900.363	97,7%	459.889.314	97,6%	1.165.389
2020	Pessoal e encargos sociais	410.407.392	408.667.282	99,6%	408.470.070	99,5%	408.470.070	99,5%	-
	Benefícios	21.168.130	20.919.124	98,8%	20.919.124	98,8%	20.919.124	98,8%	-
	Custeio	19.723.588	19.422.200	98,5%	18.716.886	94,9%	18.716.886	94,9%	182.667
	Investimentos	3.468.921	3.245.545	93,6%	2.808.850	81,0%	2.808.850	81,0%	152.115
	Reserva de Contingência	363.047	-	-	-	-	-	-	-
Total	455.131.078	452.254.151	99,4%	450.914.931	99,1%	450.914.931	99,1%	334.782	
2019	Pessoal e encargos sociais	408.329.062	400.125.951	98,0%	400.125.951	98,0%	400.125.951	98,0%	1.363.136
	Benefícios	21.530.714	21.417.427	99,5%	21.417.427	99,5%	21.417.427	99,5%	13.694
	Custeio	27.497.189	26.469.881	96,3%	26.221.061	95,4%	26.221.061	95,4%	966.770
	Investimentos	1.503.118	1.249.227	83,1%	1.099.296	73,1%	1.091.596	72,6%	114.124
	Total	458.860.083	449.262.486	97,9%	448.863.736	97,8%	448.856.036	97,8%	2.457.724

Dotação e execução das despesas do TRT 7ª Região - valores em reais.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial Nota (1) Compreendem os restos a pagar processados e não processados pagos.

Nível da execução orçamentária - TRT 7ª Região

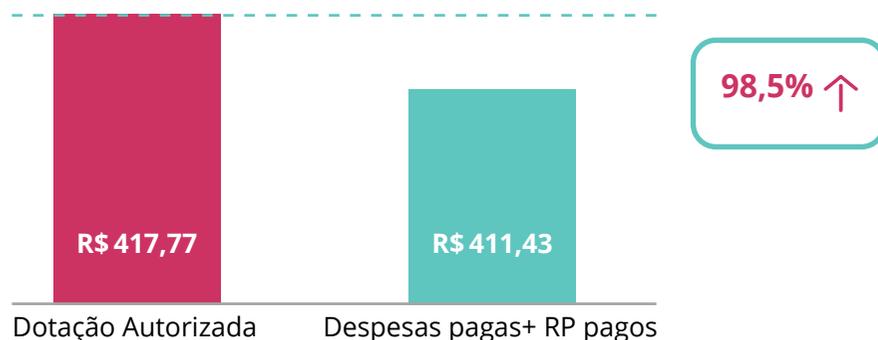


Nível da execução orçamentária - TRT 7ª Região - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Execução das despesas primárias TRT7ª Região

Limite máximo de pagamento de despesas primárias

Posição 31/12/2021
Valores em milhões



Nível da execução das despesas primárias - TRT 7ª Região - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Limite de pagamentos de despesas primárias

O Ato Conjunto TST/CSJT nº 16/2021, em observância aos preceitos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/16, divulgou os limites de pagamento de despesas primárias a serem observados no exercício em referência, para toda a Justiça do Trabalho. Para fins de apuração de limite de pagamentos, consideraram-se, também, os restos a pagar pagos no exercício.

No aludido normativo, da mesma forma que no ano anterior, foi antecipada a data limite para emissão de notas de empenho para o dia 21 de dezembro, assim como emissão de ordens bancárias, para o dia 29 de dezembro de 2021.

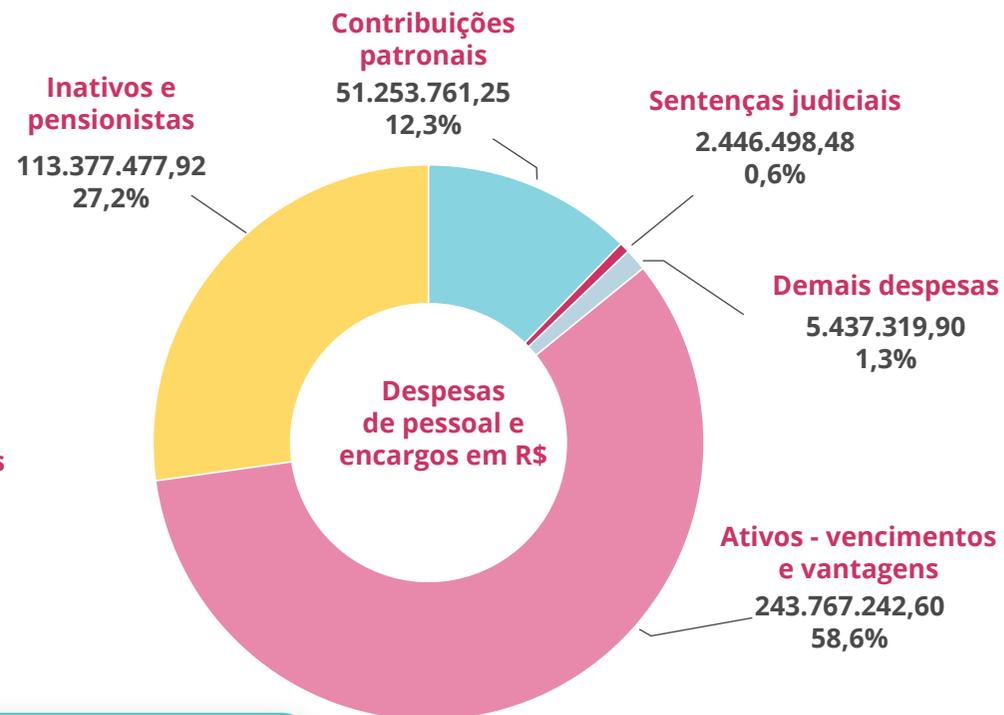
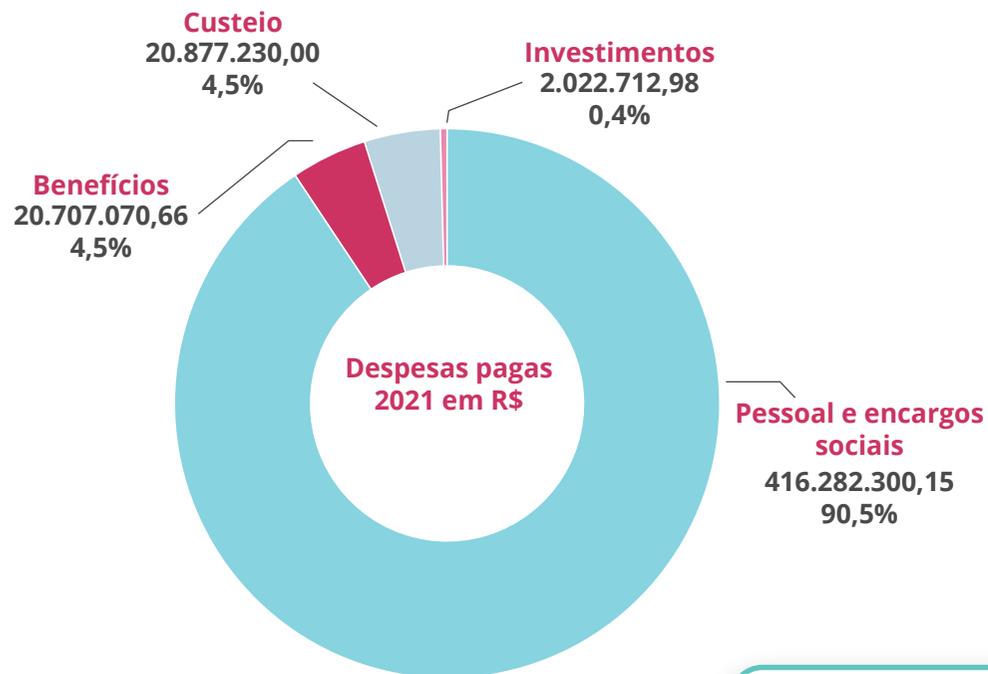
Para este TRT 7ª Região foi atribuído um limite de pagamentos inicial de R\$ 409.166.487,00, desconsiderado desse montante o valor relativo às despesas financeiras - contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Ação 09HB). Ao final do exercício, esse limite foi atualizado, em razão dos créditos suplementares, para cifra de R\$ 417.766.741,00.

O montante de pagamentos realizados em

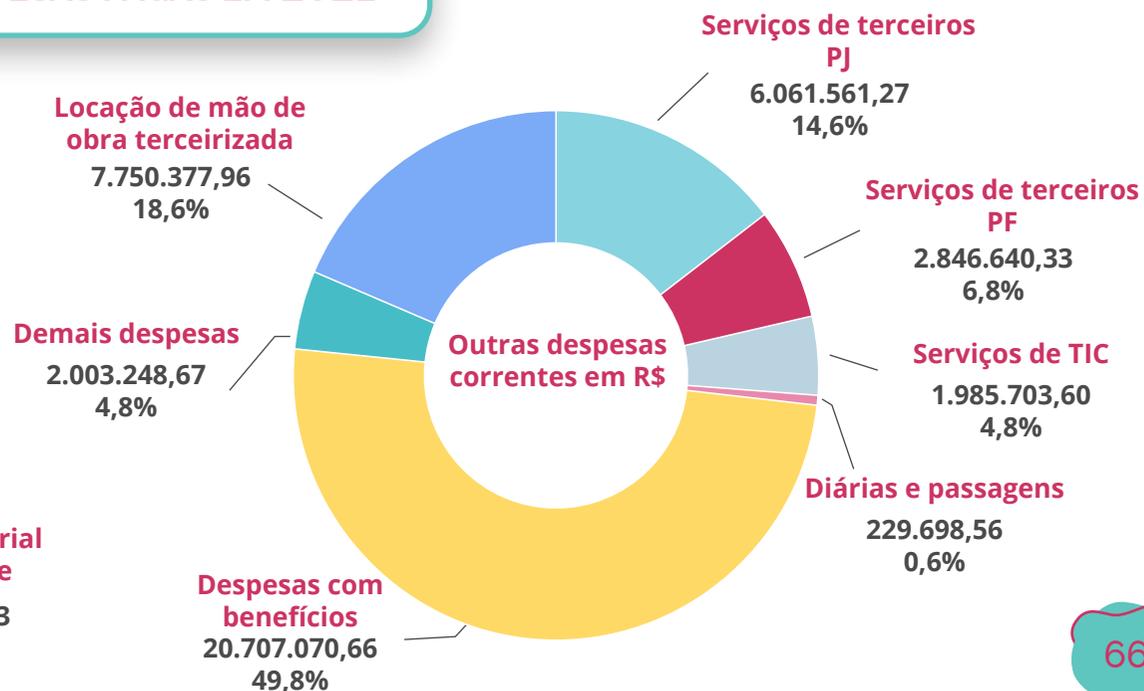
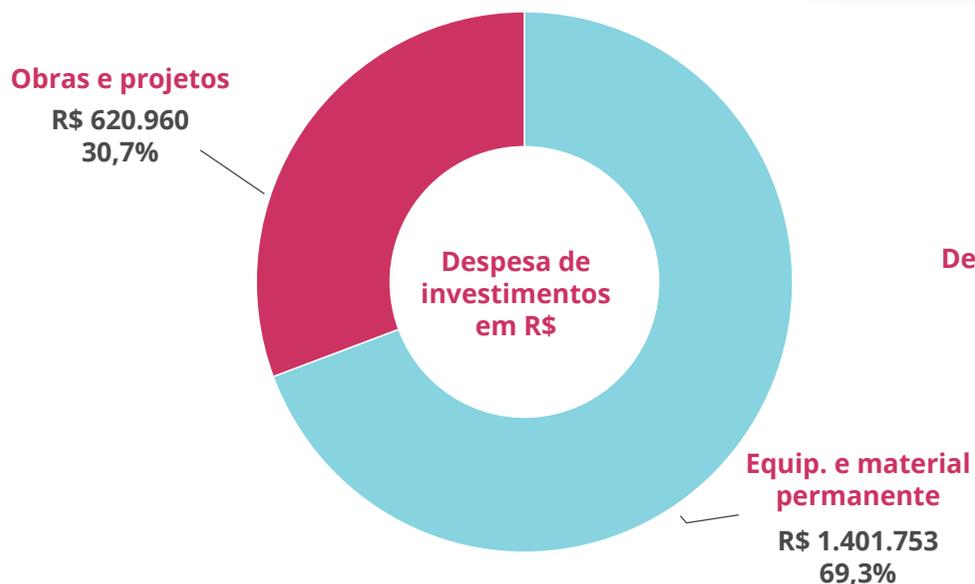
2021 - incluídos os pagamentos decorrentes de restos a pagar - pode ser verificado no gráfico anterior, bem como na tabela a seguir, evidenciando que o referido limite foi devidamente respeitado.

Grupo de despesas	Dotação Autorizada	Despesas Pagas (A)	Restos a Pagar Pagos (B)	Totais (A+B)
Investimentos	3.244.073,00	2.022.712,98	436.694,68	2.459.407,66
Outras despesas correntes	44.858.199,00	41.584.301,05	545.018,32	42.129.319,37
Pessoas e encargos	369.664.469,00	366.660.353,30	183.675,76	366.844.029,06
Total	417.766.741,00	410.267.367,33	1.165.388,76	411.432.756,09

Montante pago em 2021 - despesas primárias - TRT7ª Região - Valores em Reais R\$ - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



DESPESAS PAGAS EM 2021



Valores pagos por grupo e elemento de despesa

Elemento de despesas - Pessoal e encargos	2021	2020	2019
11-Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	240.727.703	238.964.909	240.202.380
01-Aposent.RPPS, reser.remuner. e refor.militar	91.161.838	91.035.393	88.746.429
13-Obrigações patronais	50.048.054	49.113.901	41.339.766
16-Despesas variáveis	3.039.539	2.993.890	2.762.246
03-Pensões do RPPS e do militar	22.215.640	20.917.300	20.583.508
92-Despesas de Exercícios Anteriores	4.367.841	831.129	2.020.248
Demais elementos	4.721.684	4.613.549	4.471.372
Total	416.282.300	408.470.070	400.125.951

Elemento de despesas - Outras Despesas	2021	2020	2019
46-Auxílio-alimentação	10.868.471	10.851.485	11.044.671
08-Outros Benefícios Assistenciais	2.000.815	2.116.806	2.291.057
93-Indenizações e restituições	8.893.912	8.653.765	9.777.813
37-Locação de mão de obra	7.750.378	7.201.745	8.621.810
39-Outros serviços de terceiros PJ	6.061.561	4.588.364	6.437.735
36-Outros serviços de terceiros PF	2.846.640	2.706.183	3.892.793
40-Tecnologia da informação e comunicação	1.985.704	1.777.113	2.295.461
30-Material de consumo	586.406	533.897	958.659
Demais Elementos	590.414	1.206.653	2.318.491
Total	41.584.301	39.636.011	47.638.489

Elemento de despesas	2021	2020	2019
52-Equipamentos e material permanente	1.401.753	2.068.196	578.119
40-Tecnologia da informação e comunicação	-	740.654	159.990
51-obras e instalações	620.960	-	353.487
Total	2.022.713	2.808.850	1.091.596

Tabelas 9 - Valores pagos por grupo e elemento de despesa.

Execução física e financeira

Execução Física						Execução Financeira	
Ação Orçamentária	Plano Orçamentária	Meta LOA	Unidade de Medida	Realizado	Realizado	Valores Pagos	% Execução
4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – 0023 no Estado do Ceará	4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	53.288	Processo julgado unidade	52.967	99%	21.941.205,41	86,2%
	0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	-	-	-		19.567.645,34	86,8%
	0001 - Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de TI	2	Sistema mantido	2	100%	1.969.579,35	84,8%
	0002 – Capacitação de Recursos Humanos	600	Servidor capacitado	677	113%	362.811,70	72,8%
	0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	80	Magistrado capacitado	70	88%	41.169,02	41,6%
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores – 0023 no Estado do Ceará	2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	3.087	Pessoa beneficiada	3.028	98,1%	7.827.982,84	98,3%
212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes – 0023 no Estado do Ceará	212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus dependentes	-	-	-		12.879.087,82	99,3%
	0001 – Assistência Pré-Escolar	235	Pessoa beneficiada	211	89,8%	1.822.120,39	98,0%
	0003 – Auxílio Transporte de Cívicos	23	Pessoa beneficiada	13	56,5%	7.813,10	36,5%
	0005 – Auxílio Alimentação de Cívicos	1008	Pessoa beneficiada	1.033	102%	10.869.670,95	99,8%
	0009 – auxílio Funeral e Natalidade de Cívicos	-	-	-		179.483,38	88,0%
216H – Ajuda de Custo para Moradia ou auxílio-moradia a Agentes Públicos – 0023 no Estado do Ceará	AMO – Ajuda de Custo para Moradia ou auxílio-moradia a Agentes Públicos	3	Agente público beneficiado – unidade	4	133%	75.722,63	63,8%
219I – Publicidade Institucional e de utilidade pública – 0023 no Estado do Ceará	0000 – Publicidade Institucional e de utilidade pública	1018	Matéria veiculada – unidade	1488	146%	43.824,99	46,1%
4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – 0023 – no Estado do Ceará	0000 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	1500	Pessoa assistida - unidade	942	63%	839.190,34	56,2%
20TP - Ativos Cívicos da União – 0023 no Estado do Ceará	20TP - Ativos Cívicos da União	-	-	-		248.391.665,34	99,6%
0181 - Aposentadorias e Pensões Cívicas Da União – 0023 no Estado do Ceará	0181 - Aposentadorias e Pensões Cívicas Da União	-	-	-		118.268.687,96	98,6%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações – 0023 no Estado do Ceará	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações	-	-	-		49.621.946,85	93,3%
0056 - Benefício especial e demais complementações de aposentadoria - 0023 no Estado do Ceará	0001 - Benefício especial	-	-	-		-	0,0%
TOTAL GERAL:						459.889.314,18	97,6%

Execução física e financeira em 2021 Unidade Orçamentária: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará
Tabela 10 - Execução física e financeira em 2020 / Unidade Orçamentária: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará.
Nota (*) Metas físicas reprogramadas em agosto/2020.

O valor total pago no exercício de 2021 importou em R\$ 459,9 milhões, dos quais 90,5% corresponderam a despesas de pessoal e encargos sociais, 4,5% a Benefícios, 4,5% a custeio e 0,4% a investimentos.

Os dados do acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias quantificam a produção de bens e serviços ofertados à sociedade, indicados pelos produtos das ações e dos planos orçamentários, coletando informações referentes à efetiva entrega dos produtos orçamentários.

Por fim, da análise do quadro da execução física e financeira e do gráfico abaixo, verifica-se que o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região alcançou praticamente metade das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual/2021, estando, pois, justificados os motivos pelo não alcance das demais metas. Todos os dados e informações foram tempestivamente encaminhados para a Secretaria do Tesouro Nacional por intermédio do Sistema SIOP.

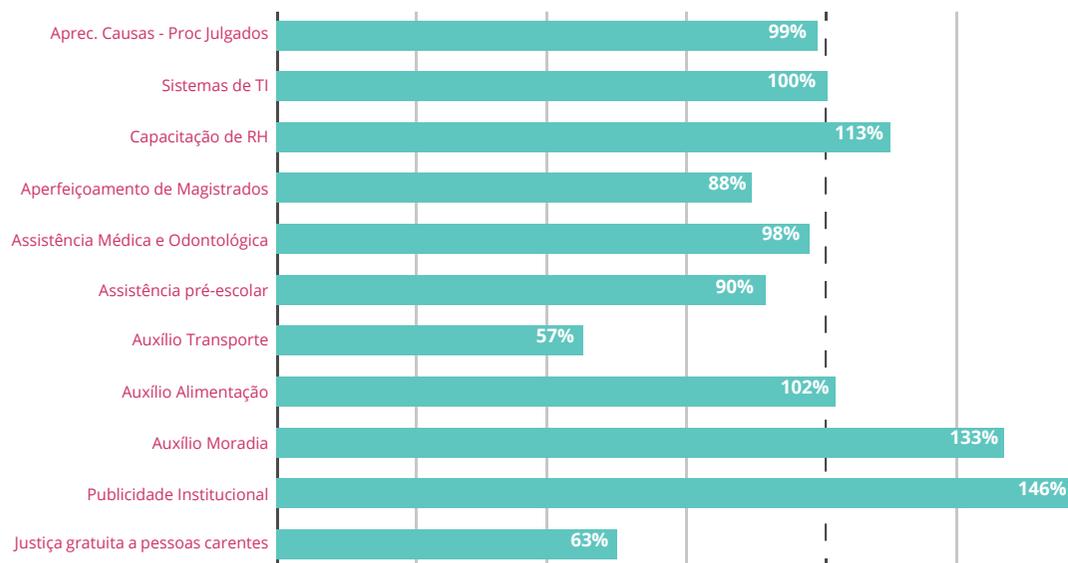


Gráfico 23 – Percentual de cumprimento das metas físicas em 2021 por Ação Orçamentária/Plano Orçamentário
Nota (1) – Houve execução de despesas relativas a auxílio moradia apenas a servidores.

Gráfico 23 – Percentual de cumprimento das metas físicas em 2020 por Ação Orçamentária/Plano Orçamentário
Nota (1) – Houve execução de despesas relativas a auxílio moradia apenas a servidores.

Inscrições em restos a pagar

No exercício financeiro de 2021, foi inscrito e reinscrito o volume de R\$ 1,9 milhão de restos a pagar (RAP), relativamente a esta Unidade Orçamentária (15108), o que representou um acréscimo de R\$ 603,4 mil (45,1%) em relação à inscrição ocorrida no exercício de 2021 (R\$ 1,3 milhão), em virtude de fatos supervenientes esclarecidos pelos gestores de contratos em processo administrativo aberto para esta finalidade. Os recursos em restos a pagar inscritos foram assim distribuídos por grupo de despesas (GND): R\$ 644.839,38 em despesas de custeio, R\$ 1.173.806,90 em despesas de investimentos e R\$ 124.014,86 relativos a despesas de pessoal. Não houve reinscrição de recursos em restos a pagar.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, regulamentado no âmbito da Justiça do Trabalho pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 16/2021, os limites de pagamento para cada órgão deverão observar os restos a pagar pagos no exercício, ou seja, os RAP pagos no exercício concorrem com os pagamentos do próprio orçamento.

O Gráfico a seguir informa a evolução do estoque de restos a pagar dos últimos anos. Verifica-se uma redução substancial para patamares administráveis. Muito embora tenha seu valor elevado, seu percentual em relação ao orçamento deste Tribunal encontra em reduzidos patamares abaixo de 0,5%, o que será objeto de acompanhamento sistemático.

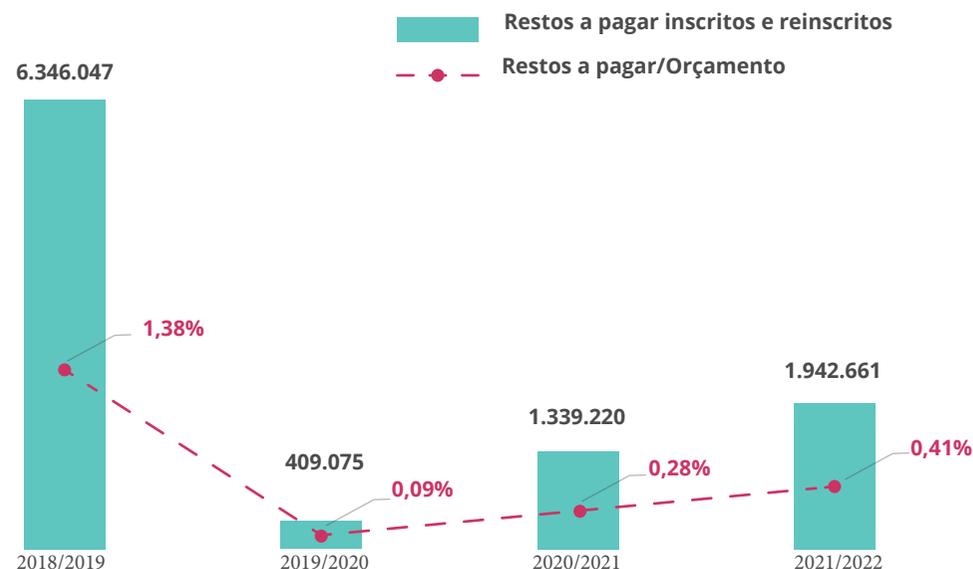
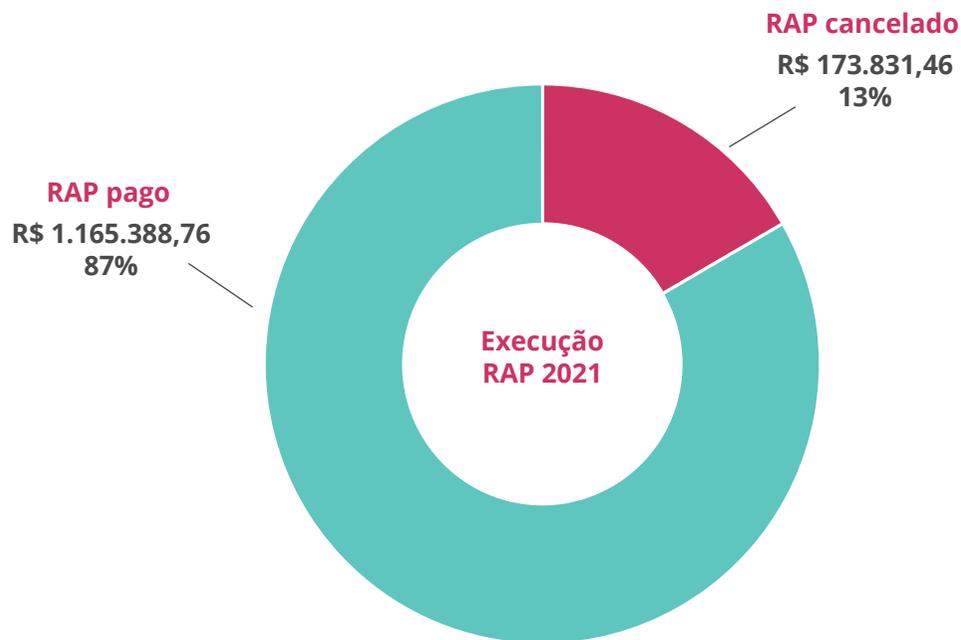


Gráfico 24 – Evolução do estoque de RP - TRT7ª Região - 2017 a 2020. Percentual do RP x orçamento (dotação atualizada).

Gráfico 24 – Evolução do estoque de RP - TRT7ª Região - 2017 a 2020. Percentual do RP x orçamento (dotação atualizada).



Execução de Restos a Pagar – RAP – Exercício de 2021.
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial.

No tocante à execução dos restos a pagar em 2021, ressalte-se que 87% dos RAP inscritos - processados e não processados - foram efetivamente pagos no referido exercício, totalizando R\$1.165.388,76. O restante de R\$173.831,46 foi cancelado. Não houve reinscrição de restos a pagar o que denota um firme comprometimento na redução desses estoques.

Despesas por Modalidade de Contratação

Ano	Modalidade de contratação	Empenhado	Liquidado	Pago
2021	Pregão Eletrônico	15.886.170	14.398.895	14.389.138
	Dispensa de licitação	3.509.689	3.486.560	3.486.560
	Inexigibilidade	703.524	681.619	681.619
	Suprimento de fundos	-	-	-
	Não se aplica(1)	441.732.593	441.333.288	441.331.996
	Total de despesas	461.831.975	459.900.363	459.889.314
2020	Pregão Eletrônico	14.507.561	13.773.039	13.773.039
	Dispensa de licitação	2.724.814	2.721.372	2.721.372
	Inexigibilidade	799.773	635.419	635.419
	Suprimento de fundos	-	-	-
	Não se aplica(1)	434.222.003	433.785.101	433.785.101
	Total de despesas	452.254.151	450.914.931	450.914.931
2019	Pregão Eletrônico	18.188.202	17.822.007	17.814.307
	Dispensa de licitação	4.014.919	3.992.510	3.992.510
	Inexigibilidade	1.203.813	1.193.666	1.193.666
	Suprimento de fundos	-	-	-
	Não se aplica(1)	425.855.552	425.855.552	425.855.552
	Total de despesas	449.262.486	448.863.736	448.856.036

Unidade Orçamentária: TRT 7ª Região 15108 - Valores em R\$.

Nota(1): corresponde a empenhos de pessoal, benefícios, diárias, etc, não enquadráveis em processos de licitação.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial.

O quadro acima demonstra a despesa realizada por modalidade de contratação, nos três últimos exercícios, atinentes às Leis nºs 4.320/64, 8.666/93, 10.520/2002, 14.133/2021 e suas alterações, e ao Decreto nº 93.872/86, segregadas em despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício, de recursos próprios consignados na LOA deste Tribunal.

Verifica-se que a despesa empenhada na modalidade de contratação previstas na Lei nº 8.666/93, 14.133/2021 e na Lei nº 10.520/02 (Pregão) representou em termos de valores 79% em 2021, percentual levemente inferior ao de 80,5% no exercício de 2019.

Vale ressaltar a preferência deste Tribunal pelas contratações mediante Pregão, em sua forma eletrônica, por entender-se que esta modalidade de licitação possibilita a obtenção de melhores preços para a Administração Pública, face à universalidade e a rapidez das informações por meio da utilização da Internet. No exercício de 2021, não houve empenhos de despesas na modalidade concorrência, tomada de preços ou convite.

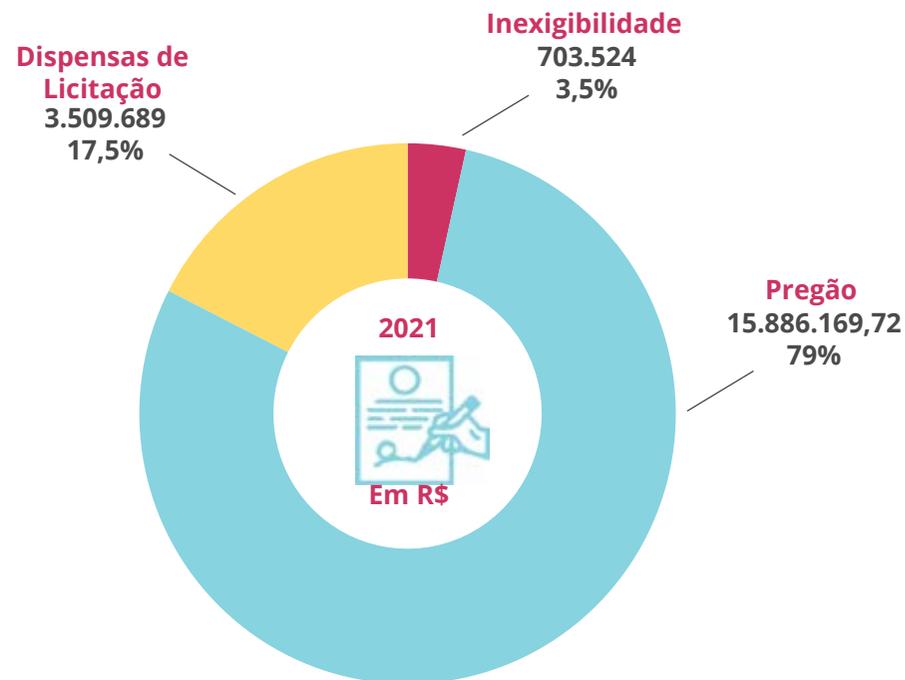


Gráfico de distribuição em percentual das despesas empenhadas por modalidade de contratação – excetuada a modalidade não se aplica.

As contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação foram devidamente fundamentadas com base nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993, respectivamente, e ratificadas pela autoridade competente deste órgão, correspondendo a 17,5% e 3,5% do valor total empenhado das contratações realizadas em 2021. As contratações efetivadas com supedâneo nos referidos artigos da Lei de Licitações correspondem, principalmente, às despesas com locação de imóveis, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e esgoto, serviços postais, entregas e encomendas – ECT, serviço de TIC, contratação de serviços de treinamento, dentre outros.

Observa-se que não se aplica modalidade de contratação para as despesas de pessoal e encargos sociais, diárias, benefícios, despesas com indenizações e restituições a servidores, despesas de custeio a magistrados, assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, bem como outras sem enquadramento nas leis acima citadas e empenhadas na modalidade “não se aplica” no Grupo de Natureza de Despesa 3.

Suprimento de Fundos

Foi instruído no exercício de 2021 o processo administrativo Proad nº 2537/2021 a fim de custear despesas de pequeno vulto, no valor correspondente de R\$ 2.000,00. Contudo, em face da não utilização dos referidos recursos, os valores foram devidamente estornados ao longo do exercício.

Recursos descentralizados

Os recursos descentralizados não fazem parte do orçamento deste Regional. Trata-se de verbas repassadas por meio de destaque (descentralização externa) ou provisão (descentralização interna) para o TRT7, a fim de que este no papel de Unidade Gestora possa executá-los.

Os recursos recebidos por destaque de outros órgãos da Administração Pública são destinados ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, na forma de precatórios.

Assim, o orçamento total atualizado em favor deste Tribunal importou em R\$ 474.362.933,09, considerados os créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual, os créditos adicionais e as descentralizações recebidas cuja execução destas últimas alcançou um percentual muito próximo a 100%, evitando ao mínimo saldos em restos a pagar, conforme se verifica do quadro abaixo.

Unidade Orçamentária	Ação/Plano Orçamentário	Provisão/Destaque	Crédito disponível	Empenhado	Liquidado	Pago
15101-Tribunal Superior do Trabalho	4256-0006- Trabalho Seguro	7.989,57	-	7.989,57	7.989,57	7.989,57
	4256-0007- Combate ao trabalho infantil e de estímulo a aprendizagem	13.673,75	-	13.673,75	8.948,75	8.948,75
	2C73-0000 - Manutenção do Sistema nacional de Tecnologia da Informação	21.300,00	-	21.300,00	21.300,00	21.300,00
26233 - Universidade Federal do Ceará	0005-0001- Precatórios	142.147,00	-	142.147,00	142.147,00	142.147,00
26405 - Instit. Federal de Educ. Cien. e Tecnologia do Ceará	0005-0001- Precatórios	272.352,00	-	272.352,00	272.352,00	272.352,00
71103-Encargos Financ.da Uniao-Senten- cas judiciais	0005-0001- Precatórios	1.876.911,00	-	1.876.911,00	1.876.911,00	1.876.911,00
	0625-0001 - Requisições de pequeno valor	1.066.199,77	-	1.066.199,77	1.066.199,77	1.066.199,77
Total		3.400.573,09	-	3.400.573,09	3.395.573,09	3.395.848,09

Execução de despesas com recursos descentralizados em 2021. Valores em reais.
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Precatórios e Requisições de pequeno valor

Origem	Quantidade de Processos	Provisão/Destaque	Empenhado	Liquidado	Pago
0005-0001- Precatórios	5	2.291.410,00	2.291.410,00	2.291.410,00	2.291.410,00
0625-Sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor	60	1.066.199,77	1.066.199,77	1.066.199,77	1.066.199,77
Total	65	3.357.609,77	3.357.609,77	3.357.609,77	3.357.609,77

Execução de despesas com precatórios e requisições de pequeno valor em 2021
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os créditos orçamentários oriundos de destaque (descentralizações externas) de Órgãos da Administração Direta e Indireta foram destinados ao pagamento de precatórios da Justiça do Trabalho, cadastrados no SIAFI pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT. Do montante autorizado na Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – consignou-se para o cumprimento de precatórios o valor de R\$ 2.291.410,00. No tocante às provisões (descentralizações internas) para pagamento de RPV, foi descentralizada a cifra de R\$ 1.066.199,77.

A gestão dos precatórios no âmbito deste Tribunal é de competência da Divisão de Precatórios Requisitórios e Cálculos Judiciais, restando a atribuição quanto aos procedimentos de execução da despesa, após a devida ordenação pela autoridade competente, à Divisão de Orçamento e Finanças. De um modo geral, não tem ocorrido óbice em se dar cumprimento à execução dos pagamentos de precatórios da União e Requisições de Pequeno Valor (RPV), visto que, até o presente, os recursos requeridos tem sido repassados no devido tempo, permitindo, assim, que todos os precatórios e RPs sejam pagos pelas instituições financeiras oficiais.

Provisões/Destaques	2019		2020		2021	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Precatórios	8	17.756.100,00	5	8.173.970,38	5	2.291.410,00
Requisições de Pequeno Valor - RPV	48	794.831,16	31	1.245.284,29	60	1.066.199,77
Total	56	18.550.931,16	36	9.419.254,67	65	3.357.609,77

Quadro 7 -Evolução da execução de despesas de Precatórios e RPV em 2021 – Qte processos e valores

Principais desafios e ações futuras

- Limitações de execução financeira das despesas primárias, haja vista que os limites de pagamento devem observar os restos a pagar pagos no exercício;
- Monitoramento do volume de restos a pagar inscritos e evitando sua reinscrição.
- Pouco espaço para novos investimentos.
- Fortalecimento das ações internas para utilização do consumo consciente, tais como exemplo o Plano de Logística Sustentável.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2021

Contexto operacional da Unidade Contábil e normas legais e técnicas adotadas nas atividades

A Divisão de Contabilidade (DC) é uma unidade administrativa integrante da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7), com subordinação à Diretoria Geral, e atuação definida nos artigos 120 e 121 do Regulamento Geral deste Regional, atuando como Unidade Setorial Contábil da Unidade Gestora 080004, sendo responsável pela elaboração e publicação das Demonstrações Contábeis (DCON) a partir das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Na administração de suas finanças e contabilidade segue a Lei 4.320/1964, Decreto-Lei 200/1967, Decreto 93.872/1986, Lei Complementar 101/2000 (LRF), e Lei 10.180/2001, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adotando as práticas contábeis públicas brasileiras padronizadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e nas mensagens emitidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT - ao longo do exercício 2021.

Quanto à execução do orçamento, esta Unidade Orçamentária 15108 – TRT 7ª Região segue a Lei do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, e está sob supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, se vinculando às decisões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Órgão Central do Sistema, conforme determinado no art. 111-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

Os Demonstrativos Contábeis, as Notas Explicativas e a Declaração Anual da Contadora desta Unidade Gestora 080004, Unidade Orçamentária 15108, Valcira Maria da Silva Baracho – CRC/CE 8915-03, estão publicados em sua integralidade no seguinte endereço eletrônico:

https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3185&Itemid=924

Balanco Patrimonial Consolidado - Valores em R\$

ATIVO	NE	2021	2020
Ativo Circulante		20.557.348,84	14.684.334,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	14.604.674,35	9.168.876,97
Demais Ativos Circulante		5.952.674,49	5.515.457,14
Ativo Não Circulante		101.277.911,06	103.364.733,13
Ativo Realizável a Longo Prazo		353.296,11	366.693,22
Imobilizado	2	98.594.908,74	100.137.666,37
Bens Móveis	2.1	16.900.798,38	18.982.927,64
Bens Imóveis	2.2	81.694.110,36	81.154.738,73
Intangível		2.329.706,21	2.860.373,54
TOTAL		121.835.259,90	118.049.067,24
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2021	2020
Passivo Circulante		11.647.736,51	20.263.874,12
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	3	11.563.122,43	19.993.132,93
Demais Obrigações Curto Prazo		84.614,08	270.741,19
Passivo Não Circulante		-	4.118.016,50
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Longo Prazo	3	-	4.118.016,50
TOTAL DO PASSIVO		11.647.736,51	24.381.890,62
Patrimônio Líquido	4	110.187.523,39	93.667.176,62
Demais Reservas		83.512,93	83.512,93
Resultados Acumulados		110.104.010,46	
TOTAL DO PASSIVO + PL		121.835.259,90	118.049.067,24

Fonte SIAFI

https://www.trt7.jus.br/files/acao_informacao/transparencia/demonstracoes_contabeis/2021/Balano_Patrimonial.pdf

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de caixa

A conta única derivada do princípio de unidade de tesouraria estabelecido na Lei 4320/64 (art.56 - O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qual-quer fragmentação para criação de caixas especiais) e conforme artigo 1º e 2º do Decreto 93.872/86 é mantida no Banco Central – BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

As fontes próprias 50, 63 e 81 representam 44,52% de nossos recursos financeiros e são decorrentes de esforço próprio do Regional em arrecadar, estando a utilização desses recursos financeiros arrecadados condicionada à inclusão de crédito orçamentário em nossa Lei Orçamentária Anual ou através de créditos adicionais.

A arrecadação na fonte 50 decorre das taxas recebidas de Aluguel e rateio das despesas de manutenção com os espaços cedidos através de Termos de Cessão de Uso amparados na Resolução CSJT 87/2011, assinados com as Instituições Financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e as entidades de classe (Sindissétima, Anajustra, CAACE), incluído em 2021 o recolhimento de taxas condominiais pelo CREA/CE por utilização de sala em imóvel alugado para este Regional abrigar a Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante-CE (PD 111/2021).

Vale destacar ainda o recebimento de sub repasses na fonte 27 vinculada ao Poder Judiciário e decorrentes de custas judiciais e emolumentos cobrados nos processos trabalhistas e na fonte 51 – Recursos Livres da Seguridade Social, além da fonte 90 que se refere aos valores devolvidos por ordens bancárias canceladas a serem refeitas após identificação dos beneficiários.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Por fonte de Recursos – Valores em R\$					
Fonte Recursos	Dez/21	Dez/20	AH (%)	AV (%)	
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	7.140.661,59	2.842.861,72	151,18%	48,92%
27	CUSTAS JUDICIAIS	817.952,48	-	-	5,60%
50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	3.614.966,57	3.433.864,33	5,27%	24,76%
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	136.477,16	664,59	20435,54%	0,93%
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	336.508,84	336.508,84	0,00%	2,31%
81	RECURSOS DE CONVENIOS	2.547.268,44	2.547.268,44	0,00%	17,45%
90	RECURSOS DIVERSOS	3.422,26	292,04	1071,85%	0,02%
TOTAL		14.597.257,34	9.161.459,96	59,33%	100,00%

Fonte SIAFI

Tabela ? - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Fonte: SIAFI.

Nota 2 - Ativo Imobilizado

Na avaliação e mensuração patrimonial do Imobilizado e Intangível é adotado o critério definido pela NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado e 08 – Ativo Intangível, e após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos, sendo o cálculo realizado mensalmente pela Divisão de Material e Logística – DMLog, utilizando o Sistema de Controle de Material e Patrimônio (SCMP), que também registra e controla o ativo imobilizado e intangível.

O imobilizado é responsável por 80,92% do total do Ativo, sendo, portanto, o grupo mais representativo do Ativo Não Circulante, sendo composto por bens móveis e imóveis.

Nota 2.1 - Bens Móveis

Os bens móveis do TRT7ª Região, em 31/12/2021, totalizaram o valor bruto de R\$ 46.945.350,06, sendo compostos em sua maioria (63,09%) por equipamentos de tecnologia da informação e comunicação de dados, evidenciando a prioridade atribuída aos investimentos em equipamentos e modernização das instalações com objetivo de dar celeridade aos julgamentos dos processos judiciais, incluindo o constante aprimoramento do PJ-e – Processo Judicial Eletrônico, conforme detalhamento a seguir:

Bens Móveis - Composição e Depreciação – Valores em R\$				
Detalhamento da Conta Contábil	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.043.350,07	3.885.743,20	4,06%	8,61%
Bens de Informática	29.618.711,10	28.464.759,88	4,05%	63,09%
Equip. de T.I. e Comunicação/TIC	29.618.711,10	28.464.759,88	4,05%	63,09%
Móveis e Utensílios	8.469.917,00	8.396.506,83	0,87%	18,04%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.121.452,86	1.118.334,68	4,05%	2,39%
Máquinas e Utensílios de Escritório	2.421,01	2.507,78	-3,46%	0,01%
Mobiliário em Geral	7.346.043,13	7.275.664,37	0,97%	15,65%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	725.728,18	562.928,18	28,92%	1,55%
Veículos	2.724.202,32	2.724.202,32	0,00%	5,80%
Veículos em Geral	2.434,86	2.434,86	0,00%	0,01%
Veículos de Tração Mecânica	2.721.767,46	2.721.767,46	0,00%	5,80%
Demais Bens Móveis	1.363.441,39	1.254.784,85	8,66%	2,90%
Bens Não Localizados	49.476,94	56.264,53	-12,06%	0,11%
Total Bruto	46.945.350,06	45.288.925,26	3,66%	100,00%
(-) Depreciação Acumulada	-30.044.551,68	-26.305.997,62	14,21%	-64,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável				
Total Líquido	16.900.798,38	18.982.927,64	-10,97%	36,00%

Fonte SIAFI

O maior acréscimo nominal ocorreu na conta de Equipamentos de Tecnologia da Informação, demonstrando a prioridade em otimizar o processo judicial trabalhista, com investimento em equipamentos mais modernos, com aquisição de notebooks para uso corporativo tendo em vista a ampliação do servidores em teletrabalho (larga adoção da modalidade de trabalho remoto), impressoras, além de aquisição de webcam e headset para as videoconferências e gravação de audiências e sessões de julgamento, além de gravação e transmissão de aulas.

Nota 2.2. Bens Imóveis

Os bens imóveis totalizaram em 31/12/2021 o valor bruto de R\$ 89.359.792,51 e estão distribuídos nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir, que, após a dedução da depreciação, perfazem R\$ 81.694.110,36:

Bens Imóveis e Depreciação - Valores em R\$				
Detalhamento da Conta	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	88.656.674,77	88.455.311,15	0,23%	99,21%
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	58.288.568,00	58.087.204,44	0,35%	65,23%
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET	30.368.107,71	30.368.106,71	0,00%	33,98%
Bens Imóveis em Andamento	82.157,74	82.157,74	0,00%	0,09%
Instalações	620.960,00		-	0,69%
Total de Bens Imóveis antes da Depreciação	89.359.792,51	88.537.468,89	0,93%	100,00%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-7.665.682,15	-7.382.730,16	3,83%	-8,58%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis Regis-trados no SPIUNET	-7.268.067,77	-7.163.822,55	1,46%	-8,13%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis Não Registrados no SPIUNET	-397.614,38	-218.907,61	81,64%	-0,44%
Total de Bens Imóveis Após a Depreciação	81.694.110,36	81.154.738,73	0,66%	91,42%

Fonte SIAFI

O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) é um sistema de cadastro e controle da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME) que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis, e tem avaliação normatizada na IN SPU 05/2018. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências.

Os bens imóveis cadastrados no SPIUnet, representados no SIAFI na conta 12321.01.02 – Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet, compõem 65,23% do nosso patrimônio imobiliário, tendo o edifício de registro RIP de Utilização 134100003.500-0 - Vara do Trabalho de Baturité/CE passado por reavaliação no valor de R\$ 201.363,62, totalizando R\$ 1.013.102,52 no final de 2021, conforme informações no PD 1463/2021.

A conta Bens Imóveis Não Registrados no SPIUnet, cujo valor inicial era R\$ 30.368.106,71, não sofreu alteração de saldo durante o exercício. Contudo, parte dos valores que estavam contabilizados na conta 1.2.3.2.1.02.02 – EDIFÍCIOS foram transferidos para a conta 1.2.3.2.1.02.03 – TERRENOS/GLEBAS em cumprimento à NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado, item 74, e ao Despacho da Presidência TRT7, doc.175 do Proad 4838/2020, após Relatório e Certificado de Auditoria Financeira Integrada com Conformidade efetuada nas contas deste TRT7 em 2020 pela Secretaria Auditoria Interna, de modo que a composição final da conta Bens Imóveis Não Registrados no SPIUnet restou a seguinte: cinco edifícios, sete terrenos e um armazém/galpão metálico. O único terreno não associado a alguma estrutura predial se localiza em São Gonçalo do Amarante/CE e tem como finalidade a construção de futura Vara do Trabalho.

Detalhamento da Conta	31/12/2021
	25.179.323,61
1.2.3.2.1.02.02 - EDIFÍCIOS	4.838.783,10
1.2.3.2.1.02.03 - TERRENOS/GLEBAS	350.000,00
1.2.3.2.1.02.04 - ARMAZENS/GALPOES/SILOS	30.368.106,71

Fonte: SIAFI

Nota 3 – Passivos (Obrigs.Trab.Prev.Assistenciais) e Passivos Contingentes

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar compreendem as obrigações relativas a salários ou remunerações, férias, benefícios, proventos, pensões e encargos a pagar, bem como os passivos reconhecidos no âmbito administrativo da Justiça do Trabalho, devidos aos magistrados e servidores, com a seguinte composição:

Conta Contábil	Obrigações de CURTO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
211110101	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	18.303,15			0,16%
211110103	FÉRIAS A PAGAR	9.676.599,20	6.446.455,14	50,11%	83,69%
211110400	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	1.868.220,08	13.544.457,05	-86,21%	16,16%
211429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS		2.220,74	-100,00%	0,00%
Total		11.563.122,43	19.993.132,93	-42,16%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Conta Contábil	Obrigações de LONGO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
221110400	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	0,00	4.101.422,43	-100,00%	0,00%
221429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	0,00	16.594,07	-100,00%	0,00%
Total		0,00	4.118.016,50	-100,00%	0,00%

Fonte: SIAFI.

O valor mais representativo no passivo circulante refere-se ao registro contábil de concessão de férias, normatizado na Macrofunção SF 02.11.42, que estabelece a apropriação mensal das férias por competência (provisão da remuneração acrescida do terço constitucional).

O segundo montante mais expressivo das obrigações de curto prazo está registrado na conta "Obrigações Trabalhistas a Pagar" que contempla os passivos trabalhistas assumidos pelo TRT7^a, evidenciados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos de correção monetária e juros ocorridos até a data das demonstrações contábeis e detalhados por Inscrições Genéricas que especificam o fato gerador das obrigações trabalhistas sem suporte orçamentário para quitação.

A redução total das obrigações de Longo Prazo decorre de ajuste contábil por transferência dos valores para a conta de passivo de Curto Prazo, por orientação da Mensagem SEOFI.CSJT 20/2021 que alterou a Nota Técnica SEOFI.CSJT 01/2019.

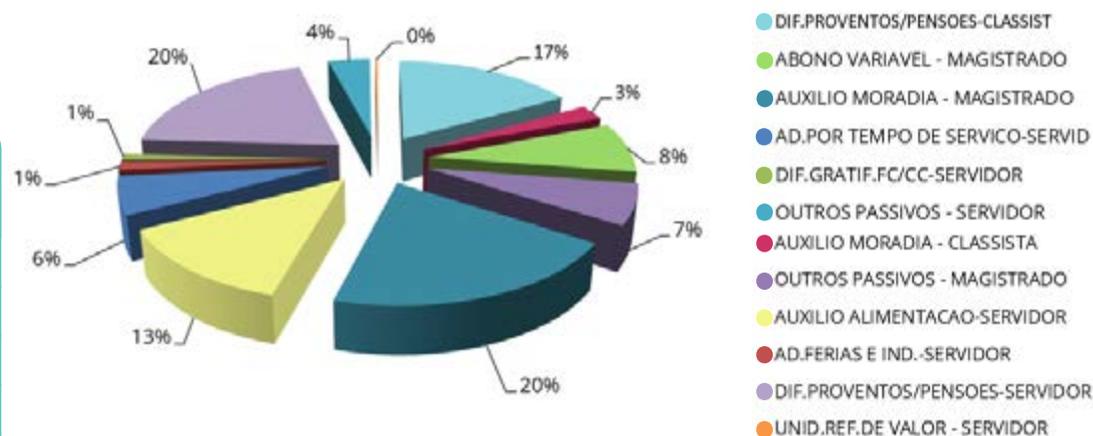
Demonstra-se ao lado a composição e evolução da conta Obrigações Trabalhistas a Pagar de Curto Prazo, consolidada e destacada por fato gerador, cuja redução ocorreu principalmente pela baixa dos valores de juros sobre passivos, após alteração da Resolução CSJT 137/2014:

Obrigações Trabalhistas, Previdenc.e Assistenciais e Encargos Sociais- Curto Prazo em R\$				
TIPO DE PASSIVO	Curto Prazo - 211110400		AH(%)	AV(%)
	2021	2020		
DIF.PROVENTOS/PENSOES-CLASSIST	312.716,79	5.912,47	5189,11%	16,74%
OUTROS PASSIVOS - CLASSISTA	0	4.507,80	-100,00%	0,00%
AUXILIO MORADIA/PAE - CLASSISTA	47.095,57	7.721.164,93	-99,39%	2,52%
ABONO PERMANENCIA - MAGISTRADO	0	49.852,84	-100,00%	0,00%
ABONO VARIAVEL - MAGISTRADO	152.220,85	692.421,52	-78,02%	8,15%
GRATIF. EXERC. CUMULATIVO DE JURISDIÇÃO GECJ	0	114.101,20	-100,00%	0,00%
OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO	122.907,40	12.875,89	854,55%	6,58%
AUXILIO MORADIA/PAE - MAGISTRADO	379.788,59	3.514.651,28	-89,19%	20,33%

AUXILIO ALIMENTACAO-SERVIDOR	243.090,00	5.487,57	4329,83%	13,01%
ABONO PERMANENCIA - SERVIDOR	0	120.985,35	-100,00%	0,00%
AD.POR TEMPO DE SERVICO-SERVID	114.995,38	11.893,59	866,87%	6,16%
AD.FERIAS E IND.-SERVIDOR	26.306,49	0	-	1,41%
DIF.GRATIF.FC/CC-SERVIDOR	18.346,89	28.398,38	-35,39%	0,98%
DIF.PROVENTOS/PENSOES-SERVIDOR	374.013,71	998.631,89	-62,55%	20,02%
DIF.SUBSTITUIÇÃO - SERVIDOR	0	1.934,97	-100,00%	0,00%
INCRP/ATIAL.QUINTOS/DÉCIMOS -SERV	0	37.267,46	-100,00%	0,00%
LICENCA PREMIO IND.-SERVIDOR	0	184.876,85	-100,00%	0,00%
OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR	72.692,12	35.385,47	105,43%	3,89%
PLANO DE CARREIRA-SERVIDOR	0	3.742,78	-100,00%	0,00%
UNID.REF.DE VALOR URV - SERVIDOR	4.046,29	0	-	0,22%
TOTAL	1.868.220,08	13.544.457,05	-86,21%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar



Os passivos contingentes não impactam nenhuma conta de Variação Patrimonial Diminutiva e são controlados apenas em conta de controle, e houve transferência em dez/21 para Passivos Contingentes Não Confirmados após informação da DPP para excluir da relação de passivos administrativos os quintos/VPNI período 1998/2001, tendo em vista a matéria ter sido julgada improcedente no STF no Recurso Extraordinário 638.115/CE.

Nota 4 – Patrimônio Líquido

Representa a diferença entre o total dos ativos e passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira do Regional e, nesta Unidade Gestora, é constituído pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados e Ajustes de Exercícios Anteriores.

Patrimônio Líquido – Composição – Valores em R\$				
Conta Contábil	Dez2021	Dez2020	AH(%)	AV(%)
Resultado do Exercício	3.260.178,45	-8.670.098,20	-137,60%	2,96%
Reavaliação de Bens Imóveis	83.512,93	0,00	-	0,08%
Resultados de Exercícios Anteriores	93.667.176,62	102.962.565,15	-9,03%	85,01%
Ajustes de Exercícios Anteriores	13.176.655,39	-625.290,33	-2207,29%	11,96%
TOTAL do Patrimônio Líquido	110.187.523,39	93.667.176,62	17,64%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Nota 4.1 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores são considerados como aqueles decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Os valores contabilizados no exercício 2021 diretamente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, UG 080004, representam um saldo credor de R\$ 13.176.655,39. Tal conta recebeu diversos lançamentos a débito/crédito referentes ao reconhecimento de passivos de pessoal cujos fatos geradores pertencem a exercícios anteriores.

4.2. Resultados de Exercícios Anteriores (Superávit)

No Resultado de exercícios anteriores, representado na conta 23711.02.01, percebe-se uma variação negativa de R\$ 9.295.388,53, reduzindo o superávit inicial de R\$ 102.962.565,15 para R\$ 93.667.176,62, o que resultou principalmente do registro do resultado deficitário do exercício de 2020 no valor de R\$ 8.670.098,20 e da reclassificação de saldos entre as contas do Patrimônio Líquido no início do exercício seguinte, quando a CCONT/STN transfere o saldo da conta Ajustes de Exercícios anteriores (23711.03.00), R\$ 625.290,33 (saldo negativo) para essa conta 23711.02.01 – Superávits ou Déficits Exercícios Anteriores.

4.3. Resultado do Exercício

O resultado superavitário do exercício de R\$ 3.260.178,45 foi apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) em contrapartida a uma conta de apuração, sendo transferido para este Resultado do Exercício no Balanço Patrimonial (BP), podendo ser identificados os motivos que mais impactaram esse resultado na explanação da Nota 10 – Resultado Patrimonial.

4.4. Reserva de Reavaliação

Registro na conta 23611.01.00 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis (por IG) - da atualização do imóvel Depósito/Arquivo FAN - IM7IR0017 - 12321.02.04 (armazéns/galpões), cuja reavaliação foi lançada originalmente em 2020 em conta de resultado (VPA 46111.0200), porque a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ainda não tinha adequado o sistema SIAFI para permitir a contabilização diretamente no patrimônio líquido - Demais Reservas.

Demonstração Consolidada das Variações Patrimoniais - Valores em R\$			
	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas		479.515.341,81	454.755.206,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5	7.069.416,58	6.137.209,01
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		475.862,60	453.041,07
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		39.849,56	19.627,24
Transferências e Delegações Recebidas	6	470.071.273,59	444.557.990,73
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		202.343,31	775.617,48
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.656.596,17	2.811.721,34
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		479.515.341,81	454.755.206,87

Fonte: SIAFI

DVP completa: https://www.trt7.jus.br/files/acao_informacao/transparencia/demonstracoes_contabeis/2021/Demonstraes_das_Variaes_Patrimoniais.pdf

Demonstração Consolidada das Variações Patrimoniais - Valores em R\$			
	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Diminutivas		476.255.163,36	463.425.305,07
Pessoal e Encargos	5	312.303.109,03	305.567.022,84
Remuneração a Pessoal		246.021.546,06	240.934.357,11
Encargos Patronais		51.263.884,73	50.283.066,19
Benefícios a Pessoal		13.775.655,49	13.569.468,29
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos		1.242.022,75	780.131,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5	123.890.448,67	122.419.499,65
Aposentadoria e Reformas		92.981.462,23	92.872.952,62
Pensões		22.945.565,40	21.487.006,18
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		7.963.421,04	8.059.540,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5	24.617.973,82	21.682.288,58
Uso de Materiais de Consumo		92.981.462,23	596.085,61
Serviços de Terceiros		22.945.565,40	16.660.566,99
Depreciação, Amortização e Exaustão		4.594.733,35	4.425.635,98
Transferências e Delegações Concedidas	6	9.270.779,48	9.181.092,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.201.892,73	4.401.999,15
Demais Variações Patrimoniais Diminutivas		1.970.959,63	173.402,61
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		476.255.163,36	463.425.305,07
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	5	3.260.178,45	-8.670.098,20

Fonte: SIAFI.
DVP completa:
https://www.trt7.jus.br/files/ acesso_informacao/transparencia/demonstracoes_contabeis/2021/Demonstraes_das_Variaes_Patrimoniais.pdf

Nota 5 – Resultado Patrimonial

Valores em R\$				
ITEM	Dez2021	Dez2020	AH(%)	AV(%)
(+) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	479.515.341,81	454.755.206,87	5,44%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.069.416,58	6.137.209,01	15,19%	1,47%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	475.862,60	453.041,07	5,04%	0,10%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	39.849,56	19.627,24	103,03%	0,01%
Transferências e Delegações Recebidas	470.071.273,59	444.557.990,73	5,74%	98,03%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	202.343,31	775.617,48	-73,91%	0,04%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.656.596,17	2.811.721,34	-41,08%	0,35%
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	476.255.163,36	463.425.305,07	2,77%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	312.303.109,03	305.567.022,84	2,20%	65,57%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	123.890.448,67	122.419.499,65	1,20%	26,01%
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	24.617.973,82	21.682.288,58	13,54%	5,17%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.753.524,62	2.915,87	60037,27%	0,37%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.201.892,73	4.401.999,15	-4,55%	0,88%
Tributárias	180.431,55	148.349,17	21,63%	0,04%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	37.003,46	22.137,57	67,15%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	9.270.779,48	9.181.092,24	0,98%	1,95%
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I-II)	3.260.178,45	-8.670.098,20	-137,60%	0,68%

Fonte: SIAFI.

A apuração do resultado patrimonial ocorre no encerramento e confronto das contas de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) em contrapartida a uma conta de apuração, e o resultado superavitário de R\$ 3.260.178,45 é transferido para a conta Resultado do Exercício do Balanço Patrimonial (BP).

Verificou-se um aumento no Resultado Patrimonial, que evoluiu de um déficit, apurado em 2020, de R\$ 8.670.098,20 para um resultado superavitário em 2021 de R\$ 3.260.178,45, decorrente de um aumento nas despesas, de R\$ 12.829.858,29, proporcionalmente inferior ao aumento de receitas em R\$ 24.760.134,94, o que gerou uma elevação nominal de R\$ 11.930.276,65 no Resultado do Regional.

A VPA de transferências e delegações recebidas em 2021, quando comparada a 2020, elevou-se em 5,74%, sendo tal elemento representativo de 98,03% do total das variações aumentativas. Corresponde aos sub-repasses recebidos para execução do orçamento 2021 aprovado pela Lei 14.144/2021, somado aos créditos adicionais e às provisões/destaques recebidos de outros órgãos para serem executados por esta UG 080004, além das transferências financeiras recebidas do CSTJ na fonte 81, decorrentes de convênios firmados com instituições bancárias, para remuneração dos depósitos judiciais pela variação da taxa Selic.

Verificou-se também um impacto aumentativo na arrecadação, no valor de 15,19% das receitas recolhidas através de GRU de Custas Judiciais (18740) e Emolumentos (18770) decorrentes da atividade jurisdicional do Estado, refletindo possível pontual aumento dos litígios trabalhistas. Contudo, é importante ressaltar que tais valores não alcançaram o patamar que possuíam em 2019, apontando para a eventual tendência de redução dos litígios em longo prazo, em função da flexibilização das leis trabalhistas trazida pela Reforma Trabalhista de 2017.

A mais relevante VPD na formação do resultado deficitário de 2021 foram os gastos com Pessoal e Encargos seguido da VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais, e das despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Despesas com Pessoal - Composição - Valores em R\$				
VPD	Dez2021	Dez2020	AH(%)	AV(%)
Remuneração a Pessoal Ativo	246.021.546,06	240.934.357,11	2,11%	56,40%
Encargos Patronais	51.263.884,73	50.283.066,19	1,95%	11,75%
Benefícios a Pessoal	13.775.655,49	13.569.468,29	1,52%	3,16%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.242.022,75	780.131,25	59,21%	0,28%
TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	312.303.109,03	305.567.022,84	2,20%	71,60%
Aposentadorias e Reformas	92.981.462,23	92.872.952,62	0,12%	21,32%
Pensões	22.945.565,40	21.487.006,18	6,79%	5,26%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.963.421,04	8.059.540,85	-1,19%	1,83%
- Auxílio Funeral	171.504,52	114.277,99	50,08%	0,04%
- Auxílio Natalidade	7.285,12	10.910,49	-33,23%	0,00%
- Assistência à Saúde	7.784.631,40	7.934.352,37	-1,89%	1,78%
TOTAL DE BENEFÍCIOS PREV. E ASSISTENCIAIS	123.890.448,67	122.419.499,65	1,20%	28,40%
TOTAL DVP PESSOAL	436.193.557,70	427.986.522,49	1,92%	100,00%

Fonte: SIAFI.

As despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais tratam os dispêndios com a folha de pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas, e o correspondente encargo patronal e representa a VPD mais significativa deste Tribunal, com pequena variação entre os anos analisados, onde a variação da remuneração a Pessoal Ativo consiste basicamente nas implantações de progressões e Adicional de Qualificação, além de nomeações a partir de out/2021 de 35 novos servidores concursados.

Verifica-se um pequeno acréscimo nas despesas com Aposentadorias e Reformas, indicando a tendência de afastamento dos servidores ativos por aposentadoria para garantirem seus direitos adquiridos frente às mudanças das regras propostas pelo governo, e um maior incremento no valor destinado ao pagamento de pensões por morte, em razão direta ao aumento do auxílio funeral despendido em 2021

O grupo de Outros Benefícios Assistenciais, além do auxílio-natalidade e auxílio-funeral, é composto principalmente (98%) por Assistência à Saúde onde se percebe uma pequena redução nos dispêndios apesar do acréscimo de novos beneficiários decorrente da nomeação de novos servidores em 2021, possivelmente por apresentar demanda reprimida de requerimentos para inclusão de novos dependentes, cujos processos aguardavam a revisão do Ato TRT7.GP 125/2019 pelo Ato TRT7.GP 183/2021, para otimizar a comprovação da dependência econômica (pd 1018/21).

Os Benefícios a Pessoal com nova composição desde 2020 quando foi realocado o gasto com Assistência à Saúde para o grupo "Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais", compreendem com a maior participação (quase 80%) o Auxílio Alimentação de R\$ 910,08 para cada servidor ativo, auxílio transporte, auxílio creche, indenização de transporte, ajuda de custo, auxílio moradia, e o principal item aumentado percentualmente foi originado pelo acréscimo de indenização de transporte:

Composição do Grupo Benefícios a Pessoal - Valores em R\$				
Variações Patrimoniais Diminutivas	Dez2021	Dez2020	AH(%)	AV(%)
Auxílio Alimentação	10.868.290,00	10.851.484,71	0,15%	78,89%
Auxílio Transporte	7.993,74	16.480,93	-51,50%	0,06%
Auxílio Moradia	74.937,63	48.917,17	53,19%	0,54%
Ajuda de Custo	267.129,97	174.551,68	53,04%	1,94%
Assistência à Saúde	0	0	-	0,00%
Auxílio Creche	1.822.025,37	1.991.617,97	-8,52%	13,23%
Indenização de Transporte	697.666,85	179.394,75	288,90%	5,06%
Sent.Judiciais - Benefícios Pessoal	-	18.495,00	-	-
Outros Benefícios a Pessoal	37.611,93	288.526,08	-86,96%	0,27%
TOTAL	13.775.655,49	13.569.468,29	1,52%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Houve aumento nas remoções/redistribuições dos magistrados entre as Varas Trabalhistas, com mudança/deslocamento de domicílio em caráter permanente, gerando pagamentos de indenização de ajuda de custo para atender as despesas de viagem, mudança e instalação

Fonte: SIAFI.

VPD Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Resultado Patrimonial (VPD - Uso de Bens, Serviços e Capital Fixo) - Valores em R\$				
Variações Patrimoniais	2021	2020	AH(%)	AV(%)
Uso de Materiais de Consumo	679.895,43	596.086,00	14,06%	2,76%
Serviços	19.343.345,04	16.660.567,00	16,10%	78,57%
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.594.733,35	4.425.636,00	3,82%	18,66%
TOTAL	24.617.973,82	21.682.289,00	13,54%	100,00%

Fonte: SIAFI.



Percebe-se que as despesas com material de consumo e prestação de serviços, que haviam sido drasticamente reduzidas no exercício de 2020 em virtude da pandemia de COVID-19 e da consequente adoção do trabalho remoto, quando os servidores substituíram o trabalho presencial, tiveram em 2021 significativos aumentos, contribuindo para tanto a retomada parcial dos serviços presenciais no Tribunal. Contudo, cabe ressaltar que, persistindo o cenário pandêmico ao longo do exercício financeiro, tais variações patrimoniais diminutivas não alcançaram o patamar que possuíam no ano de 2019. É relevante ainda considerar tais valores conforme o cenário de contenção de gastos provocada pela escassez de recursos para despesas discricionárias, provocada pela limitação de gastos públicos imposta pela Emenda Constitucional n.º 95/2016.

Demonstra-se que, comparativamente ao exercício de 2020, houve aumento nas despesas com uso de material de consumo e bens e serviços da ordem de R\$ 2.766.587,47, e na despesa de capital fixo no valor de R\$ 169.097,35, resultando em elevação total de R\$ 2.935.684,82.

O gráfico acima evidencia a preponderância das despesas com serviços que representam quase 80% do total das despesas com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, ou seja, despesas de custeio para manutenção e funcionamento do Regional.

Em razão do retorno ao serviço presencial de servidores, com atividades retomadas de modo gradativo (Resol. Normativa 09/2020), após afastamento compulsório em 2020, vários serviços sofreram acréscimos, conforme tabela a seguir:

Composição do Grupo Serviços - Valores em R\$				
Variações Patrimoniais	2021	2020	AH(%)	AV(%)
Diárias	185.923,20	143.960,00	29,15%	0,96%
Serviços Técnicos Profissionais - PF	936.675,37	504.700,00	85,59%	4,84%
Locações e Arrendamentos - PF	44.176,50	68.706,00	-35,70%	0,23%
Serviços Educacionais e Culturais - PF	2.121.030,32	2.211.522,00	-4,09%	10,97%
Serviços Técnicos Profissionais - PJ	501.024,68	728.189,00	-31,20%	2,59%
Serviços de Apoio Adm. Técnico e Operacional	11.433.251,61	9.464.440,00	20,80%	59,11%
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	1.189.723,56	1.299.094,00	-8,42%	6,15%
Serv. Transp. Passagem, Locomoção e Hospedagem - PJ	43.775,36	64.071,00	-31,68%	0,23%
Serviços Administrativos - PJ	21.693,20	27.606,00	-21,42%	0,11%
Serv. Água e Esgoto, Ener. Eletr. Gas e Outros - PJ	2.665.988,01	2.039.630,00	30,71%	13,78%
Locação e Arrendamento Mercantil Operacional	97.350,00	75.000,00	29,80%	0,50%
Serviços Educacionais e Culturais - PJ	83.865,77	15.400,00	444,58%	0,43%
Seguros em Geral	15.117,67	14.823,00	1,99%	0,08%
Serviços Prestados Diversos - PJ	-	98,00	-100,00%	-
Serviços de Apoio Adm. Técnico e Operacional - P-Intra	-	-	-	-
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual - PJ - Intra	242,96	-	-	0,00%
Serviços Técnicos Profissionais - PJ - Municípios	3.506,83	3.328,00	5,37%	0,02%
TOTAL	19.343.345,04	16.660.567,00	16,10%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Dentre os gastos do grupo de Serviços, destacam-se as despesas com serviços de apoio administrativo técnico e operacional, que representam mais da metade (59,11%) das despesas do grupo, cujos dispêndios se destinam à manutenção em geral, com serviços de locação de mão de obra como limpeza, copa, capatazia, vigilância ostensiva e monitoramento remoto, manutenção predial, manutenção de máquinas e equipamentos, e de softwares e comunicação em nuvem.

O aumento do consumo de materiais, notadamente daqueles de consumo imediato, e elevações de mais de 50% no consumo de Combustíveis e Lubrificantes é consequência direta da retomada do serviço presencial, após período de serviço remoto em virtude da pandemia do COVID-19. Ainda tendo em vista o cenário de retomada das

atividades presenciais, é digno de destaque o fato de, mesmo em tais circunstâncias, terem-se verificado reduções do consumo de materiais estocados em almoxarifado e de gêneros alimentícios, em razão da suspensão da demanda no período do trabalho remoto.

Nota-se na tabela a seguir que a preponderância das despesas com material recai no consumo dos materiais de consumo imediato (51,88%), seguida pelos materiais estocados em almoxarifado (29,52%) e pelo consumo de combustíveis e lubrificantes (10,60%):

Composição do Grupo Uso de Material de Consumo - Valores em R\$				
Variações Patrimoniais	2021	2020	AH(%)	AV(%)
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	200.701,78	395.890,00	-49,30%	29,52%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	72.045,00	42.509,00	69,48%	10,60%
Consumo de Gêneros de Alimentação	20.865,70	23.535,00	-11,34%	3,07%
Consumo de Material de Processamento de Dados	16.637,88	-	-	2,45%
Consumo de Material Hospitalar	-	4.118,00	-	-
Material de Consumo Imediato	352.706,75	130.032,00	171,25%	51,88%
Distribuição de Material Gratuito	16.938,32	-	-	2,49%
TOTAL	679.895,43	596.086,00	14,06%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Nota 6 - Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Transferências e Delegações Recebidas - Composição - Valores em R\$				
VPA	Dez/2021	Dez/2020	AH(%)	AV(%)
Transf. Financ. Rec. Do Órgão Setorial de Programação Financeira OSPF da JT - CSJT (sub repasse recebido)	466.038.655,39	440.020.497,63	5,91%	99,14%
Demais Transferências Recebidas por PFs para devolução GRU, vinculação pagamento 551	179.056,99	155.714,78	14,99%	0,04%
Movimentação - saldos patrimoniais - RA restituição	188.291,07	205.606,32	-8,42%	0,04%
Movimentação - variações patrimoniais aumentativas (4512205)	371.366,14	-	-	0,08%
TOTAL TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	466.777.369,59	440.381.818,73	5,99%	99,30%
TOTAL TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	3.293.904,00	4.167.689,00	-20,97%	0,70%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	8.483,00	-100,00%	-
TOTAL	470.071.273,59	444.557.990,73	5,74%	100,00%

Fonte: SIAFI.

As Transferências intragovernamentais recebidas no valor de R\$ 466.777.369,59, em sua grande maioria foram oriundas dos sub-repasses recebidos de R\$ 466.038.655,39 para execução do orçamento de 2021, aprovado pela Lei 14.144/2021, e R\$ 179.056,99 (conta 45122.02) recebido através de Programação Financeira do CSJT para restituições aos devidos credores de Receitas Federais arrecadadas indevidamente através de GRU, além da movimentação de saldos patrimoniais de R\$ 188.291,07 (conta 45122.03) relativo, em grande parte, aos Registros de Arrecadações (RA), tipo Restituição (82421.03.01), com uma correspondente Ordem Bancária emitida na vinculação de pagamento 551 (Restituição de Receita Administrada pela STN) e RA de retificação principal - 82421.02.01, códigos receitas em 2021 - 18806, 18829 e 18894.

As Transferências intergovernamentais recebidas no valor de R\$ 3.293.904,00, reproduzidas no Balanço Orçamentário, referem-se às transferências voluntárias recebidas do CSJT, estando limitadas ao valor de nosso orçamento da fonte 81, e são originadas da remuneração dos depósitos judiciais por índices variáveis pela taxa Selic sobre a média de saldos diários - MSD (dias úteis) dos depósitos judiciais de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV), mantidos no Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), de acordo com os termos do Contrato de Prestação de serviços bancários celebrado entre o CSJT e os referidos bancos, e seus aditivos.

A arrecadação dessa fonte própria de receita 81 - Recursos de Convênios é feita através de GRU para a Conta Única do Tesouro Nacional e centralizada no CSJT que, oportunamente, repassa os recursos financeiros para este Regional até o limite orçamentário previsto em nossa Lei Orçamentária Anual.

A movimentação de variação patrimonial aumentativa de R\$ 371.366,14 foi contabilizada (21NL000012) para regularizar saldo invertido da VPD 35122.0500 gerado pela reclassificação de despesa paga envolvendo empenhos fonte 0100 e fonte 0181 (21NP1348/NS6393), seguindo a orientação da Macrofunção 021006, itens 561 a 563.

Transferências e Delegações Concedidas - Composição - Valores em R\$				
VPD	Dez/2021	Dez/2020	AH(%)	AV(%)
Transferências Financeiras Concedidas para pagamento de RP	149.883,00	76.553,28	95,79%	1,62%
Demais Transferências financeiras concedidas para remanejamento				0,00%
Sub repasse devolvido para Órgão Setorial de Programação Financeira - OSPF - CSJT	192.499,89			2,08%
Movimentação de saldos patrimoniais	8.894.344,10	9.079.220,88	-2,04%	95,94%
TOTAL BF	9.236.726,99	9.155.774,16	0,88%	99,63%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.236.726,99	9.155.774,16	0,88%	99,63%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	34.052,49	25.318,08	34,50%	0,37%
TOTAL	9.270.779,48	9.181.092,24	0,98%	100,00%

Fonte: SIAFI.

O valor de R\$ 8.894.344,10 da VPD movimentação de saldos patrimoniais, conta 35122.03.00, corresponde às Guias de Recolhimento da União (GRU) recolhidas em favor do Tesouro Nacional e emitidas com código de recolhimento na classe 18xxx, incluindo o valor principal, multa, juros e encargos quando houver, inclusive todas as restituições para credores que recolheram indevidamente as GRUs, e está representado em sua maioria pelos recolhimentos de custas judiciais nos processos trabalhistas, ressarcimento honorários periciais, sem considerar as retificações.

Balço Orçamentário Consolidado por UG 080004 - R\$							
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
Receitas Correntes	8						
Receita Patrimonial							
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes							
Receitas de Capital							
Alienação de Bens							
Total (I)							
Resultado Orçamentário III = (I - II)	7		DÉFICIT		465.232.548,41	0,00	
DESPESAS							
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes		458.979.250,00	467.718.287,00	462.036.028,53	461.273.498,02	461.262.449,29	5.682.258,47
Pessoal e Encargos Sociais		412.371.051,00	422.860.088,00	419.763.924,78	419.641.201,77	419.639.909,92	3.096.163,22
Outras Despesas Correntes		46.608.199,00	44.858.199,00	42.272.103,75	41.632.296,25	41.622.539,37	2.586.095,25
Despesas de Capital		3.244.073,00	3.244.073,00	3.196.519,88	2.022.712,98	2.022.712,98	47.553,12
Investimentos		3.244.073,00	3.244.073,00	3.196.519,88	2.022.712,98	2.022.712,98	47.553,12
Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Orçamentárias (II)	9	462.223.323,00	470.962.360,00	465.232.548,41	463.296.211,00	463.285.162,27	5.729.811,59
Quadro da Execução dos Restos a Pagar							
	NE	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo a Pagar	% Pgto
Restos a Pagar Não Processados		1.339.220,22	1.165.388,76	173.831,46	1.165.388,76	0,00	100,00
Restos a Pagar Processados	-	-	-	-	-	-	-
Total	10	1.339.220,22	327.082,39	173.831,46	1.165.388,76	0,00	100,00

Fonte SIAFI
Balço Orçamentário completo: https://www.trt7.jus.br/files/aceso_informacao/transparencia/demonstracoes_contabeis/2021/Balanco_Oramentario_UG_080004.pdf

Nota 7 – Resultado Orçamentário

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. O exercício financeiro coincide com o ano civil e para cada exercício há uma Lei Orçamentária específica (LOA), de maneira que as contas de natureza orçamentária não transferem saldo de um ano para outro, com exceção das contas de Inscrição em Restos a Pagar e de Execução de Restos a Pagar, que são as despesas assumidas e não pagas dentro de um mesmo exercício.

A diferença entre o total das “Receitas Realizadas/Arrecadadas” e o total das “Despesas Empenhadas” representa o Déficit ou o Superávit Orçamentário e o déficit identificado em nosso Balanço Orçamentário por UO 15108 decorre da reduzida arrecadação de receitas próprias, sendo que os gastos do Regional são financiados quase que totalmente com Recursos Ordinários, sem destinação específica. https://www.trt7.jus.br/files/aceso_informacao/transparencia/demonstracoes_contabeis/2021/Balano_Oramentrio_UO_15108.pdf

No Balanço Orçamentário por Unidade Gestora (UG) 080004 essa diferença é apresentada como déficit no mesmo valor da dotação empenhada de R\$ 465.232.548,41, porque no âmbito de UG não há valores registrados em “Receitas Realizadas”, pois estas são apurados em nível de Órgão Superior da JT - 15000, representado pela UG 080017 - Órgão Setorial de Programação Financeira.

Nota 8– Receita Orçamentária

No Balanço Orçamentário por Unidade Orçamentária (UO) 15108 são verificadas Receitas realizadas de R\$ 4.825.062,85 e referem-se a valores de receitas próprias arrecadadas diretamente por este Regional por meio de Guia de Recolhimento da União GRU ou transferidas pelo Órgão Central de Programação Financeira da Justiça do Trabalho - CSJT.

https://www.trt7.jus.br/files/aceso_informacao/transparencia/demonstracoes_contabeis/2021/Balano_Oramentrio_UO_15108.pdf

Receita Orçamentária – Composição – Valores em R\$			
	NATUREZA DA RECEITA	Dez/2021	Dez/2020
RECEITAS CORRENTES		3.815.579,55	4.750.171,17
Receita Patrimonial	Aluguéis – fonte 50	452.640,81	429.514,92
Outras Receitas Correntes	Indenização Seguros – fonte 50		34.794,54
Outras Receitas Correntes	Ressarcimento - Rateio despesas – fonte 50	69.034,74	118.172,71
Transferências Correntes	Transferências da União e de suas entidades – Recursos de Convênios – fonte 81	3.293.904,00	4.167.689,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	74.891,68
Alienação de Bens Móveis	Leilão de veículos – fonte 63		74.891,68
TOTAL		3.815.579,55	4.825.062,85

Fonte: SIAFI.

As arrecadações de receitas correntes da fonte 81- Recursos de Convênios são originadas da remuneração sobre o saldo dos depósitos judiciais de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) mantidos nos Bancos Oficiais, de acordo com os termos do Contrato de Prestação de serviços bancários celebrado entre o CSJT e os referidos bancos, em conformidade com a Resolução CSJT 87/2011 e alterações posteriores. A arrecadação está centralizada no CSJT que, oportunamente, repassa os recursos financeiros para este Regional até o limite orçamentário previsto em nossa Lei Orçamentária Anual.

A receita patrimonial de R\$ 452.640,81 arrecadada na fonte 50 – Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação diretamente arrecadados por este Regional são decorrentes dos Termos de Cessão de Uso Onerosa assinados com instituições financeiras e entidades de classe e se configura no Aluguel/taxa recebida pela Exploração do Patrimônio Imobiliário.

Nota 9 – Despesas Orçamentárias

Em 2021, a dotação inicial consignada ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, por meio da Lei Orçamentária Anual, Lei 14.144/2021, foi de R\$ 462.223.323,00, a qual foram somados créditos adicionais de R\$ 10.541.115,00 e subtraídos os cancelamentos/remanejamentos de R\$ 1.802.078,00 perfazendo uma Dotação Atualizada de R\$ 470.962.360,00. Esse valor está retratado em nosso Balanço Orçamentário que, entretanto, não considera as provisões e os destaques recebidos.

Considerando, porém, a totalidade dos créditos orçamentários executados por este TRT 7ª Região, acrescentamos os valores recebidos através de descentralizações internas e externas através de Provisão para atender despesas compartilhadas de R\$ 42.963,32, principalmente com gastos com manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia, compra de softwares – solução de videoconferência em nuvem e suporte técnico, despesas com projetos relacionados ao Programa Trabalho Seguro e com Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a aprendizagem, e despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, R\$ 1.066.199,77 e as descentralizações externas através de Destaque de outros Órgãos Federais (UFC, Inst.Fed.Educação, Cienc e Tec. do Ceará e Precatórios da Administração Direta) para pagamento de Precatórios, R\$ 2.291.410,00, totalizando uma dotação a ser executada pelo Regional de R\$ 474.362.933,09, conforme demonstrado a seguir:

Despesa Orçamentária – Execução – Valores em R\$				
Item	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
Dotação Inicial	412.371.051,00	46.608.199,00	3.244.073,00	462.223.323,00
(+) Dotação Suplementar	10.489.037,00	52.078,00	-	10.541.115,00
(-) Dotação Cancelada/Remanejada	-	-1.802.078,00	-	-1.802.078,00
(=) Dotação Atualizada	422.860.088,00	44.858.199,00	3.244.073,00	470.962.360,00
(+) Movimento Líquido Crédito	3.357.609,77	42.963,32	-	3.400.573,09
Provisão Recebida	1.066.199,77	42.963,32	-	1.109.163,09
Destaque Recebido	2.291.410,00	-	-	2.291.410,00
(=) Dotação Disponível	426.217.697,77	44.901.162,32	3.244.073,00	474.362.933,09
(-) Despesa Empenhada	419.763.924,78	42.272.103,75	3.196.519,88	465.232.548,41
Despesa Liquidada	419.641.201,77	41.632.296,25	2.022.712,98	463.296.211,00
Inscrição em RPNP	122.723,01	639.807,50	1.173.806,90	1.936.337,41
(=) Dotação não Utilizada	6.453.772,99	2.629.058,57	47.553,12	9.130.384,68

Fonte: SIAFI
A "Dotação não Utilizada" corresponde ao Crédito Disponível ao final do exercício

Na execução orçamentária da UG 080004, destaca-se que a despesa liquidada até o final do exercício de 2021 de R\$ 463.296.211,00 representou 99,58% da dotação empenhada, significando que os créditos orçamentários foram liquidados quase que em sua totalidade, tendo sido inscritos em restos a pagar não processados o montante de R\$ 1.936.337,41.

As despesas de pessoal e os encargos sociais foram responsáveis por mais de 90% da execução do orçamento, estando entre as liquidações mais representativas as despesas com vencimentos e vantagens de pessoal ativo, proventos de pessoal inativo e pensionistas e com obrigações patronais para RPPS, destacando-se que R\$1.550.321,50 foi liquidado de Precatórios/RPV de outros órgãos e entidades, e da administração direta, restando R\$ 14.217,28 de RPV no crédito disponível.

Balanco Financeiro Consolidado R\$			
Ingressos	NE	2021	2020
Transferências Financeiras Recebidas	6	466.406.003,45	440.381.818,73
Recebimentos Extraorçamentários		14.910.181,12	14.895.260,98
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		11.048,73	0,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10	1.936.337,41	1.339.220,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		196.185,46	13.078,13
Outros Receb.Extraorç-arrecadação Outras Unidades		12.766.609,52	13.542.962,63
Sado Exercício Anterior		9.168.876,97	18.379.291,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	9.168.876,97	18.379.291,59
Total dos Ingressos		490.485.061,54	473.656.371,30
Dispêndios	NE	2021	2020
Despesas Orçamentária	9	465.232.548,41	454.962.371,69
Ordinária		334.145.970,74	331.238.834,88
Vinculadas		11.048,73	123.723.536,81
Transferências Financeiras Concedidas	6	9.236.726,99	9.155.774,16
Pagamentos Extraorçamentários		9.236.726,99	369.348,48
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	29.480,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	10	1.165.388,76	327.082,39
Demais Pagamentos Extraorçamentários		245.723,03	12.786,09
Sado Exercício Seguinte		14.604.674,35	9.168.876,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	11	14.604.674,35	9.168.876,97
Total dos Ingressos		490.485.061,54	473.656.371,30

Fonte: SIAFI.
Balanco Financeiro completo:
https://www.trt7.jus.br/files/acesso_informacao/transparencia/demonstracoes_contabeis/2021/Balanco_Financeiro.pdf

Nota 10 – Restos a Pagar

A inscrição e pagamento dos Restos a Pagar obedecem ao Decreto 93.872/1986, à Lei Complementar 101/2000 (LRF), à Lei 4.320/64, ao Decreto-Lei 200/67, bem como à Macrofunção SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar.

Restos a Pagar – Inscrição no Exercício – Valores em R\$				
Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Processados (R\$)		Restos a Pagar Não Processados (R\$)	
	Dez 2021	Dez 2020	Dez 2021	Dez 2020
Pessoal e Encargos Sociais	1.291,85	-	122.723,01	197.212,07
Outras Despesas Correntes	9.756,88	-	639.807,50	705.313,47
Investimentos	-	-	1.173.806,90	436.694,68
Total dos Ingressos	11.048,73	-	1.936.337,41	1.339.220,22

Fonte: SIAFI.

Os valores inscritos em 2021 em Restos a Pagar não Processados (RPNP) de R\$ 1.936.337,41 indicam valores empenhados e não liquidados no exercício de 2021, para pagamento em exercícios futuros, sendo que o valor de pessoal R\$ 122.723,01 destina-se à ressarcimento com Pessoal Requisitado.

A inscrição em RPNP é efetuada pelo Diretor de Orçamento e Finanças, delegatário da Ordenadora de Despesas para indicar no SIAFI os empenhos que em 30/12/2021 não haviam passado pela fase de “liquidação”, ou seja, não havia ainda a obrigação a ser cumprida (não podia ser apropriado/liquidado como RPP, nem RPNP em liquidação) porque o gestor/fiscal não havia recebido nem atestado o serviço/material, conforme informações prestadas por eles no Proad 6809/2021, sempre considerando a proibição do registro de documentos no CPR com valores de obrigação por estimativa (macrofunção 020317, item 422).

Todos os pagamentos e cancelamentos de empenhos inscritos em Restos a Pagar foram realizados com autorização do Ordenador de Despesas, após solicitação das unidades administrativas responsáveis pela requisição dos bens ou prestação dos serviços e apresenta a seguinte composição:

Restos a Pagar – Demonstrativo de Execução – Valores em R\$					
	Inscrito em 31/12 do Exercício Anterior (R\$)*	LIQUIDADOS (R\$)	PAGOS (R\$)	SALDO A PAGAR (R\$)	% PAGTO
Restos a Pagar Não Processados	1.165.388,76	1.165.388,76	1.165.388,76	0,00	100,00%
Restos a Pagar Processados	-	-	-	-	-
Total	1.165.388,76	1.165.388,76	1.165.388,76	0,00	100,00%

* o valor dos restos a pagar inscritos estão deduzidos dos cancelamentos (1.339.220,22 - 173.831,46 = 1.165.388,76)

Fonte: SIAFI

Do total de valores inscritos em Restos a Pagar em 2020, foram pagos 100% dos Restos a Pagar Não Processados (Proad 2278/2021), não tendo havido inscrição de Restos a Pagar Processados na ocasião. Dessa forma, não resta nenhum saldo de empenhos de exercícios anteriores a 2021 para pagamento em 2022, evitando acréscimo de estoque antigo às novas inscrições dos saldos realizadas em 2021 e refletindo a eficiente política adotada pela Administração no gerenciamento de redução dos estoques de restos a pagar, pois o pagamento destes é considerado no limite de gastos com despesas primárias estabelecido pelo novo Regime Fiscal da União por meio da EC 95/2016.

Os pagamentos de RPNP constituem despesas com fatos geradores de exercícios anteriores que não se ultimaram até 31/12, portanto impedidos de serem liquidados até o fechamento do exercício, e por consequência foram inscritos em RPNP; a efetiva liquidação ocorre no exercício seguinte com o obrigatório registro contábil da despesa patrimonial (Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD) e os valores dos custos são rateados em função da competência (data) do fato gerador, gerando informação mais útil para fins gerenciais e de controle, com dados mais precisos sobre os recursos públicos consumidos.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa R\$			
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	2021	2020
Ingressos		479.368.798,43	453.937.859,49
Outros Ingressos Operacionais		479.368.798,43	453.937.859,49
Transferências Financeiras Recebidas	6	466.406.003,45	440.381.818,73
Demais Ingressos Operacionais		12.962.794,98	13.556.040,76
Desembolsos		-471.473.593,39	-459.022.205,87
Pessoal e Demais Despesas		-411.534.257,09	-400.477.500,25
Transferências Concedidas		-50.456.886,28	-49.376.145,37
Outros Desembolsos Operacionais		-9.482.450,02	-9.168.560,25
Fluxos de Caixa Líquido das Ativ. Operacionais	11	7.895.205,04	-5.084.346,38
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos	NE	2021	2020
Ingressos			
Desembolsos		-2.459.407,66	-4.126.068,24
Fluxos de Caixa Líquido das Ativ. Investimentos	11	-2.459.407,66	-4.126.068,24
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	5.435.797,38	-9.210.414,62
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		9.168.876,97	18.379.291,59
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		14.604.674,35	9.168.876,97

Fonte: SIAFI

DFC completa: https://www.trt7.jus.br/files/aceso_informacao/transparencia/demonstracoes_contabeis/2021/Demonstraes_dos_Fluxos_de_Caixa.pdf

Nota 11 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante positivo de R\$ 5.435.797,38 (caixa líquido gerado pelos três fluxos) representa a diferença aumentativa dos valores inicial e final do Caixa e Equivalente de Caixa, indicando que houve mais entradas de recursos financeiros ao longo do exercício de 2021, ou seja, o resultado do caixa líquido (R\$ 5.435.797,38) somado ao saldo inicial de caixa no valor de R\$ 9.168.876,97 (dez/2020) resulta no saldo final em dez/2021 de R\$ 14.604.674,35. A geração de caixa apresentou a seguinte composição:

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação	
Fluxo de Atividade	DEZ/2021 (R\$)
Atividades Operacionais	7.895.205,04
Atividades de Investimentos	-2.459.407,66
Atividades de Financia-	-
TOTAL	5.435.797,38

Fonte: SIAFI.

A apuração positiva do saldo das atividades operacionais é calculada pela diferença entre os ingressos de R\$ 479.368.798,43, sendo a maior parte desta quantia decorrente dos sub-repasses, e o valor inferior dos desembolsos de R\$ 471.473.593,39, acrescendo a diferença de R\$ 7.895.205,04 ao saldo de caixa em dez/2020, visualizada nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

No Fluxo das Atividades de Investimento verificam-se dispêndios com despesas de capital de R\$ 2.459.407,66 pagas em 2021 referente à execução do orçamento de 2021 (R\$ 2.022.712,98) e pagamento dos restos a pagar de R\$ 436.694,68, e foi destinada à aquisição de equipamento e material permanente, obras, em grande parte com aquisição de equipamentos de TIC - computadores, impressoras, telefonia, e instalação de sistema de geração solar fotovoltaica conectada à rede no Fórum Trabalhista da região do Cariri.

Nota 12 – Sistema de Custos

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Tendo em vista as limitações encontradas no processo de implantação de um sistema próprio, o Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho (CGSIC-JT), instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a

utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Em 2019, o CGSIC-JT desenvolveu e distribuiu a todos os Tribunais Regionais do Trabalho, uma Cartilha Técnica com instruções para a implantação da Gestão de Custos, com orientação complementar na Mensagem SEOFI/CSJT nº 013/2019. O documento detalhou as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI (aba Centro de Custo), os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência. Dessa forma, a partir de abril/2019, todos os TRT's e o TST passaram a ter a obrigatoriedade de preencher o campo de Detalhamento de Centro de Custos no SIAFI Web, cujas informações inseridas alimentam o SIC-Gov.

As informações de custos devem refletir o efetivo consumo dos recursos utilizados na produção e prestação de bens e serviços públicos e são alocados por instância de aplicação do gasto, de acordo com as informações dos gestores dos contratos e quando não for possível identificar a instância jurisdicional, o custo é rateado entre as instâncias, utilizando o critério dos percentuais definidos para atender a Resolução CNJ 195/2014, ou alocados como indefinidos (0).

A partir de 2021, o Ofício Circular SEOFI/CSJT 02/2020 definiu novos centros de custos para apropriação da folha de pagamento de pessoal, detalhando por pessoal ativo, inativo e pensionista, que até 2020 eram alocados no centro de custos Genérico 22 (não controláveis), enquanto aguarda um melhor detalhamento da informação através da integração com o Sistema de Gestão de Pessoal e de Folha de Pagamento da JT (SIGEP e FOLHA WEB), que possibilitará a identificação das instâncias para onde foram distribuídos os gastos, pois atualmente é alocada como instância indefinida.

Na tabela abaixo, percebe-se que as maiores alocações de custos acontecem no centro de custos de Saúde, Tecnologia da Informação e Vigilância e Segurança, além da constatação reducional no centro de custos genérico (22) após o detalhamento dos centros de custos de pessoal em 2021; registre-se também que os gastos com Pessoal Inativo e Pensionista não são considerados nas informações de custos por não gerarem retorno na prestação de serviços:

Gráfico de Custos por Instância

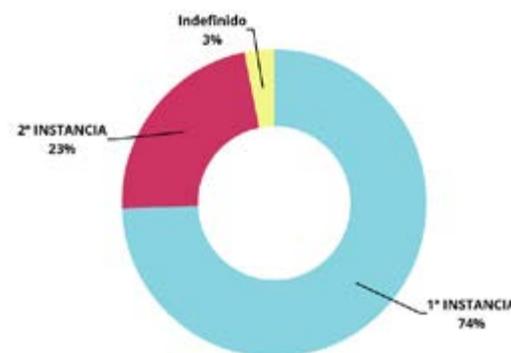


Tabela de Distribuição por Centro de Custos – Valores em R\$

Centro de Custo	2021	2020	Varição Absoluta	AH(%)	AV(%)
PESSOAL ATIVO	310.014.936,49	0,00	310.014.936,49	-	90,28%
AGUA E ESGOTO	129.848,36	152.277,45	-22.429,09	-14,73%	0,04%
APOIO ADMINISTRATIVO	97.552,80	122.342,00'	-24.789,20	-20,26%	0,03%
BENS IMOVEIS	2.854.691,66	2.035.514,63	819.177,03	40,24%	0,83%
BENS MOVEIS	1.204.300,21	1.259.887,80	-55.587,59	-4,41%	0,35%
CAPACITACAO	327.297,25	202.374,77	124.922,48	61,73%	0,10%
COMUNICACAO E PUBLICIDADE	966.623,10	872.193,81	94.429,29	10,83%	0,28%
COPA E COZINHA	141.495,23	133.398,39	8.096,84	6,07%	0,04%
DEMAIS CUSTOS INDIRETOS	137.350,57	90.429,59	46.920,98	51,89%	0,04%
DIARIAS	184.780,00	147.508,31	37.271,69	25,27%	0,05%
ENERGIA ELETRICA	2.539.646,48	1.890.679,79	648.966,69	34,32%	0,74%
ESTAGIARIOS	2.121.030,32	2.211.522,15	-90.491,83	-4,09%	0,62%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	959.640,57	644.807,23	314.833,34	48,83%	0,28%
JUSTICA GRATUITA	1.027.909,86	573.585,46	454.324,40	79,21%	0,30%
LIMPEZA E CONSERVACAO	2.215.272,00	1.992.401,86	222.870,14	11,19%	0,65%
PASSAGENS E LOCOMOCAO	79.080,46	67.154,85	11.925,61	17,76%	0,02%
SAUDE	7.426.649,18	7.323.579,28	103.069,90	1,41%	2,16%
SERVICOS TECNICOS	359.236,13	308.889,03	50.347,10	16,30%	0,10%
TELEFONIA	52.713,26	43.563,18	9.150,08	21,00%	0,02%
TIC	5.149.450,75	4.620.056,71	529.394,04	11,46%	1,50%
VEICULOS	323.086,06	291.931,72	31.154,34	10,67%	0,09%
VIGILANCIA E SEGURANCA	4.897.188,71	4.590.586,74	306.601,97	6,68%	1,43%
GENERICOS (NAO CONTROLAVEIS)	183.675,76	305.604.429,63	-305.420.753,87	-99,94%	0,05%
Total	343.393.455,21	335.179.114,38	8.214.340,83	2,45%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI

Em março/2021 foi atualizada a Cartilha de Gestão de Custos na Justiça do Trabalho em sua 6ª versão e divulgada aos Regionais Trabalhistas pelo Ofício Circular SEOFI 01/2021.

Até que seja definido o Plano de Gerenciamento de integração ao Comitê Gestor do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira (SIGEO-JT), objetivando aperfeiçoar a análise e o mapeamento dos processos, atividades, programas e projetos, agregando valor à tomada de decisão dos gestores, a coordenação da Gestão de Custos na Justiça do Trabalho é competência da SEOFI/CSJT.

Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

A conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas através do controle e entrega das declarações de Bens e Rendas/ autorizações de acesso dos servidores/magistrados, do controle e acompanhamento dos registros de informações no E-Pessoal, do atendimento às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle. No ano de 2020 todos os servidores entregaram a declaração de acesso, conforme dispõe a Lei nº 8730, de 10/11/93, c/c a IN TCU nº 87/2020, bem como os atos de admissão, aposentadoria e concessão de pensão civil foram devidamente registrados no Sistema E-Pessoal.

Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício;

Quadro 1 - Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1001	1056	47	33
1.1. Membros de poder e agentes políticos	83	80	4	4
1.1.1 Desembargadores	14	14	0	0
1.1.2 Juízes Titulares de Varas	37	37	1	1
1.1.3 Juízes Substitutos	32	29	3	3
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	918*	976	43	29
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		830	33	19
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório no TRT7		8	1	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		70	9	12
1.2.4.1 Servidores requisitados de outros órgãos do JT		0	0	1
1.2.4.2 Servidores requisitados de outros órgãos afora JT		70	9	11
1.2.5 Servidores removidos de outros Tribunais Federais		68	0	4
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	8	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1001	1064	48	33

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas/Divisão de Informações Funcionais

* Além do total de cargos efetivos aprovados em Lei, o TRT7 possui um servidor ocupante de Cargo Isolado de Provedor Efetivo (CIPE).

Quadro 2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Membros do poder/magistrados	0	80
1.1.1 Desembargadores	0	14
1.1.2 Juízes Titulares de Varas	0	37
1.1.3 Juízes Substitutos	0	29
2. Servidores de Carreira (2.1+2.2+2.3+2.4+2.5)	301	675
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	265	265
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	4	4
2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	59
2.4.1 Servidores requisitados de outros órgãos da JT	0	0
2.4.2 Servidores requisitados de outros órgãos afora a JT	11	59
2.5 Servidores removidos de outros Tribunais Federais	21	47
3. Servidores com Contratos Temporários	0	0
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	4
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	305	759

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro - SGP/Seção de Magistrados * Além do total de cargos efetivos aprovados em Lei, o TRT7 possui um servidor ocupante de Cargo Isolado de Provedor Efetivo (CIPE) lotado na área fim (Gabinete - 2º Grau).

Quadro 3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	86	86	15	15
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	86	86	15	15
1.2.1. Servidor de carreira vinculado ao TRT7		72	12	13
1.2.2. Servidor de carreira vinculado a outros Tribunais		0	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		6	2	1
1.2.4. Sem Vínculo		6	0	0

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

1.2.5. Aposentados		2	1	0
2. Funções Gratificadas	532	532	105	106
2.1.1. Servidores do quadro de pessoal permanente do TRT7		429	90	87
2.1.2. Servidor do quadro de pessoal permanente de outros Tribunais		39	7	3
2.1.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		64	8	13
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	618	618	120	121

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Qualificação da força de trabalho

Segundo levantamento realizado no Sistema SIGEP o grau de escolaridade da força de trabalho é de aproximadamente:

Quadro 4 - Qualidade da Força de Trabalho		
ESCOLARIDADE	QTDE	PERCENTUAL
DOCTORADO	2	0,20%
ESPECIALIZAÇÃO	551	56,94%
MESTRADO	24	2,44%
SUPERIOR COMPLETO	314	31,88%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	90	9,14%
ENSINO FUNDAMENTAL	4	0,30%
TOTAL SERVIDORES	985	100%

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Quadro 5 - Força de Trabalho por Idade		
FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
20-29	14	1,42%
30-39	225	22,84%
40-49	239	24,26%
50-59	396	40,20%
60-69	106	10,76%
70-75	5	0,51%
TOTAL	985	100%

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Quadro 6 - Força de Trabalho por Gênero		
GÊNERO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
MASCULINO	510	51,78%
FEMININO	475	48,22%
TOTAL	985	100%

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Quadro 7- Distribuição de Servidores com Deficiência						
GÊNERO	DEFICIÊNCIA			%DEFICIENTE	NÃO DEFICIENTE	%NÃO DEFICIENTE
	AUDITIVO	VISUAL	FÍSICA			
MASCULINO	3	4	17	2%	486	49%
FEMININO	3	3	6	1%	463	47%
TOTAL	6	7	23	4%	949	96%
Total de Servidores					985	100%

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Quadro 8- Distribuição de Servidores por Etnia		
ETNIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
BRANCA	537	54,42%
PARDA	283	28,73%
AMARELA	16	1,62%
PRETA	16	1,62%
INDÍGENA	2	0,20%
NÃO INFORMADO	132	13,40%
TOTAL	985	100%

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Quadro 9- Força de Trabalho de Servidores por Carreira					
GÊNERO	CARREIRA				TOTAL
	ANALISTA	TÉCNICO	AUXILIAR	SEM CARREIRA	
MASCULINO	174	311	2	23	510
FEMININO	204	223	0	48	475
					985

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Quadro 10- Força de Trabalho por Tipo de Área

	1ª INSTÂNCIA	2ª INSTÂNCIA	TOTAL	%
AREA MEIO	305		305	31
AREA FIM	510	170	680	69
TOTAL			985	100

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Quadro 11- Força de Trabalho por Unidade de Exercício

UNIDADES DE EXERCÍCIO	QUADRO PERMANENTE	CEIDIDOS	REMOVIDOS	SEM VÍNCULO	TOTAL	TOTAL QUADRO	TOTAL EXTRA QUADRO
VARAS TRABALHISTAS	331	51	29	0	411	34%	8%
GABINETES DE MAGISTRADOS	90	8	7	2	107	9%	2%
DEMAIS UNIDADES JUDICIÁRIAS	145	4	11	2	162	15%	2%
ADMINISTRATIVA	265	15	21	4	305	27%	4%
TOTAL	831*	78	68	8	985	84%	16%

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

*Lotação efetiva incluindo um servidor ocupante de Cargo Isolado de Provisório Efetivo (CIPE).

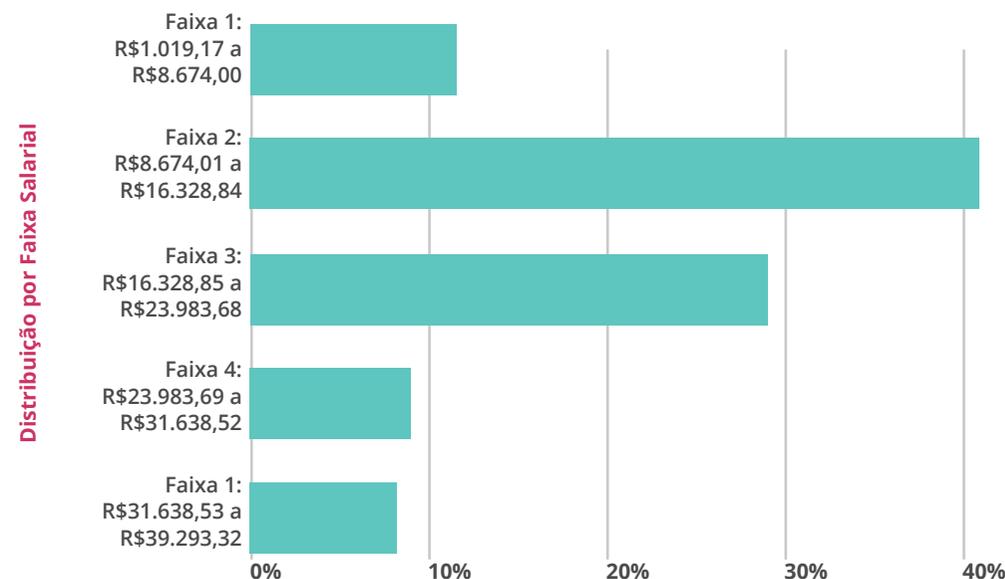
Quadro 12 - Tabela de faixas salariais de magistrados e servidores ativos do quadro permanente e sem vínculos

Faixas	Intervalo das faixas (R\$)	Quantidade	Proporção (%)
1	R\$ 1.019,17 a R\$ 8.674,00	117	11,09%
2	R\$ 8.674,01 a R\$ 16.328,84	457	43,32%
3	R\$ 16.328,85 a R\$ 23.983,68	311	29,48%
4	R\$ 23.983,69 a R\$ 31.638,52	87	8,25%
5	R\$ 31.638,53 a R\$ 39.293,32	83	7,87%
TOTAL		1055	100,00%

Fonte: Divisão de Pagamento de Pessoa

Obs: Não foram contabilizados servidores Removidos/Exercício Provisório que não recebem função.

Distribuição por Faixa Salarial



Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas (Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas)

O recrutamento externo de pessoas no TRT da 7ª Região dá-se através da nomeação de candidatos aprovados em concurso público (resultado final homologado pelo Edital nº 10 - TRT7, de 21/12/2017). O certame previu a abertura de vagas e a formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário, de diversas áreas e especialidades.

No ano de 2021 este Regional realizou nomeações de candidatos aprovados em seu concurso para os seguintes cargos: Analista Judiciário - Área Judiciária, Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Analista Judiciário - Área Administrativa, Analista Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Contabilidade, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Tecnologia da Informação, Técnico Judiciário - Área Administrativa e Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Tecnologia da Informação.

Ao todo, no ano de 2021, foram realizadas 31 nomeações, as quais tem o intuito de reforçar a força de trabalho vigente no Tribunal. O atual concurso público foi prorrogado mediante Resolução Administrativa N° 5834/2019, por mais dois anos, e teve o seu prazo de validade suspenso até 31 de dezembro de 2021, através da Resolução Administrativa PROAD N° 3340/2021.

O recrutamento interno de pessoas no TRT da 7ª Região ocorre através de processos seletivos de remoção interna (anteriormente à posse de servidores oriundos de concurso público) ou por processos de seleção interna (em face da necessidade de ocupação de funções comissionadas ou em razão de demandas formuladas por unidades do Tribunal para suprir claros de lotação).

Em relação à remoção interna, este Regional realizou, em 2021, três processos seletivos para preenchimento de claros de lotação, sendo cinco vagas para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária (distribuídos entre Fortaleza e Cariri), três vagas para o cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa (distribuídos em Fortaleza), uma vaga para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal (Cariri) e nove vagas para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa (distribuídos entre Fortaleza, Cariri e Maracanaú).

No tocante aos processos de seleção interna, em 2021 não foi realizado nenhum processo seletivo de ocupação de função.

Com o objetivo de implantar boas práticas de retenção de talentos no âmbito deste Regional e conforme preconizado pela Resolução CSJT nº 222/2018, servidores desligados são submetidos a entrevistas de desligamento. Sobre esse ponto, vale ressaltar que as carreiras do Judiciário estão se tornando cada vez menos atrativas, e por questões remuneratórias este Tribunal tem encontrado dificuldades em manter sua força de trabalho, bem como em recrutar servidores advindos do concurso público, principalmente na área de tecnologia da informação.

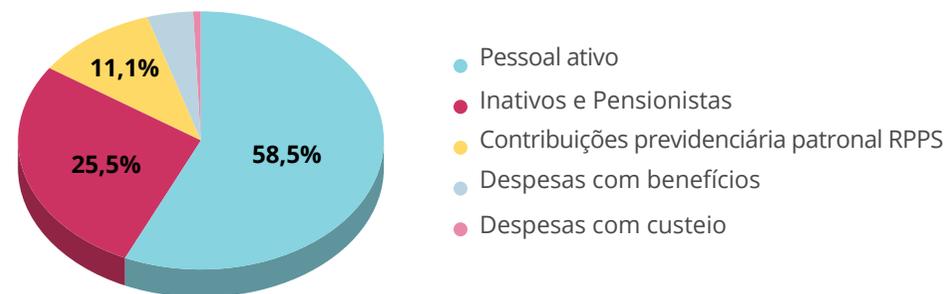
Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 13 – Despesas com Pessoal					
	2017	2018	2019	2020	2021
PESSOAL ATIVO*	R\$ 214.261.445,57	R\$ 226.248.757,19	R\$ 246.962.470,88	R\$ 244.985.571,66	R\$ 268.456.511,91
INATIVOS E PENSIONISTAS	R\$ 119.311.394,09	R\$ 101.205.407,76	R\$ 112.030.689,88	R\$ 114.605.349,66	R\$ 117.126.238,50
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - RPPS	R\$ 39.343.988,56	R\$ 40.462.877,01	R\$ 41.132.790,10	R\$ 48.697.828,92	R\$ 51.081.564,90
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	R\$ 21.739.833,44	R\$ 21.227.457,53	R\$ 21.417.427,33	R\$ 20.976.350,99	R\$ 20.663.716,06
DESPESAS COM CUSTEIO	R\$ 5.155.945,95	R\$ 5.058.047,74	R\$ 1.748.795,84	R\$ 892.227,13	R\$ 1.472.914,80

Fonte: Divisão de Pagamento de Pessoal

* Na despesa com pessoal estão incluídas as despesas com contribuição patronal do Regime Geral de Previdência Social e do Regime de Previdência Complementar e as despesas com reembolso a outros entes públicos, a que alude a Resolução CSJT nº 143/2014 por conta da cessão de servidores.

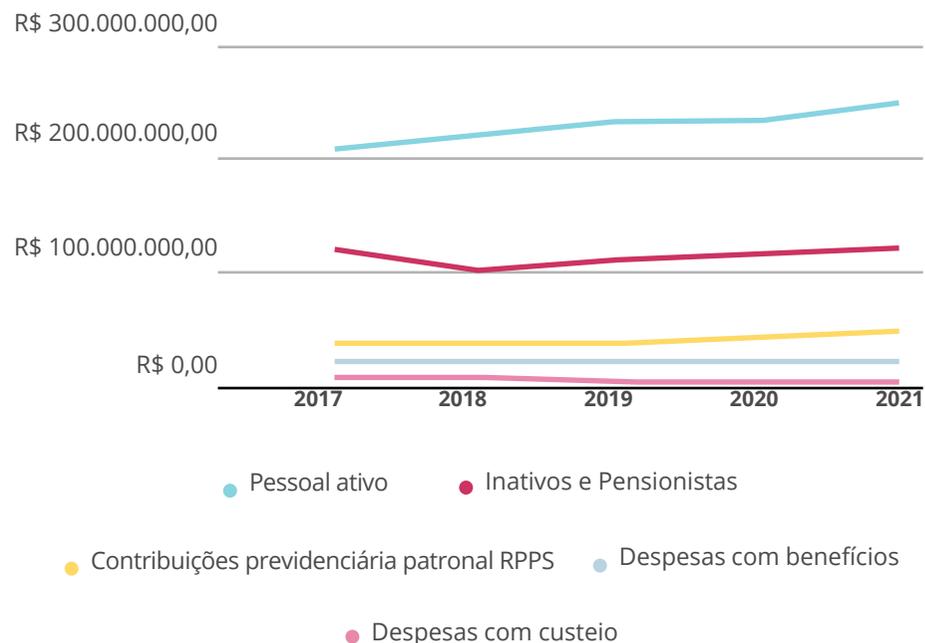
Distribuição da despesa com pessoal em 2021



Notas sobre o Gráfico - Distribuição da despesa com pessoal em 2021:

Na despesa com pessoal estão incluídas as despesas com contribuição patronal do Regime Geral de Previdência Social, Regime Complementar de Previdência Social e as despesas com reembolso a outros entes públicos, a que alude a Resolução CSJT nº 143/2014 por conta da cessão de servidores.

Evolução da despesa com pessoal entre 2017 e 2021



Notas sobre o Gráfico 3 - Evolução da despesa com pessoal entre 2017 e 2021:

a) O aumento da despesa com pessoal ativo ocorreu por conta da remoção de juízes de outros regionais para o TRT7, da nomeação de novos servidores aprovados no último concurso público e do crescimento vegetativo por conta de progressões/promoções na carreira, concessões de adicionais de qualificação e de abonos de permanência;

b) O aumento da despesa com contribuição patronal para o Regime Próprio de Previdência Social da União ocorreu em decorrência dos fatos registrados no item "a", com exceção do abono de permanência;

c) As despesas com benefícios incluem os programas de auxílio médico-hospitalar, alimentação, pré-escolar, funeral e natalidade. A diminuição dessa despesa ocorreu por conta de redução da despesa com os auxílios creche, transporte, natalidade e médico-hospitalar;

d) Despesas com custeio em folha de pagamento compreendem auxílio-moradia, indenização de moradia, indenização de transporte, ajuda de custo, ressarcimentos diversos. O nível dessa despesa no ano de 2020 foi abaixo do normal por conta das medidas de restrição de deslocamento em razão do enfrentamento da pandemia de Covid-19;

Quadro 14- Funções Ocupadas						
	ÁREA MEIO		%	ÁREA FIM		%
	OCUPADAS	VAGAS		OCUPADAS	VAGAS	
FC-01	8	0	6%	3	0	0,61%
FC-02	2	0	2%	52	0	10,59%
FC-03	24	0	19%	96	0	19,55%
FC-04	56	0	44%	80	0	16,29%
FC-05	6	0	5%	198	0	40,33%
FC-06	6	0	5%	1	0	0,20%
CJ-01	15	0	12%	8	0	1,63%
CJ-02	1	0	1%	0	0	0,00%
CJ-03	7	0	6%	53	0	10,79%
CJ-04	2	0	2%	0	0	0,00%
TOTAL	127	0	100%	491	0	100%

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Quadro 15- Funções Gerenciais			
FC/CJ	QUADRO PERMANENTE	EXTRA QUADRO	PERCENTUAL
CJ1	18	5	5%
CJ2	1	0	0%
CJ3	52	8	14%
CJ4	1	1	0%
FC1	0	0	0,00%
FC2	0	0	0,00%
FC3	0	0	0,00%
FC4	114	22	31%
FC5	174	30	48%
FC6	6	1	2%
TOTAL	366	67	100%
TOTAL DE FUNÇÕES GERENCIAIS: 433			

Fonte: Divisão de Informações Funcionais/Seção de Gestão de Cadastro

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidade na gestão

Conforme evidenciado pela Lei nº 11.416/2006, alterada pela Lei nº 13.317/2016, a Gratificação de Desempenho (GD) não compõe a estrutura remuneratória das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

No que diz respeito à progressão e promoção funcionais, a tabela abaixo ilustra a distribuição de servidores efetivos do TRT da 7ª Região (Analistas Judiciários, Técnicos Judiciários e Auxiliares Judiciários), por classe e padrão na carreira, no exercício de 2021:

Quadro 16- Classe/Padrão no exercício de 2021

CLASSE/PADRÃO	TOTAL
AN C13	186
AN C12	55
AN C11	22
AN B10	23
AN B09	34
AN B08	2
AN B07	2
AN B06	0
AN A05	2
AN A04	3
AN A03	2
AN A02	1
AN A01	18
TE C13	360
TE C12	39
TE C11	21
TE B10	18
TE B09	37
TE B08	3
TE B07	2

Quadro 16- Classe/Padrão no exercício de 2021

CLASSE/PADRÃO	TOTAL
TE B06	0
TE A05	0
TE A04	11
TE A03	3
TE A02	1
TE A01	12
AU C13	2
AU C12	0
AU C11	0
AU B10	0
AU B09	0
AU B08	0
AU B07	0
AU B06	0
AU A05	0
AU A04	0
AU A03	0
AU A02	0
AU A01	0
Total	859

Fonte: Divisão de Informações Funcionais
 Obs.: O número de 918 servidores da tabela, somado a 1 cargo isolado de provimento efetivo (CIPE), totaliza o 919 servidores em lotação autorizada, conforme indicado no Quadro 1.

A tabela a seguir apresenta a movimentação funcional dos servidores efetivos deste Regional (incluindo os servidores em estágio probatório), ocorrida no ano de 2021:

Quadro 17- Movimentação funcional dos servidores efetivos do Regional no exercício de 2021	
CLASSE/PADRÃO	TOTAL
CL-A P-01	30
CL-A P-02	2
CL-A P-03	4
CL-A P-04	14
CL-A P-05	1
CL-B P-06	0
CL-B P-07	4
CL-B P-08	6
CL-B P-09	71
CL-B P-10	39
CL-C P-11	41
CL-C P-12	95
CL-C P-13	16

Fonte: Divisão de Informações Funcionais

A tabela de remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivos do TRT da 7ª Região é apresentada a seguir:
ANEXO III - ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

CARGOS EFETIVOS

LEI Nº 11.416/2006 ALTERADA PELA LEI Nº 13.317/2016 (ANEXO II) INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/11/2018

CARREIRA/CLASSE/PADRÃO			VENCIMENTO BÁSICO	GAJ	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - AQ							
					Treinamento			Graduação	Pós-Graduação	Mestrado		
					140%	1%	2%	3%	5%	7,50%	10%	
ANALISTA	C	13	7.792,30	10.909,22	77,92	155,85	233,77	-	584,42	779,23		
		12	7.565,34	10.591,48	75,65	151,31	226,96	-	567,40	756,53		
		11	7.344,99	10.282,99	73,45	146,90	220,35	-	550,87	734,50		
	B	10	7.131,06	9.983,48	71,31	142,62	213,93	-	534,83	713,11		
		9	6.923,36	9.692,70	69,23	138,47	207,70	-	519,25	692,34		
		8	6.550,01	9.170,01	65,50	131,00	196,50	-	491,25	655,00		
		7	6.359,23	8.902,92	63,59	127,18	190,78	-	476,94	635,92		
		6	6.174,01	8.643,61	61,74	123,48	185,22	-	463,05	617,40		
		5	5.994,18	8.391,85	59,94	119,88	179,83	-	449,56	599,42		
	A	4	5.819,60	8.147,44	58,20	116,39	174,59	-	436,47	581,96		
		3	5.505,76	7.708,06	55,06	110,12	165,17	-	412,93	550,58		
		2	5.345,40	7.483,56	53,45	106,91	160,36	-	400,91	534,54		
		1	5.189,71	7.265,59	51,90	103,79	155,69	-	389,23	518,97		
		TÉCNICO	C	13	4.749,33	6.649,06	47,49	94,99	142,48	237,47	356,20	474,93
				12	4.611,00	6.455,40	46,11	92,22	138,33	230,55	345,83	461,10
11	4.476,70			6.267,38	44,77	89,53	134,30	223,84	335,75	447,67		
B	10		4.346,31	6.084,83	43,46	86,93	130,39	217,32	325,97	434,63		
	9		4.219,71	5.907,59	42,20	84,39	126,59	210,99	316,48	421,97		
	8		3.992,16	5.589,02	39,92	79,84	119,76	199,61	299,41	399,22		
	7		3.875,88	5.426,23	38,76	77,52	116,28	193,79	290,69	387,59		
	6		3.763,00	5.268,20	37,63	75,26	112,89	188,15	282,23	376,30		
	5		3.653,40	5.114,76	36,53	73,07	109,60	182,67	274,01	365,34		
A	4		3.546,98	4.965,77	35,47	70,94	106,41	177,35	266,02	354,70		
	3		3.355,71	4.697,99	33,56	67,11	100,67	167,79	251,68	335,57		
	2		3.257,97	4.561,16	32,58	65,16	97,74	162,90	244,35	325,80		
	1		3.163,07	4.428,30	31,63	63,26	94,89	158,15	237,23	316,31		
	AUXILIAR		C	13	2.812,73	3.937,82	28,13	56,25	84,38	140,64	210,95	281,27
				12	2.691,62	3.768,27	26,92	53,83	80,75	134,58	201,87	269,16
11		2.575,71		3.605,99	25,76	51,51	77,27	128,79	193,18	257,57		
B		10	2.464,80	3.450,72	24,65	49,30	73,94	123,24	184,86	246,48		
		9	2.358,65	3.302,11	23,59	47,17	70,76	117,93	176,90	235,87		
		8	2.231,45	3.124,03	22,31	44,63	66,94	111,57	167,36	223,15		
		7	2.135,37	2.989,52	21,35	42,71	64,06	106,77	160,15	213,54		
		6	2.043,42	2.860,79	20,43	40,87	61,30	102,17	153,26	204,34		
		5	1.955,42	2.737,59	19,55	39,11	58,66	97,77	146,66	195,54		
A		4	1.871,22	2.619,71	18,71	37,42	56,14	93,56	140,34	187,12		
		3	1.770,31	2.478,43	17,70	35,41	53,11	88,52	132,77	177,03		
		2	1.694,08	2.371,71	16,94	33,88	50,82	84,70	127,06	169,41		
		1	1.621,12	2.269,57	16,21	32,42	48,63	81,06	121,58	162,11		

Principais desafios e ações futuras.

Assim como em 2020, no ano de 2021 trouxe inúmeros desafios ocasionados, principalmente, pela pandemia do coronavírus, aumentando a necessidade fomentar ações de apoio social, às ações solidárias se mostraram de extrema importância e foram intensificadas no âmbito do Tribunal. Em sua maioria, referidas ações foram fomentadas através do Projeto Fada Madrinha, institucionalizado pelo Ato TRT7 nº 77/2018, que visa não só a inserção dos estagiários no mercado de trabalho, mas a participação em ações sociais. Em 2021, por meio do Projeto, foram realizadas três campanhas solidárias, sendo elas:

- Ação Social na Organização Não Governamental “Santuário Coisas Lindas”, a qual acolhe animais abandonados em situação de risco, onde alguns Ex-estagiários da Justiça do Trabalho do Ceará e membros do Comitê Gestor do Projeto vivenciaram uma manhã de voluntariado e, também, arrecadaram antecipadamente doações em dinheiro, medicamentos e outros itens veterinários, os quais foram doados no ato da visita.
- Ação Social na Associação Madre Paulina, associação criada em 1996, a qual cuida de crianças e adolescentes com idades entre 3 a 16 anos que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social. Na ação, estagiários, ex-estagiários e integrantes do comitê do Projeto Fada Madrinha tiveram a oportunidade de participar de uma manhã solidária, na qual foi possível brincar e interagir com as crianças, além disso foi oferecido um lanche para os presente e foram entregues 80 quilos de leite em pó, material de higiene pessoal e de limpeza, Tais doações

foram frutos de doações de estagiários, servidores e magistrados.

- Oficinas de capacitação, nas quais quinze estagiários de nível médio e dois estagiários de nível superior puderam ter capacitações acerca de postura profissional, instruções sobre currículos e orientações profissionais e participação em entre-

Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Analisando a força de trabalho constante no QUADRO 5, verifica-se que a faixa de idade dos servidores de 70-75 anos representa 0,51%; 50-59 anos - 40,22%, seguido de 24,21% da faixa de 40-49 anos, o que é preocupante, uma vez que juntas totalizam 64,94% dos servidores ativos, sendo que destes, 12,36 % de servidores encontram-se com abono de permanência.

Um fator já anteriormente apontado como de risco é que este Tribunal, em virtude da carência de servidores, continua contand o com força de trabalho de servidores cedidos de Municípios/Estado e, que, muito embora o percentual destes esteja dentro do limite legal permitido, a teor do art. 3º da Resolução CSJT nº. 63/2010, representa situação precária, de risco, uma vez que a permanência desta força de trabalho depende da anuência de seus órgãos de origem.

Contratação de estagiários

O Programa de Estágio no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região encontra-se regulamentado pelo Ato TRT7 nº 73/2019 e pelo Contrato nº 23/2018, firmado entre este Tribunal e o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, o qual atua como agente de integração entre este Regional e as instituições de ensino.

O estágio se destina a estudantes de nível médio, com idade a partir de 16 anos, e de nível superior que estejam cursan-

do a partir do 4º semestre. O processo de recrutamento é realizado pelo CIEE, que encaminha candidatos para seleção nas unidades nas quais as vagas se encontram disponíveis. Com relação à seleção dos estagiários do curso de Direito da cidade de Fortaleza é realizado um concurso periodicamente, sendo todos os aprovados convocados na medida do surgimento das vagas.

Quanto aos números, cabe informar que no mês de dezembro de 2021 existiam 107 estagiários na ÁREA “MEIO”, dos quais 90 de nível superior e 17 de nível médio, e 149 estagiários na ÁREA “FIM”, sendo 131 de nível superior e 18 de nível médio.

A evolução das quantidades e das despesas com estagiários nos últimos anos é a seguinte:

- Em 2021: R\$ 2.123.594,56 (256 estagiários - 221 de nível superior e 35

de nível médio)

- Em 2020: R\$ 2.278.722,66 (248 estagiários - 219 de nível superior e 29 de nível médio)
- Em 2019: R\$ 2.983.050,95 (356 estagiários - 254 de nível superior e 102 de nível médio)
- Em 2018: R\$ 2.845.049,97 (340 estagiários - 233 de nível superior e de 107 nível médio)
- Em 2017: R\$ 2.697.755,80 (332 estagiários - 223 de nível superior e 109 de nível médio)
- Em 2016: R\$ 2.473.341,96 (307 estagiários - 196 de nível superior e 111 de nível médio)
- Em 2015: R\$ 3.362.379,70 (424 estagiários - 241 de nível superior e 183 de nível médio)

Por fim, informamos que as despesas com as contratações encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

Quadro 19 – Despesas com Programa de Estágios

ANO 2021/MÊS	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	TOTAL
JANEIRO	R\$ 12.231,44	R\$ 162.606,40	R\$ 174.837,84
FEVEREIRO	R\$ 11.862,04	R\$ 173.647,07	R\$ 185.509,11
MARÇO	R\$ 11.745,93	R\$ 161.693,30	R\$ 173.439,23
ABRIL	R\$ 3.887,40	R\$ 142.448,89	R\$ 146.336,29
MAIO	R\$ 8.629,51	R\$ 148.358,39	R\$ 156.987,90
JUNHO	R\$ 13.116,60	R\$ 164.040,80	R\$ 177.157,40
JULHO	R\$ 14.216,00	R\$ 168.128,43	R\$ 182.344,43
AGOSTO	R\$ 15.027,27	R\$ 160.355,38	R\$ 175.382,65
SETEMBRO	R\$ 16.317,60	R\$ 166.992,40	R\$ 183.310,00
OUTUBRO	R\$ 18.213,50	R\$ 170.564,69	R\$ 188.778,19
NOVEMBRO	R\$ 18.749,43	R\$ 169.691,20	R\$ 188.440,63
DEZEMBRO	R\$ 16.459,89	R\$ 174.611,00	R\$ 191.070,89

Fonte: Divisão de Pagamento de Pessoal

Quadro 20 – Despesas com Programa de Estágios

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Prestação de Serviços do Agente de Integração de estudantes junto ao TRT 7ª Região (prestação de Estágio)	Centro de Integração Empresa Escola-CIEE (CNPJ: 61.600.839/ 0001-55)	22/06/2018	22/6/2023	Nível Médio/Nível Superior	Ativo Normal (A)

Fonte: Divisão de Informações Funcionais

Ressalta-se a participação da Seção de Gestão de Estágio na implantação e desenvolvimento do projeto de cunho social intitulado de Projeto Fada Madrinha (item 2.7), medida que ajuda a diminuir as barreiras e dificuldades sociais, e que oferta oficinas de capacitação para os jovens. Campeã pelo segundo ano consecutivo, a Justiça do Trabalho do Ceará recebeu dois troféus por ser a melhor instituição pública para estagiar no Brasil, conferidos pelo Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio.

Irregularidades na área de Pessoal:

Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:

Em continuidade à recomendação contida no Acórdão TCU nº 2023/2013 – Plenário, no que tange ao Sistema de Controle de Acumulação de Cargos, Empregos, Funções Públicas e de Aposentadorias foi editado novo ato regulamentando a matéria, Ato nº 8/2019, alterado pelo Ato nº 67/2019, continuando a Comissão Permanente de Sistematização responsável pelo estabelecimento de mecanismos que venham a identificar e coibir acumulações ilícitas, mantendo-se a composição de seus membros.

Com vistas a identificar situações de acumulação é solicitada por ocasião da posse de novos servidores a apresentação de declaração de acumulação de cargos/proventos/funções, bem como durante os recadastramentos anuais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, identificando-se inclusive vínculos empregatícios na iniciativa privada para verificação da compatibilidade dos horários de trabalho. No ano de 2021, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através do Ato CSJT nº 68/2021, autorizou o recadastramento de aposentados e pensionistas que foi realizado de forma híbrida: presencial e remota, visando resguardar o público-alvo do recadastramento, potencialmente enquadrado como grupo de risco e também dar suporte aos aposentados e pensionistas que possuem dificuldades em lidar com o aspecto tecnológico do recadastramento remoto. Assim, foi possível atender, plenamente, às demandas do público-alvo, além de minorar possíveis riscos.

Terceirização Irregular de Cargos:

Não há cargos terceirizados neste Tribunal.

Gestão de Saúde e Qualidade de vida

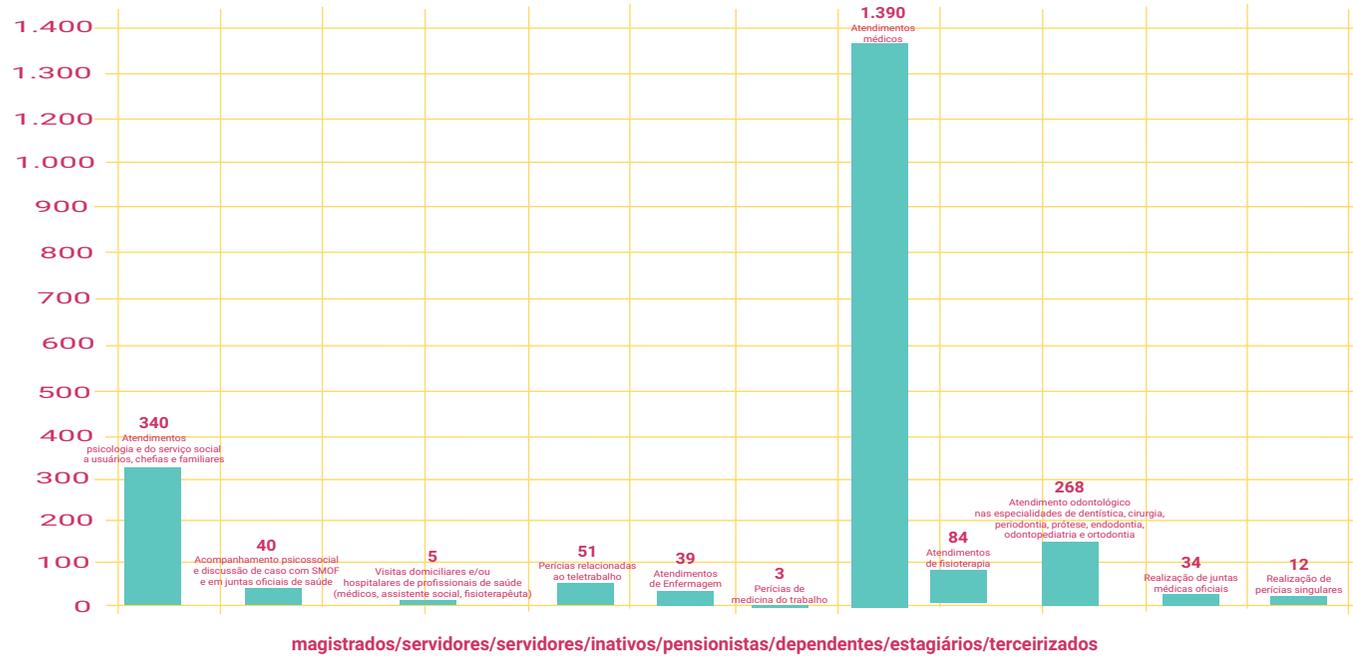
Secretaria de Saúde

A Secretaria de Saúde, criada por meio do Ato TRT7 nº 48/2016, de 27/01/2016, é vinculada administrativamente à Diretoria-Geral, possui a Seção Médica, Odontológica e Fisioterapêutica (SMOF) e a Seção Psicossocial (SPSI) sob sua subordinação direta. A Seção Médica, Odontológica e Fisioterapêutica conta com serviço médico, de enfermagem, odontológico e de fisioterapia. A Seção Psicossocial conta com profissionais de psicologia e assistência social.

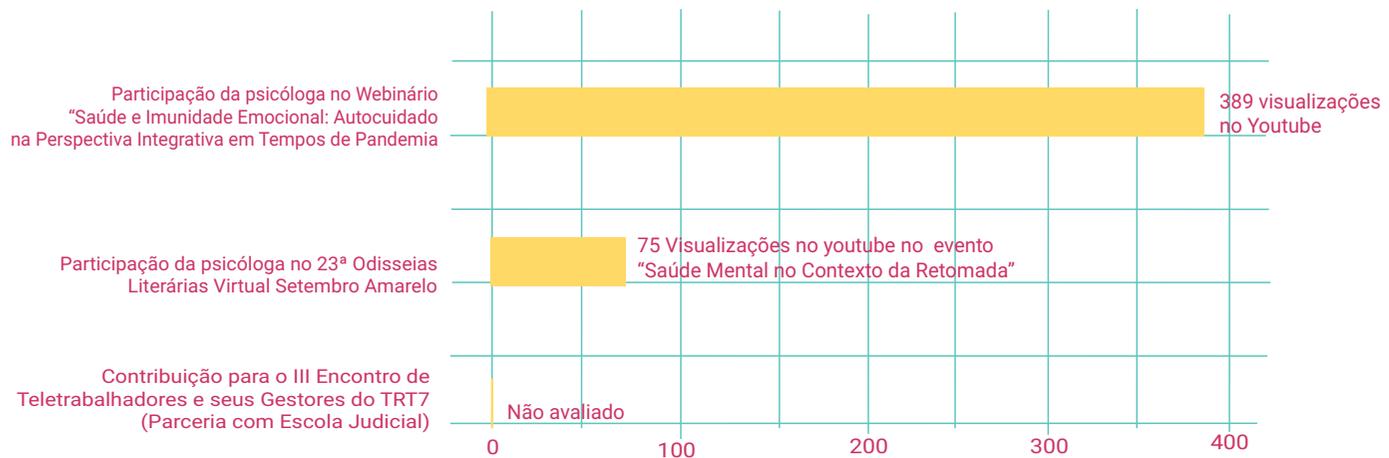
Em 2021 a Divisão de Saúde e suas seções vinculadas promoveram e/ou apoiaram as seguintes ações, conforme quadro demonstrativo:

CAMPANHAS; PROJETOS E AÇÕES				
Descrição da Ação/Atividade	Data ou período da Ação	Local da Ação	Público-Alvo	Qtde de Participantes
Veiculação de matéria na intranet sobre a Campanha Janeiro Branco, protetor de tela dos computadores com mensagem em alusão à campanha	Janeiro	Intranet	Magistrados, servidores e estagiários	99 visualizações
Veiculação de matéria na intranet (vídeo produzido no app Canva) sobre o Dia Mundial de Combate a LER/DORT	Fevereiro	Intranet	Magistrados, servidores e estagiários	62 visualizações
Veiculação de material informativo sobre Covid	Fevereiro	Intranet	Magistrados, servidores e estagiários	102 visualizações
Veiculação de matéria sobre o glaucoma	Maio	Intranet	Magistrados, servidores e estagiários	49 visualizações
Veiculação de matéria informativa na intranet sobre a campanha Setembro Amarelo	Setembro	Intranet	Magistrados, servidores e estagiários	72 visualizações
Veiculação de matéria informativa na intranet sobre a campanha Outubro Rosa	Outubro	Intranet	Magistrados, servidores e estagiários	52 visualizações
Projeto Suporte de Saúde às pessoas do TRT7 diagnosticadas com Covid-19	2021	Online e telefone (atendimentos remotos)	Magistrados, servidores e estagiários	Atendimentos psicossocial a pessoa com covid e/ou e familiares: 169
Suporte Psicossocial das pessoas com licenças de saúde relacionadas a Transtornos Mentais e Comportamentais (CID F) durante o período de isolamento social (pandemia COVID19)	2021	Online e telefone (atendimentos remotos)	Magistrados, servidores e estagiários	22 pessoas
Acompanhamento de servidores/magistrados com afastamentos relacionados ao CID M (doenças osteomusculares)	2021	Contato por mensagem de e-mail e whatsapp	magistrados, servidores	31 contatos

Atendimentos, Perícias e Visitas Domiciliares



Outras Atividades



CAMPANHAS; PROJETOS E AÇÕES

<i>Descrição da Ação/Atividade</i>	<i>Data ou período da Ação</i>	<i>Local da Ação</i>	<i>Público-Alvo</i>	<i>Qtde de Participantes</i>
<i>Gerenciamento do Programa de Assistência à Saúde Suplementar</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>Magistrados, servidores, inativos, pensionistas, dependentes</i>	<i>3.028 beneficiários</i>
<i>DECISÃO DS</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>65</i>
<i>EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DS</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>2</i>
<i>INFORMAÇÃO DS</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>581</i>
<i>INFORMAÇÃO PROAD CORREGEDORIA</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>5</i>
<i>INFORMAÇÃO PROAD GRUPO DE RISCO</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>13</i>
<i>INFORMAÇÃO SMOF</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>211</i>
<i>INFORMAÇÕES MEDICINA DO TRABALHO</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>9</i>
<i>CERTIDÃO DS</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>14</i>
<i>MINUTA DE ATOS</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>3</i>
<i>OFÍCIOS DS</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>13</i>
<i>PROADS DS-GERAL</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>12</i>
<i>PROADS DS-PASS</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>51</i>
<i>PROADS SMOF</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>65</i>
<i>Gerenciamento de homologação de licenças de saúde, licenças para acompanhar pessoa da família e licença maternidade</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>1.072 licenças de saúde homologadas</i>
<i>Participação nas atividades do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Comitê Regional de Combate ao Assédio Moral, Comissão de Gestão do Teletrabalho, Comissão de Acessibilidade e Comitê Gestor de Qualidade de Vida</i>	<i>Atividade perene</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

A Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região conta com uma Coordenadoria Jurídica Administrativa e uma Seção de Conformidade de Registro de Gestão que garantem a conformidade das contratações com as normas vigentes, em especial com as Leis nº 14.133/21, 8.666/93 e 10.520/02, o Decreto nº. 10.024/19, a Resolução CNJ 182/13, para contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como instrumentos de boas práticas e Instruções Normativas do Governo Federal, com destaque para a IN 05/2017 (SEGES/MPDG) e IN 67/2021. Desta forma, o Ordenador de Despesa da unidade assina declaração de conformidade para elaboração deste Relatório de Gestão 2021.

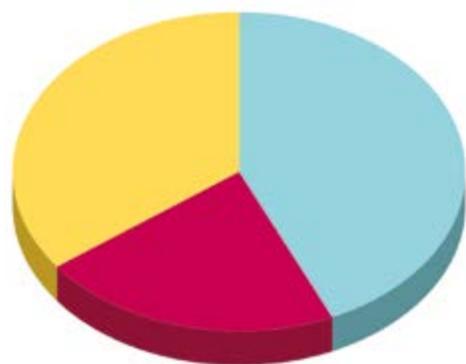
Processos Licitatórios Relevantes

As licitações relacionadas na tabela abaixo justificam-se como relevantes, em face dos objetivos estratégicos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em especial, aqueles relacionados à promoção da melhoria na gestão de pessoas e da qualidade de vida; aprimoramento da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação; fortalecimento dos processos de governança e combate à corrupção e asseguramento da efetividade da prestação jurisdicional e garantia dos direitos da cidadania. Ademais, as medidas de prevenção adotadas para o combate à pandemia do novo coronavírus impuseram a realização de contratações de relevante interesse para a saúde dos magistrados, servidores e usuários da Justiça do Trabalho na 7ª Região:

Tabela de licitações concluídas (adjudicadas) em 2021

PROAD	Licitação	Objeto	Valor Estimado Anual (R\$)	Valor Adjudicado Anual (R\$)
5065/2020	PE 33/2020	RP - Aquisição de materiais para o combate à pandemia (álcool gel 70%)	34.429,20	17.526,00
5903/2020	PE 37/2020	RP - Fornecimento de água mineral	89.485,20	54.112,32
5279/2020	PE 36/2020	RP - Serviços de manutenção predial em reparos em portas, rebocos, pinturas e muros	776.239,20	616.500,00
2824/2020	PE 30/20200	Contratação de serviços de manutenção da sala-cofre e outdoor	513.694,46	424.195,20
5763/2020	PE 01/2021	RP - Aquisição de material elétrico	153.201,54	128.517,62
6015/2020	PE 03/2021	RP- Aquisição de eletrodomésticos	77.209,19. Item 3: R\$ 17.923,30	15.000,00
2175/2020	PE 04/2021	Contratação de serviços de reforma da cobertura da Vara do Trabalho de Iguatu	269.053,26	249.905,70
922/2021	PE 05/2021	Contratação de suporte técnico para a ferramenta Atlassian Jira e Plugins eazyBI Reports and Charts e Git Integration com 100 usuários simultâneos, pelo período de 24 meses.	125.906,90	123.800,00
2000/2021	PE 07/2021	RP - Aquisição de materiais de copa, limpeza e higienização	40.357,10	68.928,00
2044/2021	PE 09/2021	Serviço de instalação de 40 linhas telefônicas lixas para o TRT Sede, Fórum Aufran Nunes e Varas Trabalhistas do Interior e Região Metropolitana.	71.946,80	68.928,00
1336/2021	PE 06/2021	Manutenção preventiva e corretiva de nobreaks (capital e interior)	308.543,69	269.070,16

PROAD	Licitação	Objeto	Valor Estimado Anual (R\$)	Valor Adjudicado Anual (R\$)
1470/2021	PE 12/2021	Aquisição de container de banheiros para a Vara de São Gonçalo	39.566,67	39.000,00
2661/2021	PE 13/2021	RP - Aquisição de compressores para equipamentos de refrigeração	160.088,17	109.799,34
2300/2021	PE 14/2021	Instalação de sistema de combate a incêndio no prédio anexo I do TRT7	287.248,82	267.003,67
3440/2019	PE 08/2021	Fornecimento com instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectada à rede, no Fórum Trabalhista do Cariri.	1.007.974,98	847.020,00
1502/2019	PE 10/2021	RP - Contratação de serviços de cabeamento lógico e elétrico	3.294.455,28	2.512.576,23
2481/2021	PE 15/2021	RP - Aquisição de eletrodomésticos.	109.568,19	1.958,00 (somente o item 3); demais itens fracassados
3384/2021	PE 16/2021	SRP - aquisição de café em pó.	54.240,00	30.400,00
1120/2021	PE 19/2021	RP - Aquisição de banners, faixas e adesivos	27.217,00	21.600,00.
2885/2020	PE 17/2021	Serviços de desinstalação, fornecimento e instalação de cortinas, com ferragens inclusas.	57.991,05	45.000,02.
3612/2021	PE 21/2021	Aquisição de material de escaninhos (armários para vestiário), biclicletários, carrinhos para copa, fragmentadoras de papel e rolos de fitas antiderrapantes.	49.961,66	9.463,50 (ocorrência de itens fracassados)
2834/2021	PE 20/2021	Contratação de serviço de reestruturação do espaço da copa do 4º andar do Ed. Anexo I	33.161,44	27.861,17
4424/2021	PE 23/2021	Serviço de impressão e acabamento gráfico (livro de literatura infantil)	5.780,00	4.580,00
4579/2021	PE 29/2021	Contratação de serviços gráficos	49.914,33	35.719,00
4400/2021	PE 30/2021	Aquisição de tokens criptográficos para certificado digital	16.646,00	16.637,88
4042/2020	PE 31/2021	Contratação de serviços de coleta de lixo séptico	18.369,20	18.369,20
4573/2021	PE 25/2021	Aquisição de máscaras de tecido e ecobags/sacolas ecológicas.	25.797,40	13.670,85
4975/2021	PE 27/2021	RP - Aquisição de eletrodomésticos	155.762,27	117.246,40
3742/2021	PE 24/2021	RP - Fornecimento, montagem e remanejamento de aparelhos de ar condicionado tipo SPLIT	282.738,25	275.620,45
5235/2021	PE 33/2021	Contratação de serviços de manutenção das centrais de PABX	46.966,26	46.944,00.
5308/2021	PE 33/2021	RP para contratação de empresa para organização e gerenciamento de eventos.	248.183,22	236.427,16
4621/2021	PE 38/2021	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de refrigeração do Fórum do Cariri	157.372,32	87.990,00
4558/2021	DE 12/2021	Contratação de serviço de assessoria para instalação de pátio de compostagem.	8.845,87	7.770,00
5914/2021	DE 13/2021	Contratação de assinatura de banco de imagens	5.564,00	5.500,00
4420/2021	PE 36/2021	Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de sistemas automatizados com reparos e reposição de peças	112.241,76	64.989,96
5373/2021	PE 37/2021	RP para eventual aquisição de material de copa, limpeza e higienização.	33.941,80	29.314,00 (ocorrência de itens fracassados)
5609/2021	41/2021	Registro de Preços para contratação do fornecimento parcelado de água mineral envasada	92.627,04	79.087,27 (ocorrência de itens fracassados)



- Até R\$ 40.000,00*
- Entre R\$ 40.000,01 e R\$ 100.000,00*
- Acima de R\$ 100.000,00 *

Pregões Concluídos em 2021

Até R\$ 40.000,00*	16
Entre R\$ 40.000,01 e R\$ 100.000,00*	8
Acima de R\$ 100.000,00 *	13
TOTAL	37

Contratações diretas

No exercício de 2021, foram realizadas 66 (sessenta e seis) contratações diretas, sendo 15 (quinze), através de dispensa de licitação e 51 (cinquenta e uma), mediante inexistência de licitação, a seguir relacionadas:

Tabela de contratações realizadas por dispensa de licitação em 2021:

PROAD	Objeto	Fundamento Legal da Dispensa	Valor
293/2021	Fornecimento de água mineral para a Vara de Quixadá	R\$ 1.560,00	24,II
714/2021	Fornecimento e montagem de toldos para as varas de Sobral, Caucaia e Maracanaú	R\$ 13.030,00	24, II
748/2021	Fornecimento de água mineral para a Vara de Tianguá	R\$ 585,00	24, II
759/2021	Serviço de recarga de extintores	R\$ 12.400,00	24, II
885/2021	Contratação de profissional ou empresa especializada para desenvolvimento de projeto de combate a incêndio unificado do Fórum Autran Nunes do TRT7	R\$ 32.500,00	24, II
2018/2021	Contratação EMERGENCIAL de linhas telefônicas diretas para o TRT Sede, Fórum Autran Nunes e Varas Trabalhistas da RMF e do interior do Estado.	R\$ 33.422,40	24, IV
2161/2021	Serviços de Controle e Combate de Vetores e Pragas Urbanas (Dedetização, Desratização, Desinsetização e Descupinização) para VT São Gonçalo e Paupina	R\$ 1.500,00	24, II
2929/2021	Aquisição de material bibliográfico - livros	R\$ 5.217,90	24, II
2418/2020	Troca de escada de marinho do edifício Dom Hélder	R\$ 25.065,20	24, II
4341/2021	Aquisição de garrafas squeeze	R\$ 13.913,13	24, II
3714/2021	Contrato de Fornecimento de Energia das Unidades de Baixa Tensão do Interior	R\$ 400.000,00	24, XXII

PROAD	Objeto	Fundamento Legal da Dispensa	Valor
4523/2021	Medalhas da Ordem Alencarina	R\$ 12.936,00	24, II
4723/2021	Letreiro e Placa para VT São Gonçalo do Amarante	R\$ 17.538,44	24, II
5914/2021	Assinatura de Banco de Imagens	R\$ 5.564,00	24, II
5475/2021	Serviço de jardinagem para a VT São Gonçalo	R\$ 13.342,15	24, II

Tabela de contratações realizadas por inexigibilidade de licitação em 2021:

PROAD	Objeto	Fundamento Legal da Inexigibilidade	Valor
158/2021	Inscrição de servidores no curso "Retenções na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços na Administração Pública"	R\$ 6.400,00	25, caput
361/2021	Contratação da professora Volia Bomfim Cassar (CPF: 003.887.897-60) para ministrar o Curso: Lei Geral de Proteção de Dados Aplicada às Relações de Trabalho	R\$ 3.500,00	25, II c/c 13
327/2021	Inscrição de servidores em Curso Zênite - O que muda com a nova Lei de Licitações	R\$ 7.182,00	25, caput
442/2021	Contratação da Dra. Ana de Oliveira Frazão Vieira de Mello para ministrar a palestra: Os novos pilares para uma economia que contemple o Direito do Trabalho (on-line).	R\$ 500,00	25, II c/c 13
670/2021	Contratação do professor Oscar Marcelo Silveira para curso In Company online	R\$ 990,00	25, II c/c 13
784/2021	Contratação do Dr. Raphael Miziara para ministrar a capacitação: Como fica o credor trabalhista frente à nova recuperação judicial (on-line)	R\$ 800,00	25, II c/c 13
764/2021	CONTRATAÇÃO DA PLATAFORMA DE CONTEÚDO JURÍDICO - BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW DA REVISTA DOS TRIBUNAIS	R\$ 20.000,00	25, I
898/2021	Contratação do Dr. Rodrigo Trindade de Souza (CPF: 904.865.870-53) para ministrar o Curso: Direito Emergencial do Trabalho	R\$ 2.700,00	25, II c/c 13
900/2021	Contratação do Dr. Cesar Zucatti Pritsch (CPF: 884.688.600-34) para ministrar o Curso: Direito Emergencial do Trabalho	R\$ 2.700,00	25, II c/c 13
845/2021	Solicitação de inscrição de seis servidores da SETIC no curso Gestão de Metas e Resultados com OKR	R\$ 7.200,00	25, caput
941/2021	CURSO DE GESTÃO IMOBILIÁRIA PARA MARCOS ANTÔNIO LOIOLA	R\$ 1.250,00	25, caput
950/2021	Contratação do Dr. Iuri Pereira Pinheiro para ministrar o Curso: Compliance Trabalhista e os seus impactos no Poder Judiciário do Trabalho	R\$ 2.000,00	25, II c/c 13
971/2021	Inscrição em cursos para implementação do Plano de Ação referente à LGPD.	R\$ 13.246,00	25, caput
1255/2021	Seminário "Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 5/2017"	R\$ 6.270,00	25, caput
1383/2021	Contratação da Dra. Sílvia Isabelle Ribeiro Teixeira do Valle para realizar uma exposição dialogada sobre o tema: Discriminação e Ações Afirmativas na Relação de Emprego (on-line).	R\$ 2.200,00	25, II c/c 13
1384/2021	Contratação da Dra. Rosângela Rodrigues Dias de Lacerda para realizar uma exposição dialogada sobre o tema: Discriminação e Ações Afirmativas na Relação de Emprego (on-line)	R\$ 2.200,00	25, II c/c 13
1923/2021	Inscrição de servidores em Curso Zênite - O que muda com a nova Lei de Licitações	R\$ 13.197,60	25, caput

PROAD	Objeto	Fundamento Legal da Inexigibilidade	Valor
2108/2021	Contratação de palestra com a Dra. Francinete	R\$ 400,00	25, II c/c 13
2058/2021	Inscrição de servidores em curso sobre Nova Lei de Licitações - Editora Fórum	R\$ 4.500,00	25, caput
2341/2021	Inscrição de servidores em Curso "O que muda com a nova lei de licitações" - Zênite	R\$ 9.538,00	25, caput
2456/2021	Contratação da instrutora Rebeca Cavalcante para ministrar o workshop "Lixo zero do indivíduo à instituição", nos dias 01 e 02 de junho.	R\$ 1.650,00	25, II c/c 13
2811/2021	Contratação do instrutor Maurício Roberto de Souza Benedito através da empresa ANABELA DE QUINTAL RODRIGUES (CNPJ: 33.940.486/0001-05) para ministrar o Curso: Previdência dos Servidores Públicos	R\$ 13.300,00	25, II c/c 13
3136/2021	Contratação da instrutora Vanessa Canever, através da empresa: AVALOKI DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA. (29.851.106/0001-80) para ministrar quatro turmas do curso: Desenvolvimento Gerencial para Gestores em Atuação no TRT - 7ª Região.	R\$ 39.667,00	25, II c/c 13
2911/2021	Contratação da empresa Instituto Brasileiro de Contratações Públicas e Formação Profissional LTDA. (CNPJ: 28.977.328/0001-81) para ministrar os Cursos: Principais Aspectos da Nova Lei de Licitações: Do planejamento à Execução Contratual; Gestão e Fiscalização de Contratos e a Nova Lei de Licitações; A Importância da Gestão de Riscos na Governança Institucional.	R\$ 39.900,00	25, II c/c 13
3215/2021	Contratação da ferramenta Banco de Preços	R\$ 9.875,00	25, I
3891/2021	Inscrição no curso planilha de custos e formação de preços para terceirização - CON TREINAMENTOS (dias 19 e 20 de agosto)	R\$ 1.590,00	25, caput
3978/2021	Inscrição no Seminário Online de Comunicação	R\$ 840,00	25, caput
4194/2021	CURSO DE INSTRUTOR DE ARMAMENTO E TIRO	R\$ 6.000,00	25, caput
4284/2021	Contratação de licença de uso anual do sistema Web Gestão Tributária da OPEN Treinamentos	R\$ 7.188,00	25, I
4171/2021	Inscrição de servidores em Curso completo Nova Lei de Licitações - UNIVERSO LICITACOES	R\$ 2.350,00	25, caput
4291/2021	Inscrição de servidores em Curso de Gestão de Patrimônio, Almoarifado e Desfazimento de Bens	R\$ 1.150,00	25, caput
3952/2021	Inscrição de servidores em curso para implementação de Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), Gestão de Riscos, de Incidentes e de Dados Pessoais	R\$ 2.280,00	25, caput
4595/2021	Contratação da empresa: Triade Brasil Treinamentos e Informática Ltda. (CNPJ: 10.397.499/0001-76) para ministrar o Treinamento on-line: Apenas Comece: Método de Combate à Procrastinação para cinquenta servidores do Sétimo Regional. Ações Afirmativas na Relação de Emprego (on-line)	R\$ 20.000,00	25, II c/c 13
4486/2021	Inscrição de servidor no curso "Administração de Sistemas Linux" - Escola Superior de Redes (EAD)	R\$ 720,00	25, caput
4372/2021	Capacitação para servidores e terceirizados - Workshop sobre compostagem para semana da inovação e comemoração do dia da árvore.	R\$ 1.100,00	25, II c/c 13
4717/2021	Inscrição de servidores em Curso contratação direta - Zênite (4 a 8 outubro)	R\$ 8.120,00	25, caput
4746/2021	Inscrição de servidores no curso "Kubernetes: Orquestração de Ambientes Escaláveis"	R\$ 5.265,00	25, caput
4595/2021	Curso in company com empresa TRIÁDE - treinamento combate à procrastinação	R\$ 20.000,00	25, II c/c 13

PROAD	Objeto	Fundamento Legal da Inexigibilidade	Valor
5097/2021	Contratação da instrutora Danielle Lodetti de Jesus, para ministrar a palestra: "Ansiedade", que será realizada no "Encontro de Teletrabalhadores - 2021", no dia 21/10/2021 das 14h às 15h.	R\$ 1.500,00	25, II c/c 13
5140/2021	Contratação do instrutor Yuri Haasz, através da empresa: YURI HAASZ (CNPJ: 20.019.711/0001-15) para ministrar Palestra Interativa Online em Comunicação Não-Violenta A palestra acontecerá no dia 22 de outubro do ano em curso, das 15h às 17h através da plataforma Zoom.	R\$ 7.632,00	25, II c/c 13
4689/2020	Solução de TIC para manutenção da automação das atividades do Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	R\$ 9.555,60	25, caput
4789/2021	Curso Execução Orçamentária e Financeira aplicada ao SIAFI - dezembro - SUPREME	R\$ 1.460,00	25, caput
4905/2021	Curso: Inscrição de servidores da SETIC na Capacitação KMP1	R\$ 2.050,00	25, caput
5078/2021	Solicitação de treinamento - Oracle Database 19c Administration Workshop	R\$ 5.276,00	25, caput
3744/2021	Novo termo de cessão de uso - ANAJUSTRA	R\$ 870,90	25, caput
5561/2021	Aquisição/renovação da Zênite Fácil e Orientações por escrito em Licitações e contratos - fonte de pesquisa para pessoas da área administrativa	R\$ 19.752,00	25, caput
5413/2021	Contratação do instrutor Lucas Cândido Brandão para ministrar a Oficina de Escrita Criativa e Poética, através de plataforma telepresencial Zoom para o público de magistrados e servidores do TRT-7ª Região nos dias 10, 17 e 24/11/2021, das 15h às 17h totalizando 6 horas/aula de capacitação.	R\$ 3.600,00	25, II c/c 13
5855/2021	Boletim de Recursos Humanos Digital - GOVERNET	R\$ 7.311,51	25, I
5752/2021	Curso Previdência de Servidores Públicos - Capacity Treinamentos	R\$ 4.770,00	25, caput
5094/2021	Inscrição de servidor no treinamento "Administração em PostgreSQL", ofertado pela empresa 4Linux	R\$ 1.920,00	25, caput
6184/2021	Assinatura de Biblioteca Digital Saraiva - 50 acessos	R\$ 22.140,00	25, caput

Adesões e Participações em licitações de outros órgãos

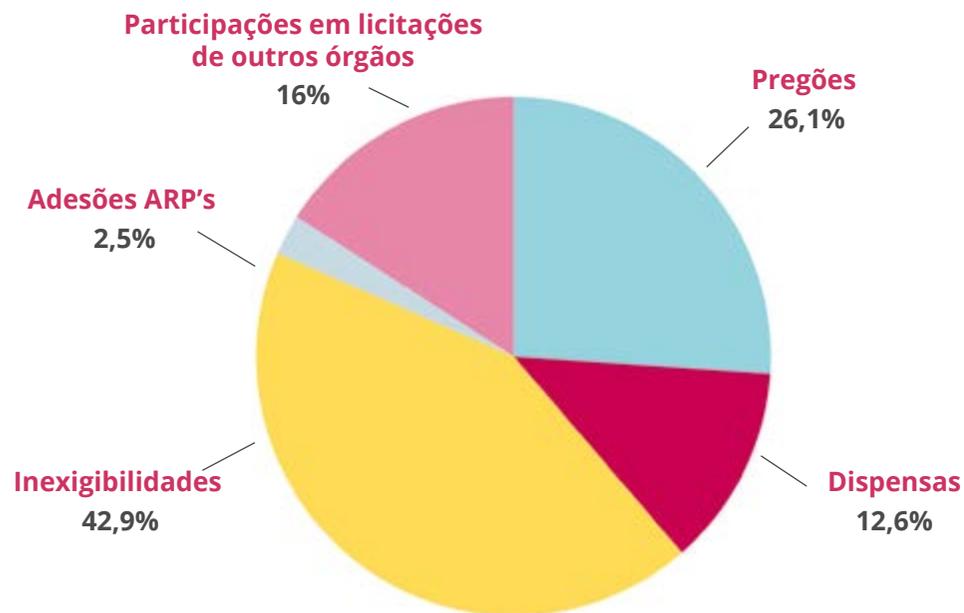
No ano de 2021, esta unidade controlou 30 ARPs de 2021, com emissão de notas de empenho no valor total de R\$724.218,09, controlou a emissão de notas de empenho das ARPs de 2020 ainda vigentes em 2021 no valor de R\$319.020,63, utilizou 8 ARPs em que somos partícipes, emitindo notas de empenho no valor de R\$1.304.362,00, coordenou a adesão a 3 atas de registro de preços de órgãos federais no valor total de R\$815.285,80. Participou de 11 PE SRP de órgãos federais, com autorização da Diretora-Geral, Não houve solicitações de autorização para adesão às ARPs deste Regional.

Adesões e Participações em licitações de outros órgãos

Principais desafios e ações futuras.

O quadro de restrição orçamentária no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das contratações para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros constituindo-se, s.m.j., o principal desafio da gestão de licitações e contratos, juntamente com as particularidades e necessidades específicas de cada unidade do Tribunal, como a crescente falta de pessoal para atuar nas diferentes unidades administrativas, o elevado número de servidores aptos a aposentar-se, a ausência de sistemas específicos de gestão de licitações e contratos e as recorrentes mudanças da legislação também podem ser relacionadas como dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos.

Contratações 2021



Contratações 2021

PREGÕES	32
DISPENSAS	20
INEXIGIBILIDADES	20
ADESÕES ARP'S	47
PARTICIPAÇÕES EM LICITAÇÕES	3
TOTAL	112

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Governança de TIC no TRT da 7ª Região

Cobit

CSJT

CNJ

TCU

Modelo de Governança de TIC

ATO nº 131/2017 - Política de Governança de TIC.

ATO nº 100/2017 - Diretrizes para o planejamento, gestão do portfólio, avaliação de desempenho e comunicação sobre o resultado da gestão e uso dos serviços de TIC.

Execução Governança de TIC em 2021

Plano Diretor de TIC referente ao biênio 2021/2022.

Comitê de Governança de TIC realizou 15 reuniões em 2021.

Comitê Gestor de TIC realizou 76 reuniões em 2021.

Painel 2021 - Plano Diretor de TIC

1.1. IGOVTIC-JUD - Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação Poder Judiciário	1.2. IGOVTI - Índice de Governança e Gestão de TI (TCU)	2.1. ISUETI - Índice de satisfação dos usuários externos com os serviços de TIC prestados pelo TRT7	2.2. ISUETI - Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços de TIC prestados pelo TRT7	3.1. IDPJE - Índice de disponibilidade do PJE	3.2. IDSE - Índice de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC
3.3 ISIPJE - Índice de solução dos incidentes do PJE dentro do prazo acordado	3.4 ISAP - Índice de solução dos atendimentos dentro do prazo acordado	4.1. IEO - Índice de empenho orçamentário	4.2 ILO - Índice de liquidação orçamentária	5.1 IPENP - Índice de projetos entregues no prazo	5.2 IOAP - Índice de objetivos atendidos nos projetos encerrados
6. ISD - Índice de serviços digitais	7. 1 IEPC - Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação	7. 2 ICQMTI - Índice de conformidade ao quadro mínimo de servidores na TI do quadro permanente do órgão			

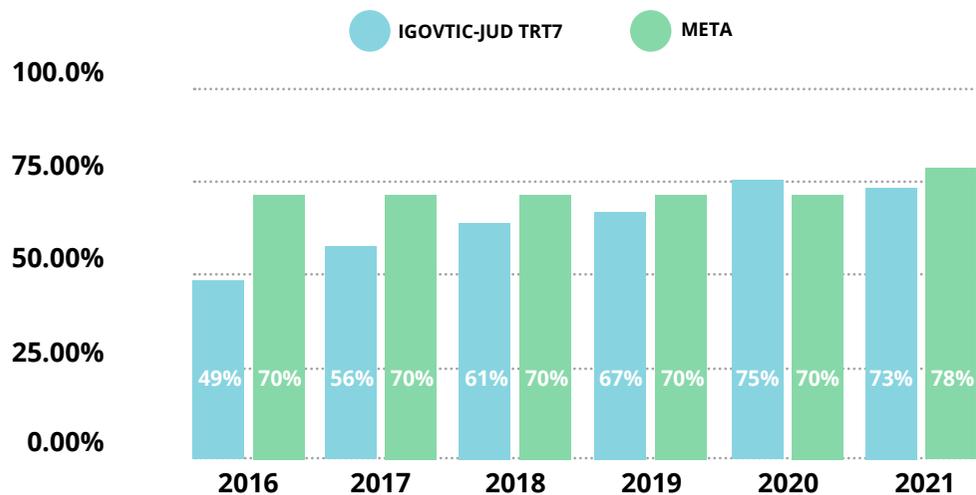
4 metas não alcançadas (dif menor que 10%)

5 metas não alcançadas (dif maior que 10%)

7 metas alcançadas

Autoavaliação de Gestão e Governança

Indicador		2016	2017	2018	2019	2020	2021
IGOV TIC-JUD - Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário)	META (atingir até)	70%	70%	70%	70%	70%	78%
	IGOV TIC-JUD TRT7	49%	56%	61%	67%	75%	73%
	NÍVEL ALCANÇADO	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório	Aprimorado	Aprimorado

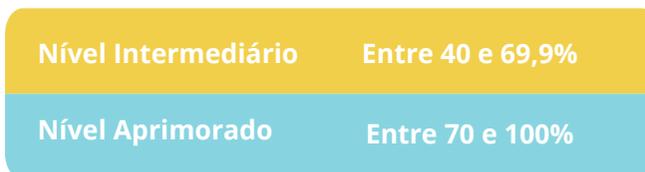
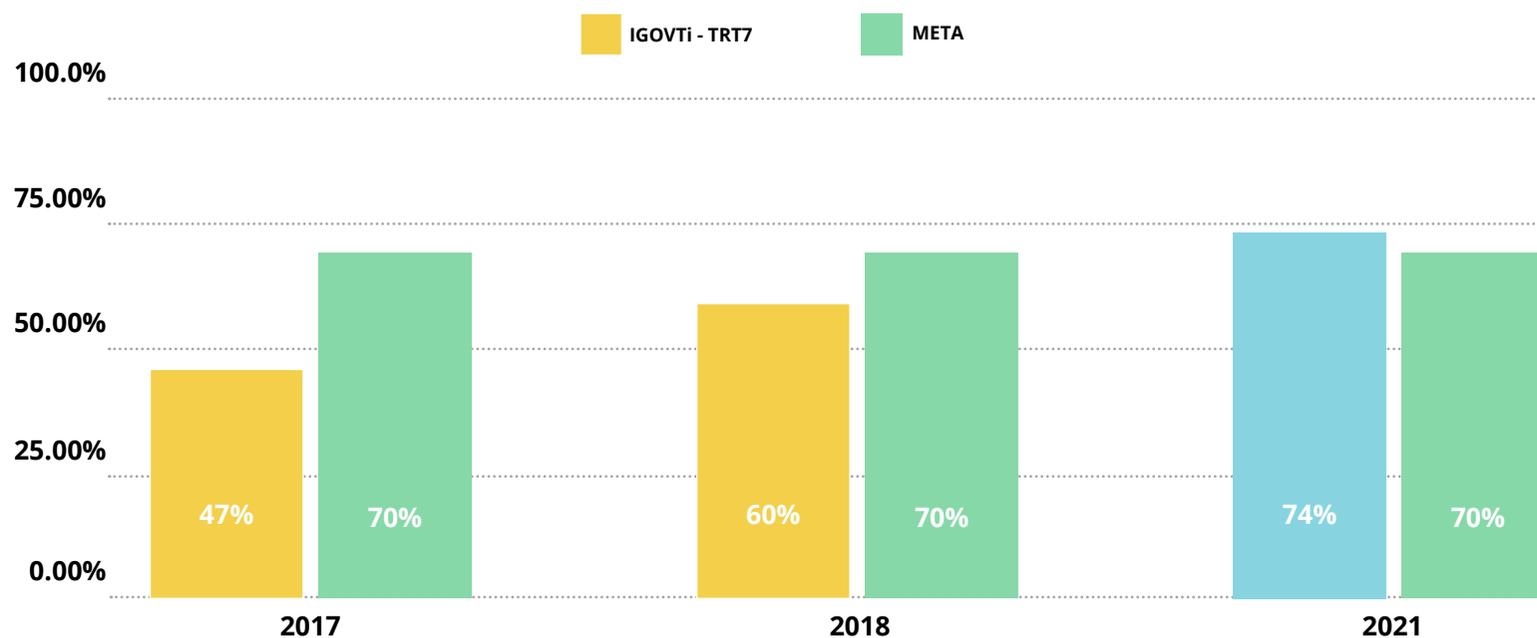


Níveis 2021	IGOV TIC-JUD
Inicial	< 30%
Satisfatório	Entre 30 e 60%
Aprimorado	Entre 60 e 80%
Excelência	Maior que 80%

TEMA	NÍVEL DE MATURIDADE 2021
Políticas e Planejamento	79,00 - APRIMORADO
Transformação Digital	61,25 - APRIMORADO
Atendimento e Suporte ao Usuário	82,00 - EXCELÊNCIA
Estruturas Organizacionais e Macroprocessos	100 - EXCELÊNCIA
Pessoas	18,00 - INICIAL
Sistemas de Informação	86,00 - EXCELÊNCIA
Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem	57,25 - SATISFATÓRIO
Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados	92,00 - EXCELÊNCIA

Autoavaliação de Gestão e Governança

Indicador		2017	2018	2021
IGOVTI – Índice de Governança e Gestão de TI (TCU)	META(attingir até)	70%	70%	70%
	IGOV TIC-JUD TRT7	47%	60%	74%
	NÍVEL ALCANÇADO	INTERMEDIÁRIO	INTERMEDIÁRIO	APRIMORADO



DADOS DA GESTÃO EM TIC



R\$ 4.449.171,62 empenhados em TIC.



37 servidores especializados em TIC lotados na SETIC.
32 cargos é o déficit atual no quadro. (Ref: Resolução CNJ n. 370/2021)



8 novas versões do PJe instaladas. A indisponibilidade não programada do PJe foi de apenas **0,02%**



14.477 chamados atendidos pela Central de Serviços de TIC. **81%** concluídos dentro do nível de serviço definido.



32 projetos no portfólio e **147** iniciativas de curta duração no PDTIC 2021/2022*.

Dados apurados em 18/02/22

Montante de Recursos aplicados em TI



R\$ 4.449.171,62
Execução financeira

Total de recursos empenhados pela SETIC..



R\$ 4.181.553,58
Proposta orçamentária

Total de recursos orçados para a SETIC em 2021.



106%
Execução orçamentária



R\$ 2.122.370,68

Total de recursos aplicados em investimentos



R\$ 2.326.800,94

Total de recursos para serviços continuados e não continuados

Contratações mais relevantes de recursos de TI

SERVIÇOS CONTINUADOS	
Objeto da Contratação	Executado
Serviço de suporte e garantia de atualização por 36 meses de licenças VMWARE	R\$ 425.466,00
Serviço de manutenção preventiva para Sala-Cofre	R\$ 251.196,00
Serviços de correio eletrônico e comunicação em nuvem	R\$ 220.500,00
Manutenção banco de dados Oracle	R\$ 178.682,49
Manutenção banco de dados Postgres	R\$ 159.806,10
Renovação software de gerenciamento de demandas (Jira)	R\$ 135.986,02
Serviços de comunicação de dados (sede - interior)	R\$ 135.282,93
Serviço de manutenção preventiva para Site backup	R\$ 135.196,92

Dados atualizados até 31/12/2020.

INVESTIMENTO	
Objeto da Contratação	Executado
Aquisição de notebooks com garantia de 36 meses (Magistrados)	R\$ 721.000,00
Aquisição de notebooks com garantia de 36 meses (Diretores)	R\$ 618.000,00
Aquisição de webcams full HD	R\$ 345.844,80
Aquisição de roteadores BGP (Border Gateway Protocol) licenciados com garantia e suporte técnico de 60 (sessenta) meses, incluindo serviço de instalação e configuração.	R\$ 225.500,00
Aquisição de impressoras multifuncionais	R\$ 135.387,12

Dados atualizados até 31/12/2020.

Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor

Administração Geral

Implantação da versão 4.0 do PROAD e portal para acesso pelo público externo

Projeto LGPD - Registros de Tratamento de Dados Pessoais dos sistemas do TRT7

Gestão de Pessoas

Atualização do SIGEP/Folha (15 novas versões,)

Implantação do conector eSocial

Implantação do Sistema de Gestão de Saúde (Projeto Cuidar+)

Comunicação Institucional

Página no site com os endereços do Balcão Virtual, Audiências Telepresenciais, Whatsapp Business e Telefones das Unidades Judiciárias
Hotsite LGPD

Hotsite para o Laboratório de inovação

Pautas de Audiências do Dia (site e app JTe)

Hotsite para Divisão de Saúde (Projeto Cuidar+)

Prestação Jurisdicional

Atualização do Sistema PJe (8 novas versões).

Balcão Virtual

Implantação do PJe Mídias Desktop para o envio de mídias por advogados

Implantação de sistema para videoconferência e sustentação oral à distância

Uniformização jurisprudencial

Aprimoramento do sistema GEMINI - Agrupamento de recursos no 2º grau por similaridade com recursos já julgados (Precedentes)

Implantação do Sistema de Jurisprudência do TST/TRT23 e readequação da Biblioteca Digital

Tecnologia da Informação

Alcance do nível de maturidade aprimorado em Governança de TIC (IGG TCU 2021)

Substituição de 100% dos notebooks dos Magistrados

Aquisição de webcams para Magistrados e Servidores

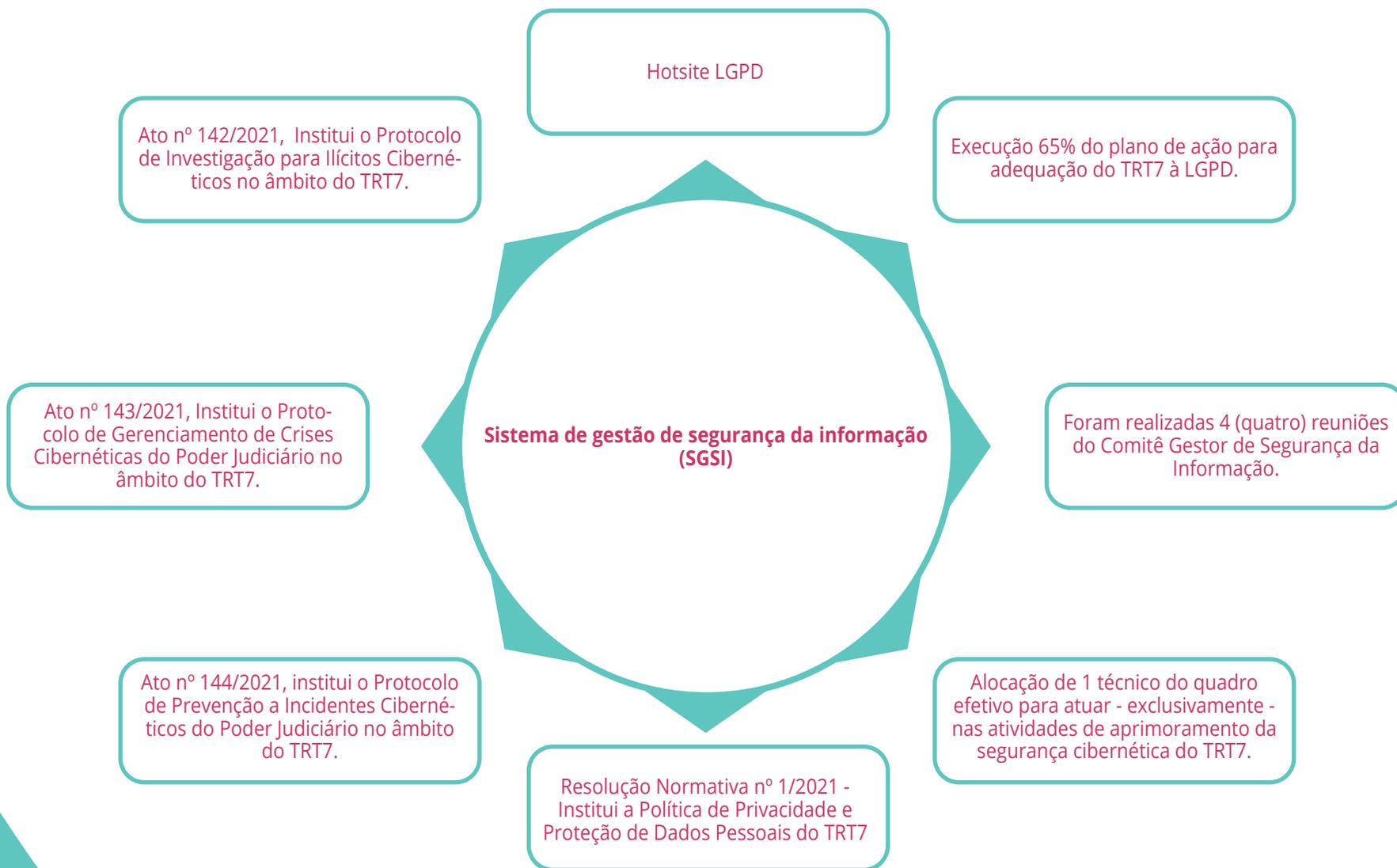
Atualização parcial do parque de impressoras multifuncionais

Ampliação da infraestrutura de containers

Aumento do quadro da SETIC (7 novos servidores)

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Principais iniciativas em 2021



AUDITORIAS/QUESTIONÁRIOS 2021

- Requisição de Documentos e Informações CSJT/SECAUD n. 078/2020 (respondida em fevereiro de 2021). Auditoria em relação à Gestão de Serviços de TIC (levantamento preliminar).
- Requisição de Documentos e Informações CSJT/SECAUD nº 6/2021 - Auditoria em relação à Gestão de Serviços de TIC .
- Auditoria sobre os procedimentos de backup das Organizações Públicas Federais. Resultados constam do Acórdão nº 1109/2021 - TCU - Plenário.
- Apuração pelo CSJT do índice de conformidade do TRT7 à LGPD (demandas EGP-TI-603, EGPTI-870).
- Fiscalização TCU - Controles mínimos de segurança cibernética (PROAD 5113/2021).
- Auditoria interna de Contratações de TIC (PROAD 4055/2021).
- Diagnóstico pelo CSJT da implementação dos controles mínimos recomendados na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (demanda EGPTI-757).
- Autoavaliação de Governança de TIC pelo TCU (IGG) e pelo CNJ (IGOV TIC-JUD);

Principais Desafios

- Limitação orçamentária (EC 95);
- Conciliar redução do custo de TIC com aumento de demanda;
- Quadro de pessoal muito abaixo do necessário (Acórdão TCU nº 750/2014; Resolução CNJ nº 370/2021);
- Uso de múltiplas tecnologias (excessiva heterogeneidade do ambiente);
- Conciliar as novas demandas com a execução da ENTIC-JUD, ENSEC-JUD e do PDTIC vigente;
- Implantar a cultura de gestão de processos;
- Aprimorar a Segurança da informação;

Ações futuras

- Estabelecer o planejamento tático de TIC (PDTIC) para o biênio 2023/2024;
- Possível adoção de nuvem em larga escala;
- Implantação dos processos e controles previstos na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (Res. CNJ nº 396/2021);
- Ampliar o uso de infraestrutura ágil;
- Possível centralização no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF, de algumas aplicações;

Gestão de Comunicação Social

Divisão de Comunicação Social

A Divisão de Comunicação Social (DCS) é uma unidade vinculada à Secretaria-Geral da Presidência do TRT da 7ª Região. Possui duas subunidades de coordenação, a Seção de Produção Audiovisual (SPA) e a Seção de Produção, Editoria e Multimídia (SPEM), cujas competências estão dispostas nos artigos 38, 39 e 40 do Regulamento Geral do órgão (Resolução Normativa TRT7 nº 3/2020). As atividades da DCS também são submetidas ao disposto no Ato TRT7 nº 195/2010.

A DCS conta com a força de trabalho de cinco servidores, sendo quatro efetivos e uma cedida, e dois estagiários de nível superior, um na área de jornalismo e outro na área de design multimídia.

Para o planejamento e execução de suas ações, a DCS segue a Política Nacional de Comunicação Social da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 80/2011) e a Política Nacional de Comunicação Social do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 85/2009).

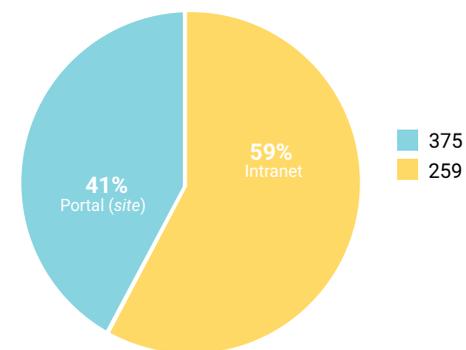
Conforme o Plano Estratégico Institucional (PEI) do TRT7 para o período 2021-2026, as ações da DCS guiam-se pelo Objetivo Estratégico de “Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais” (perspectiva Sociedade).

Além da realização de suas atividades funcionais regulamentares, em 2021 a DCS manteve membros com participação nos seguintes comitês internos do TRT-7: Gestão Socioambiental; Programa Trabalho Seguro; Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; Comitê de Segurança Institucional; Comitê Gestor de Segurança da Informação; Comitê de Qualidade de Vida; Comitê Gestor do Odisseias Literárias e Comitê Gestor do Projeto Fada Madrinha. Nacionalmente, compõe a Comissão do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2021, ligado ao Fórum Nacional de Comunicação e Justiça.

Em razão das restrições sociais relativas à pandemia de covid-19, durante o ano de 2021 a DCS realizou suas atividades parte em regime de teletrabalho integral (até 1º de agosto – vigência da 2ª etapa do Plano de Retomada das Atividades Presenciais do TRT7), parte em regime de teletrabalho híbrido (de 2 de agosto a 9 de dezembro – vigência das 3ª e 4ª etapas do Plano de Retomada), e voltou ao trabalho presencial integral a partir de 10 de dezembro (fim do Plano de Retomada).

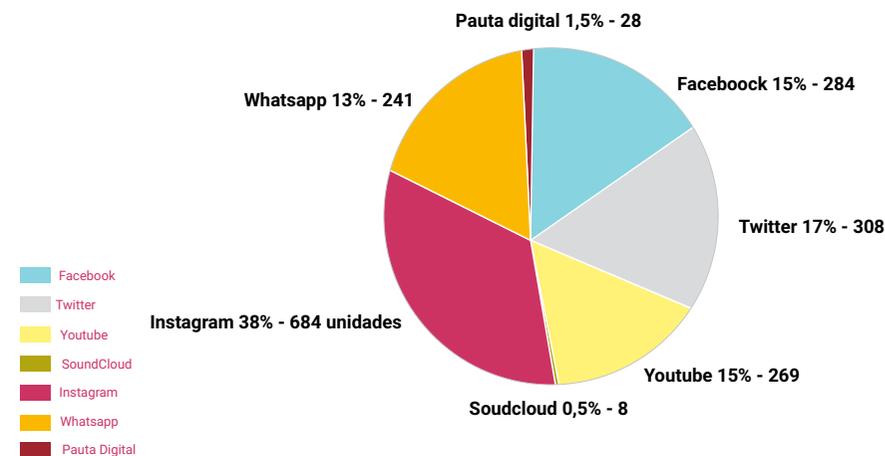
Entre janeiro e dezembro de 2021, a DCS entregou os seguintes resultados principais:

Notícias Publicadas (unidades/porcentagem)



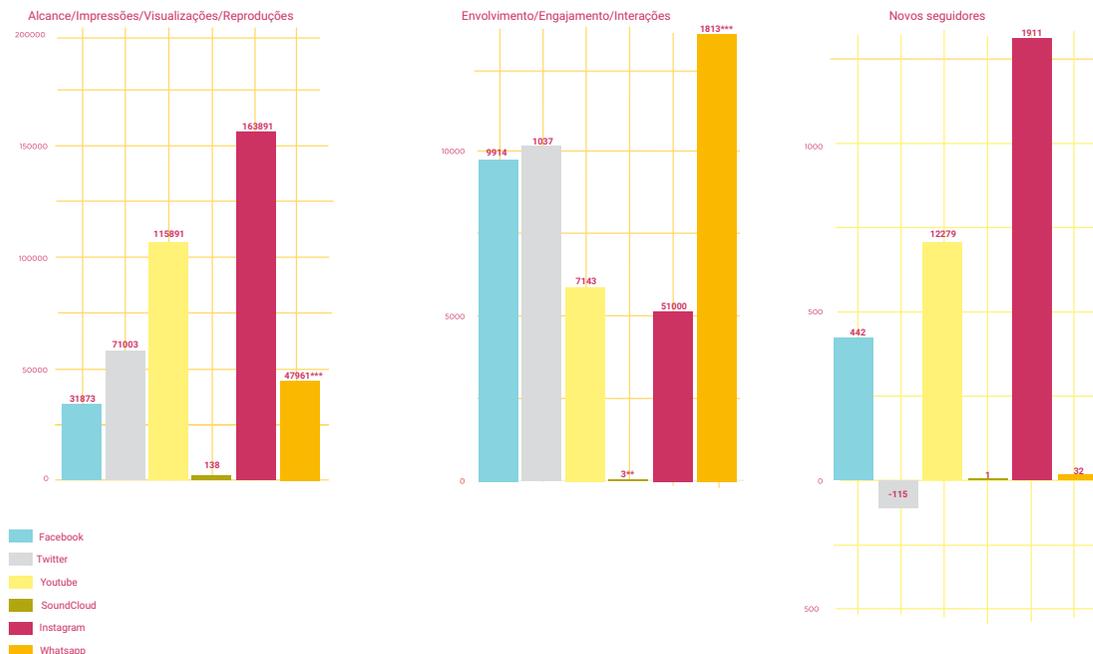
A análise dos dados indica que a maioria das demandas de divulgação da DCS são de pautas voltadas para o público interno (intranet).

Publicações *em redes sociais e mídia OOH (out of home)** (porcentagem/unidades)



* Publicações orgânicas, sem custos. ** Plataforma própria, sem custos, exibida em monitores nas antessalas de espera das varas do trabalho.

Performance em redes sociais: principais indicadores



* Soma de gostei + comentários + compartilhamentos. **Soma de curtidas + comentários + republicações. ***Mensagens lidas. ****Cliques nos links. OBS: A análise dos dados indica que o Instagram foi a rede social que obteve maior visualizações de publicações (alcance), seguida do Youtube. A que mais gera interações (engajamento) e a que mais cresceu em termos de novos seguidores também foi o Instagram. O Twitter registrou encolhimento no número de seguidores..

Clipping/monitoramento		
Abrangência	Quantidade de inserções	Percentual
regional	324	39%
nacional	519	61%
Citação	Quantidade de inserções	Percentual
direta	804	95%
indireta	39	5%
Mídia	Quantidade de inserções	Percentual
on-line	768	91%
impresso	48	6%
rádio	12	1%
televisão	15	2%
Origem	Quantidade de inserções	Percentual
proativa	542	64%
espontânea	273	32%
reativa	28	4%
Enquadramento	Quantidade de inserções	Percentual
positivo	638	81%
neutro	44	5%
negativo	116	14%
Total	Quantidade de inserções	Percentual
	843	100%

O clipping/monitoramento é o registro de notícias publicadas na mídia que citam o TRT/CE ou suas unidades e ações. Inclui veículos de imprensa, blogs e instituições noticiosas.

Produção e veiculação de programas em emissoras		
Programa	Edições produzidas	Veiculação*
Justiça do Trabalho (televisão)	3	TV Ceará (Governo do Estado)
		TV Fortaleza (Câmara Municipal)

Execução de despesa orçamentária	
Contratações	Valores executados (R\$)
Revista de Gestão 2018-2020 (Proad nº 3904/2020)	16.575,00
Programa de TV Justiça do Trabalho Contrato nº 55/2017 (Proad nº 5399/2019)	27.249,99
Total	43.824,99

Conformidade Legal

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região apresentou declaração de conformidade legal alinhada com os termos dos artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal, da Lei nº. 4.320/64, da Lei Complementar nº. 101/2000, da Lei nº. 8.429/92, do Decreto nº. 9.373/2018 e demais instrumentos legais que regem a Gestão Patrimonial na Administração Pública.

Principais Investimentos de Capital – Infraestrutura de Equipamentos – Avaliação do seu Custo-Benefício e Impacto sobre os Objetivos Estratégicos

Bens Imóveis (Investimentos de Capital)

No Exercício de 2021, o Tribunal Regional do Trabalho contratou e deu início ao fornecimento, com instalação, do Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica conectada à Rede, no Fórum Trabalhista do Cariri, localizado em Juazeiro do Norte (PROAD nº 3440/2019). A primeira usina fotovoltaica da Justiça do Trabalho da 7ª Região foi inaugurada em 21 de janeiro de 2022. Há expectativa de impactos significativos em termos de economia de recursos públicos e de redução de emissões de gases de efeito estufa. O valor investido em 2021 foi de R\$ 847.020,00 (oitocentos e quarenta e sete mil e vinte reais), mas, com a economia futura nas contas de energia elétrica, há previsão de que o retorno do investimento total se dê em apenas 04 (quatro) anos.

O Tribunal Regional do Trabalho investiu, no Exercício de 2021, R\$ 267.003,67 (duzentos e sessenta e sete mil, três reais e sessenta e sete centavos) na Implantação do Sistema de Combate à Incêndio no Edifício Anexo I do Complexo TRT7

Sede Aldeota (PROAD nº 2300/2021), que consiste na execução do Sistema de Proteção de Descarga Atmosféricas – SPDA, na implantação do Sistema de Detecção de Fumaça e na execução da Rede de Hidrantes.

Além das obras e serviços acima mencionados, destacamos o investimento de R\$ 249.905,70 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinco reais e setenta centavos) na Reforma da Cobertura de Iguatu (PROAD nº 2175/2020), facilitando o acesso para manutenção e sanando infiltrações pontuais.

No Exercício de 2021, foram ainda executados os seguintes Serviços/Contratações:

a) Reparos em Portas, Pinturas e Muros nas edificações dos Imóveis localizados em Sobral (PROAD nº 5473/2021), Baturité (PROAD nº 4447/2021), São Gonçalo do Amarante (PROAD nº 3021/2021) e Caucaia (PROAD nº 5279/2020) perfazendo custos de R\$ 32.207,99 (trinta e dois mil, duzentos e sete reais, noventa e nove centavos), R\$ 35.508,49 (trinta e cinco mil, quinhentos e oito reais, quarenta e nove centavos), R\$ 40.656,50 (quarenta mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) e R\$ 33.181,06 (trinta e três mil, cento e oitenta e um reais e seis centavos), respectivamente, totalizando um montante investido em 2021 de R\$ 141.554,04 (cento e quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos);

b) Pintura e Reparos Gerais nos Subsolos e Garagens dos Edifícios Anexos I e II do Complexo TRT Sede deste Tribunal (PROAD nº 5279/2020), perfazendo um valor investido em 2021 de R\$ 56.587,79 (cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais, setenta e nove centavos); e

c) Reforma na Copa do 4º Andar – Lado Oeste, do Edifício Anexo I do Complexo TRT Sede (PROAD nº 2834/2021), perfazendo um valor total executado em 2021 de R\$ 27.861,17 (vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais, e dezessete centavos).

Ressaltamos, por fim, que em 2020 se deu início à contratação dos serviços de criação de 02 (duas) Lajes Técnicas para remanejamento das unidades condensadoras de split na Casa Branca, Imóvel Integrante do Complexo TRT7 Sede Aldeota. No Exercício de 2021, as medições relativas a esse serviço totalizaram R\$ 176.825,25 (cento e setenta e seis mil, oitocentos e vinte cinco reais, e vinte e cinco centavos).

Estes Serviços/Contratações estão alinhados ao Plano Estratégico 2021-2026 deste Regional, aprovado pelo Ato TRT7 nº. 64/2014 e observando, em especial, o previsto nos seguintes Objetivos Estratégicos - Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade (Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gênero, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - Agenda 2030 - Alinhamento aos Macrodesafios do Poder Judiciário: Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais) e Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica (Aprimorar as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a desenvolver processos inovadores, com suporte de sistemas digitais integrados de gestão de pessoal, de aquisições, de

finanças, bem como os relacionados às atividades de compliance e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência - Alinhamento aos Macrodesafios do Poder Judiciário: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária).

Destacamos, ainda, que a Instalação do Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica conectada à Rede, no Fórum Trabalhista do Cariri - Juazeiro do Norte (Usina Fotovoltaica) se coaduna com o ODS 7 - Energia Acessível e Limpa, quanto ao Cumprimento da Meta 7.b - Brasil - Até 2030 expandir a infraestrutura e aprimorar a Tecnologia para o Fornecimento de Serviços de Energia Modernos e Sustentáveis para todos e ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, quanto ao Cumprimento da Meta 12.2 - Nações Unidas - Até 2030 alcançar a Gestão Sustentável e o Uso eficiente dos Recursos Naturais.



Bens Permanentes (Investimentos de Capital)

Quanto às Aquisições de Bens Permanentes, selecionamos no Quadro abaixo os Investimentos de Capital mais significativos:

PROCESSO TRT7 / PROAD	DESCRIÇÃO DO ITEM (RESUMIDA)	CLASSIFICAÇÃO/ CONTA CONTÁBIL	NOTA DE EMPENHO	EMPRESAS	VALORES
PROAD Nº 2354/2020	CÂMERA PORTÁTIL PARA VIDEOCONFERÊNCIA COM VIVA VOZ	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	2020 NE 1225 2020 NE 1307	AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 162.800,00
PROAD Nº 5216/2019	KIT OPERACIONAL - PISTOLA DE ELETROCHOQUE	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2020 NE 1274	CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA	R\$ 122.682,04
PROAD Nº 2641/2020	CADEIRA DE RODAS	APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES	2020 NE 1294	SIMLAB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EIRELI	R\$ 12.195,00
PROAD Nº 772/2020	SERVIDOR DE REDE	EQUIPAMENTOS DE TIC (COMPUTADORES)	2020 NE 1410	PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	R\$ 21.600,00
PROAD Nº 3324/2020 PROAD Nº 5771/2021	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK)	EQUIPAMENTOS DE TIC (COMPUTADORES)	2021 NE 400013	TORINO INFORMÁTICA LTDA	R\$ 618.000,00
PROAD Nº 2253/2021 PROAD Nº 6779/2021	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL	EQUIPAMENTOS DE TIC (IMPRESSORAS)	2021 NE 421	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS	R\$ 148.777,12
PROAD Nº 2925/2021	WEBCAM	EQUIPAMENTOS DE TIC (TELEFONIA)	2021 NE 571	AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 345.844,80
PROAD Nº 6656/2021	IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA	EQUIPAMENTOS DE TIC (IMPRESSORAS)	2021 NE 422	MICROSENS S/A	R\$ 80.748,76
PROAD Nº 1486/2020	APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2021 NE 300	ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME	R\$ 41.173,58
PROAD Nº 1470/2021	CONTAINER DE 6 M COM 02 BANHEIROS	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	2021 NE 400065	PHC LOUREIRO PRODUÇÕES EM EVENTOS EIRELI	R\$ 39.000,00
AQUISIÇÕES/CONTRATAÇÕES (MAIORES DESTAQUES) - TOTAL					R\$ 1.592.821,30

Estas Aquisições/Contratações estão alinhadas ao Plano Estratégico 2021-2026 deste Regional, aprovado pelo Ato TRT7 nº. 64/2014 e observam, em especial, o previsto nos seguintes Objetivos Estratégicos - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica (Aprimorar as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a desenvolver processos inovadores, com suporte de sistemas digitais integrados de gestão de pessoal, de aquisições, de finanças, bem como os relacionados às atividades de compliance e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência - Alinhamento aos Macrodesafios do Poder Judiciário: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária) e Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e a Proteção de Dados (Garantir o aprimoramento, a integridade e a disponibilidade dos sistemas de informação e dos bancos de dados mantidos pela Justiça do Trabalho, por meio de mecanismos de controle consistentes, bem como a modernização de ativos e tecnologias que visem à implementação de grandes bases de dados e aplicação de inteligência artificial para a melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Alinhamento aos macrodesafios do Poder Judiciário: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados).

Desfazimento de Ativos

O TRT7, Exercício de 2021, realizou 02 (dois) Processos de Desfazimento de Ativos, entre Doações e Inutilizações/Abandonos.

Os Ativos desfeitos totalizaram R\$ 4.348,87 (quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais, e oitenta e sete centavos), destacando-se os seguintes: a) Bens Móveis em Geral (Mobiliário, Equipamentos Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos); b) Bens Móveis Intangíveis (Licenças de Software).

PROCESSO TRT7 / PROAD	NÚMERO DE ITENS BAIXADOS	VALOR DOS BENS BAIXADOS (APÓS REAVALIAÇÃO)
PROAD Nº. 99/2021 – TRANSFERÊNCIA DIRETA PARA O TRT6 DE 02 (DUAS LICENÇAS DO SOFTWARE REAL APPLICATION CLUSTERS *(1))	02	R\$ 2,00
PROAD Nº. 1526/2020 - EDITAL DE DESFAZIMENTO DE BENS DMLOG Nº. 01/2021 - DOAÇÃO - LOTES DESERTOS - TERMO DE INUTILIZAÇÃO/ABANDONO - DECRETO Nº. 9373/2018 E LEI Nº. 12.305/2010 – ASCAJAN (RECICLAGEM)	64	R\$ 1.693,95
PROAD Nº. 1526/2020 - EDITAL DE DESFAZIMENTO DE BENS DMLOG Nº. 01/2021 - DOAÇÃO - LOTES DESERTOS - TERMO DE INUTILIZAÇÃO/ABANDONO - DECRETO Nº. 9373/2018 E LEI Nº. 12.305/2010 – SOCRELP (RECICLAGEM)	24	R\$ 1.618,20
PROAD Nº. 1526/2020 - EDITAL DE DESFAZIMENTO DE BENS DMLOG Nº. 01/2021 - DOAÇÃO) - LOTE ADJUDICADO - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DOADOS À UFC *(2)	44	R\$ 1.034,72
TOTAL	134	R\$ 4.348,87

Observação *(1): A Quantia de R\$ 2,00 se refere a um valor simbólico atribuído aos Bens Móveis Intangíveis (Licenças de Software), por ocasião de seu Cadastramento Patrimonial no Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP (PROAD nº. 7359/2018)

Observação *(2): Este Desfazimento/Doação, consignado(a) no PROAD nº. 1526/2020 tramitou no Exercício de 2021, sendo que a UFC somente retirou os Bens Permanentes em questão no início do Exercício de 2022, quando foi efetuada a correspondente Baixa Patrimonial.

PROCESSOS DE DESFAZIMENTO DE ATIVOS	OS ATIVOS DESFEITOS TOTALIZAM CERCA DE
2	R\$ 4.348,87

Locação de Imóveis e Equipamentos

No Exercício de 2021, o TRT7 manteve 03 (três) Contratos de Locação de Imóveis de Terceiros, situados nas seguintes localidades:

- 1) no Bairro de Messejana, no Município de Fortaleza;
- 2) no Município de São Gonçalo do Amarante; e
- 3) no Município de Aracati.

1) O primeiro Imóvel acima mencionado se destina à finalidade administrativa. Situado em Messejana, abriga o Acervo Arquivístico de Processos Judiciais de 1ª Instância deste Regional. Além dos processos judiciais, o Imóvel tem sido utilizado pela Seção de Cadastro de Bens - SCB/Divisão de Material e Logística - DMLOG, como abrigo temporário de Bens e Equipamentos de Informática em processo de Desfazimento.

2) O segundo Imóvel supracitado se destina à finalidade judiciária, pois abriga a Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante. Em 31 de dezembro de 2020 expirou o contrato de locação do Imóvel de São Gonçalo, e, conforme previsto em Cláusula Contratual, o TRT7 desocupou o mesmo em 90 (noventa) dias. Portanto, aluguéis referentes ao Imóvel localizado em São Gonçalo do Amarante foram pagos apenas até março de 2021. A partir de 1º de abril de 2021, as instalações foram realocadas para um Imóvel cedido pelo CREA/CE.

3) O terceiro Imóvel mencionado se destina também à finalidade judiciária, pois abriga a Vara do Trabalho de Aracati.

Os valores mensais de Locação variam de R\$ 2.725,50 (dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), dependendo do Imóvel. Desta forma, mensalmente, até março de 2021, o TRT7 despendeu um total de R\$ 10.725,00 (dez mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) com Despesas atinentes à Locação de Imóveis. A partir de abril de 2021, o total mensal passou a ser de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com a entrega do Imóvel de São Gonçalo do Amarante.

PROCESSO TRT7	MUNICÍPIO	CONTRATO TRT7	VALOR DA LOCAÇÃO
PROCESSO TRT7 Nº. 3.022/2013 (PROAD Nº. 4693/2019)	ARACATI	CONTRATO TRT7 Nº. 16/2013	R\$ 3.000,00
PROCESSO TRT7 Nº. 1.056/2014 (PROAD Nº. 4354/2019)	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CONTRATO TRT7 Nº. 19/2014	R\$ 2.725,50
PROCESSO TRT7 Nº.10.515/2013 (PROAD Nº. 4724/2019)	MESSEJANA FORTALEZA	CONTRATO TRT7 Nº. 40/2014	R\$ 5.000,00
TOTAL		134	R\$ 4.348,87

Endereços dos Imóveis Locados

Imóvel destinado a abrigar a Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante

Endereço: Rua Santos Dumont, 28, Bairro: Centro - **São Gonçalo do Amarante - CE**

Contrato TRT7 nº. 19/2014 e Respectivos Aditivos - Valor Mensal da Locação: R\$ 2.725,50 - (3º Termo Aditivo - Fevereiro/2016) - Obs.: Imóvel desocupado 90 (noventa) dias após contrato haver expirado em 31/12/2020.

Imóvel destinado a abrigar a Vara do Trabalho de Aracati

Endereço: Avenida Coronel Alexanzito, 503, Bairro: Centro, Aracati-CE

Contrato TRT7 nº. 16/2013 e Respectivos Aditivos - Valor Mensal da Locação: R\$ 3.000,00

Imóvel destinado a abrigar o Acervo Arquivístico de Processos da 1ª Instância

Endereço: Rua Perolina de Moraes, s/n - Bairro: Messejana (Paupina) - Fortaleza-CE

Contrato TRT7 nº. 40/2014 e Respectivos Aditivos - Valor Mensal da Locação: R\$ 5.000,00 (7º Termo Aditivo - Abril/2020)

Endereços dos Imóveis Próprios

Imóveis do Complexo TRT7 Sede

Casa Sede / Casa Branca

Endereço: Avenida Santos Dumont, 3384, Bairro: Aldeota, Fortaleza- CE

Edifício Anexo I

Endereço: Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077, Bairro: Aldeota, Fortaleza-CE

Edifício Anexo II

Endereço: Rua Vicente Leite, 1281, Bairro: Aldeota, Fortaleza- CE

Complexo Fórum Autran Nunes

Imóvel Edifício Manoel Arízio Eduardo de Castro

Endereço: Av. Tristão Gonçalves nºs 968 (Avenida Duque de Caxias, 1150), Bairro: Centro - **Fortaleza-CE**

Imóvel Dom Hélder Câmara

Endereço: Av. Tristão Gonçalves nº 912 - Bairro: Centro - **Fortaleza - CE**

Imóvel Anexo I (Antiga DRT)

Endereço: Av. Tristão Gonçalves nº 936 - Bairro: Centro - **Fortaleza - CE**

Depósito/Galpão do Acervo Arquivístico do Fórum Autran Nunes - Antigo Imóvel Anexo II (Casa D. Ricardina)

Endereço: Av. Tristão Gonçalves, 930 - Bairro: Centro - **Fortaleza - CE**

Endereços dos Imóveis Próprios - Varas da Região Metropolitana e Interior do Estado do Ceará

Imóvel do Fórum Trabalhista de Caucaia

Endereço: Av. Contorno Sul, s/n - Bairro: Planalto Caucaia - **Caucaia-CE**

Imóvel do Fórum Trabalhista de Maracanaú

Endereço: Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, 80 - Bairro: Parque Antônio Justa - **Maracanaú - CE**

Imóvel da Vara do Trabalho de Pacajus

Endereço: Av. Vice-Prefeito Expedito Chaves Cavalcante S/N - Bairro: Cruz das Almas - **Pacajus - CE**

Imóvel do Fórum Trabalhista do Cariri - Juazeiro do Norte

Endereço: Rua Rafael Malzoni, 761, Bairro: São José - **Juazeiro do Norte - CE**

Imóvel do Fórum Trabalhista de Sobral

Endereço: Av. Lúcia Sabóia nº 500 - Bairro: Centro - **Sobral-CE**

Imóvel do Fórum Trabalhista de Quixadá

Endereço: Rua Tenente Cravo, nº 775 - Bairro: Campo Velho - **Quixadá - CE**

Imóvel da Vara do Trabalho de Baturité

Endereço: Rua Major Pedro Catão nº 450 - Bairro: Mondego, **Baturité - CE**

Imóvel da Vara do Trabalho de Tianguá

Endereço: Rua Manoel da Rocha Teixeira, S/N - Bairro: Planalto - **Tianguá - CE**

Imóvel da Vara do Trabalho de Limoeiro do Norte

Endereço: Rua Cândido Olímpio de Freitas, 1.655 - Bairro: Centro - **Limoeiro do Norte-CE**

Imóvel da Vara do Trabalho de Crateús

Endereço: Rua Hermínio Bezerra nº 801 - Bairro: Planalto CE-075 - **Crateús-CE**

Imóvel da Vara do Trabalho de Iguatu

Endereço: Rua José de Alencar, s/nº - Bairro: Bugi - **Iguatu-CE**

Cessão de Imóveis

No Exercício de 2021, o TRT7 manteve a Cessão do Imóvel localizado no Eusébio e acrescentou uma Cessão, a de um Imóvel localizado em São Gonçalo do Amarante. Destarte, em 2021 o TRT7 dispunha de 02 (duas) Cessões de Imóveis:

1. Eusébio - Cessão Gratuita - 01 (um) Imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Eusébio. Esta Cessão é sem ônus para a União Federal e viabiliza o funcionamento da Vara do Trabalho de Eusébio e, assim, destina-se à finalidade judiciária.
2. São Gonçalo do Amarante - Cessão Onerosa - 01 (um) Imóvel cedido pelo CREA/CE. Esta Cessão é com ônus, com valor mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), para a União Federal e viabiliza o funcionamento da Vara do Trabalho de Eusébio e, assim, destina-se à finalidade judiciária.

Endereços dos Imóveis Cedidos

Imóvel da Vara do Trabalho de Eusébio

Endereço: Rua Dermerval Carneiro nº 115, Bairro: Centro, Eusébio - CE

Imóvel da Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante

Endereço: Rua Paulo Costa, s/n, Bairro: Carioca, São Gonçalo do Amarante - CE

Mudanças e Desmobilizações Relevantes

No decorrer do Exercício de 2021 não ocorreram Desmobilizações, no âmbito deste Regional.

Quanto às Mudanças significativas, destacamos que houve a realocação da Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante de Imóvel Locado por Terceiros para um Imóvel Cedido pelo CREA/CE com ônus.

Mudanças e Desmobilizações Relevantes

Aperfeiçoar a Gestão Patrimonial com a Implantação do Mapeamento e Descrição de Processos, com vistas a minimizar riscos, facilitar a identificação de responsáveis por cada fase do processo e reduzir prazos.

Aprimorar os Processos de Desfazimento de Bens Permanentes, de modo a não ampliar o quantitativo de Bens Permanentes Inservíveis, reduzindo cada vez mais a necessidade de espaço para Guarda.

Avaliar a possibilidade de Implantação do Almoxarifado Sustentável, promovendo ainda Ações de Sensibilização quanto ao Consumo Consciente.

Gestão de Segurança Patrimonial e de Autoridades

Divisão de Segurança e Transporte (DSET)

O presente relatório busca, de forma sintética, mostrar as atividades realizadas pela Coordenadoria de Segurança Institucional e Transporte – CSIT, no âmbito do tribunal regional do trabalho da 7ª região, tendo como referências os serviços de operações, administrativos e de inteligência. Os dados apresentados foram obtidos a partir da coleta sistemática e aferição por meio dos sistemas de controle disponíveis. Dessa forma, procurou-se evidenciá-los por serviços, inclusive com uma apresentação mais simples, visando maior e melhor amplitude da percepção e o alcance do dimensionamento das atividades desenvolvidas.

Divisão de Segurança e Transporte em Números

Quadro de pessoal, estagiários e quantidade de empregados terceirizados sob a fiscalização da DSET.

CATEGORIA	QUANTIDADE
	TRT
Técnico Judiciário - Agentes de Segurança	32 ¹
Técnico Judiciário - Telefonia	2
Técnico Judiciário - Transporte	17
Terceirizados (Supervisores)	2
Terceirizados (Vigilantes)	11
Estagiários	3
TOTAL	102

Obs.: ¹Paulo Sérgio Viana chaves – presta serviço na Ejud

Controle de registro de visitantes do Tribunal

CATEGORIA	QUANTIDADE
Visitantes Anual na 2ª instância	160
Autorizações para trabalhar no final de semana	81

Ordens de missão - 10

MISSÕES	QUANTIDADE
Realizar segurança de autoridades e Ações de Presença	22
Plantão emergencial e de Contingência	365
TOTAL	387

Armas acauteladas pela DSET

ARMAS DE FOGO	QUANTIDADE
Tribunal	1
Fórum	3
TOTAL	4

Atividades desenvolvidas pela Divisão de Segurança e Transporte, na área de segurança, transporte e administrativa

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	QUANTIDADE
Eventos e cursos	25
Contratos de fiscalização	7

Principais ocorrências registradas – BIO's.

PRINCIPAIS OCORRENCIAS REGISTRADAS – BIO's.	QUANTIDADE
Eventos e cursos	2

Atividades desenvolvidas pela área de comunicação (antigo setor de telefonia)

ORDENS DE SERVIÇO PARA OPERADORAS E MANTENEDORAS	
Especificação da contratada	Número de ordens de serviço
Operadora Oi (linhas diretas)	5
Operadora Algar (linhas do PABX do TRT Sede)	3

ORDENS DE SERVIÇO PARA OPERADORAS E MANTENEDORAS	
Especificação da contratada	Número de ordens de serviço
Mantenedora Ascot (PABX do TRT Sede)	6 preventivas e 27 corretivas
Mantenedora Telecom (PABX Varas do Interior)	66 preventivas e 5 corretivas

Obs: Ressalte-se que em todas as segundas feiras, quer seja dia útil ou feriado, atualizamos entre 7h30min e 8h o desvio de chamadas no ramal do Plantão Trabalhista.

Relatório de atividades do Setor de Transporte

A Seção de Transportes procurou oferecer a todos aqueles que acorrem a esta seção um excelente atendimento e um excepcional serviço, proporcionado melhores condições de trabalho aos servidores e Magistrados desta Justiça especializada, observando sempre metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico do E. TRT da 7ª Região.

Atividades desenvolvidas Saídas de Veículos em missões oficiais

SAÍDAS DE VEÍCULOS EM MISSÕES OFICIAIS	QUANTIDADE
Saídas em Fortaleza	831
Saídas/viagens para varas do interior	56

Quilometragem Percorrida na Seção de Transportes - ST

QUILOMETRAGEM PERCORRIDA EM 2021	Total de: 55.430 km
Em Fortaleza - Veículos de Serviço	6.231 Km
Em Fortaleza - Veículos de representação/Gabinetes	16.263 Km
Região Metropolitana e Interior	40.974Km

Quantitativo relativo ao consumo de combustível do regional

CONSUMO DE COMBUSTIVEL EM 2021	Total: 7.297,13 litros
Gasolina Comum	3.099,29 Litros
Óleo diesel S10	4.197,84 Litros

Quantitativo relativo aos custos com manutenção da frota de veículos oficiais

CUSTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS EM 2021	Total R\$ 54.889,48
Aquisição de Peças de Reposição e Lubrificantes	R\$ 33.450,31
Contratação de Serviços (Consertos - Mao de Obra)	R\$ 13.795,042
Serviços de Limpeza e Lavagem de Veículos	R\$ 24.068,24

Núcleo de Cerimonial

Com a função de elaborar e realizar todas as solenidades no âmbito da Justiça do Trabalho no Estado do Ceará, o Núcleo de Cerimonial, ligado à Secretaria-Geral da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, desenvolveu as seguintes atividades:

Palestras, cursos, debates e seminários

O Núcleo de Cerimonial trabalhou na organização, na realização e na apresentação de diversos palestrantes em cursos, seminários, debates e reuniões realizadas no âmbito do TRT-7ª Região, inclusive as realizadas pela Escola Judicial do nosso Tribunal, onde destacamos os seguintes eventos:

- ▶ Curso Coleta de Provas;
- ▶ Curso Compliance Poder Judiciário;
- ▶ Curso Credor Trabalhista;
- ▶ Curso Direito Emergencial;
- ▶ Curso Discriminação e Ação;
- ▶ Curso Efeitos da Falência;
- ▶ Curso Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- ▶ Curso Ferramenta Confluence;
- ▶ Curso Gestão Eficiente;
- ▶ Curso LGPD;
- ▶ Curso PJECOR;
- ▶ Curso Sistema INFOSEG;
- ▶ Curso Ferramenta ZOOM;
- ▶ Curso Exposição Dialogada;
- ▶ Palestra Pilares do Direito do Trabalho;
- ▶ Palestra Saúde e Imunidade Emocional;
- ▶ Debate Semana do Meio Ambiente;
- ▶ I Congresso Internacional em Inteligência Sistêmica;
- ▶ Curso Atualização Jurisprudencial com Base no STF;
- ▶ Curso E-Gestão e PJE: Otimizando Essa Interação;
- ▶ Curso Ferramentas Tecnológicas Aplicadas as Rotinas da Magistratura;
- ▶ Curso Gestão e Fiscalização de Contratos e a Nova Lei de Licitações;
- ▶ Curso a Importância da Gestão de Riscos na Governança Institucional;
- ▶ Curso Sistema de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP;
- ▶ PROAD para Novos Servidores do TRT – 7ª Região;
- ▶ Curso Processo de execução – Teoria Geral, Especificidades e Busca de Bens do Executado;
- ▶ Curso Segurança de Informação;
- ▶ Curso Atualização Trabalhista: Impactos das Alterações Legislativas e Jurisprudenciais Ocorridas em 2020 e 2021 no Direito do Trabalho;
- ▶ Curso Processo Trabalhista na Prática;

- ▶ Curso PJE CALC – Assistente de Juiz;
- ▶ Diálogo sobre Inovação – TRT7 vs JF/CE vs TJ/CE;
- ▶ III Encontro de Teletrabalhadores e Seus Gestores do TRT7 ;
- ▶ 6º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho;
- ▶ Encontro de Mulheres da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho;
- ▶ Oficina de Escrita Criativa e Poética;
- ▶ Oficina de Capacitação Sobre Gestão de Resíduos com Metodologia Lixo Zero;
- ▶ Semana TRT7 de Combate ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Trabalho;
- ▶ Curso Desenvolvimento de Competências Gerenciais;
- ▶ Curso Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária – AJ/JT – Cadastro, Nomeação e Pagamento e seu Reflexo no PJE;
- ▶ VI Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho.

Solenidade de posse dos novos Diretores do TRT-7ª Região

O Núcleo de Cerimonial deste Tribunal trabalhou na elaboração e realização da solenidade de Posse dos novos diretores do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Diretores de Secretaria e Divisão).

Solenidade de posse da Diretoria da Escola Judicial e Ouvidoria do TRT-7ª Região

O Cerimonial da Justiça do Trabalho da 7ª Região elaborou, realizou e conduziu a solenidade de posse dos desembargadores eleitos para a direção da Escola Judicial e da Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Solenidade de posse dos magistrados removidos

O Núcleo de Cerimonial deste Tribunal trabalhou em conjunto com o Cerimonial da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho na realização da Solenidade de Posse dos Magistrados contemplados no Procedimento Nacional de Remoção Unificados e aprovados no I Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho, evento esse realizada de forma telepresencial.

Solenidade de aposição do retrato do Des. Plauto Carneiro Porto na galeria de Presidentes deste Tribunal

O Núcleo de Cerimonial deste Tribunal trabalhou na elaboração e condução da solenidade de aposição do retrato do Des. Plauto Carneiro Porto na galeria de presidentes desta Corte.

Solenidade de posse dos novos servidores do TRT-7ª Região

O Cerimonial da Justiça do Trabalho da 7ª Região elaborou e conduziu a solenidade de posse dos novos servidores do quadro efetivo do TRT – 7ª Região, e realizou o tour de apresentação das instalações.

Webinar aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho no Ceará

Sob a bandeira temática “Ações Conjuntas para o aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional no Primeiro Grau”, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Ceará e a Associação dos Advogados Trabalhistas do Ceará - ATRACE realizou *Webinar*, no formato telepresencial, conduzido pelo Cerimonial deste Tribunal.

Webinar saúde e segurança no trabalho: como investir na construção do trabalho seguro em tempos de crise

Sob a bandeira temática “Saúde e segurança no trabalho: como investir na construção do trabalho seguro em tempos de crise”, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região em conjunto com o grupo de comunicação O Povo realizou *Webinar*, no formato telepresencial, conduzido pelo Cerimonial deste Tribunal.

Semana do meio ambiente

O Cerimonial do TRT-7ª Região ficou responsável pela condução dos trabalhos realizados na Semana do Meio Ambiente que envolveu diversos órgãos públicos cearenses, dentre eles destacamos: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Universidade Federal do Ceará-UFC; Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Justiça Federal no Ceará. O evento ocorreu no formato Telepresencial.

Solenidade dia do servidor público

O Cerimonial do TRT-7ª Região ficou responsável pela condução dos trabalhos realizados no dia do servidor público com entrega de placas e medalhas referentes ao programa de premiação de magistrados e servidores no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Solenidade de inauguração do Inova7

O núcleo de cerimonial deste Tribunal realizou e conduziu a solenidade de inauguração do Escritório de Projetos do Inova7.

Solenidade entrega de armas de eletrochoque

O cerimonial do TRT da 7ª Região elaborou e conduziu a solenidade de entrega de armas de eletrochoque realizado na sala de sessões deste Tribunal.

Solenidade de inauguração do Fórum Desa. Laís Maria Rossas Freire – São Gonçalo do Amarante

O núcleo de cerimonial participou da organização e realização da solenidade de inauguração do fórum Desa. Laís Maria Rossas Freire no município de São Gonçalo do Amarante com o apoio da prefeitura municipal daquela localidade.

Solenidade de entrega das Medalhas da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho

O núcleo de cerimonial realizou a Solenidade de Entrega das Medalhas da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho no ano de 2021 às personalidades indicadas pelos membros deste Tribunal.

Na condição de secretário da Ordem, este chefe do núcleo de cerimonial também organizou todos os expedientes e providenciou a aquisição das honrarias.

Recepção de autoridades

No ano de 2021, com o receptivo e acompanhamento do Núcleo de Cerimonial deste Tribunal recebemos algumas autoridades em visita institucional, dentre elas destacamos: o Procurador-Geral de Justiça do estado do Ceará; o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza; o Vereador Carmelo Neto e o Superintendente Estadual Ceará do Banco do Brasil, assim como Desembargadores de outros tribunais federais e estaduais, Prefeitos Municipais e Deputados Federais.

No dia-a-dia este Cerimonial também participou da recepção de autoridades dos três poderes constituídos em visitas oficiais à Presidente desta Corte.

Outras atividades do cerimonial

O Chefe do Núcleo de Cerimonial deste Tribunal faz informações diárias dos convites recebidos pela presidente da corte e a orienta quanto ao evento (virtual ou presencial) colhendo os dados (local, link de acesso), além de fazer o acompanhamento dos compromissos confirmados.

Diversos

Diariamente o Cerimonial deste Tribunal encaminha ofícios e telegramas de agradecimento e/ ou representação em resposta a convites para solenidades recebidos pela presidência desta Corte.

O cartão de aniversário da presidência tem sua entrega feita pelo Núcleo de Cerimonial, em homenagem as autoridades constituídas, aos magistrados e servidores ativos e inativos do TRT do Ceará.

Gestão Documental e da Memória

Seção de Biblioteca

Não há dúvidas de que a pandemia afetou a dinâmica de funcionamento nas organizações e na qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, a Seção de Biblioteca deste Regional procurou disponibilizar recursos de informação jurídica para contribuir na capacitação, formação e educação continuada dos magistrados e servidores, como também, intensificou sua atuação, executando estratégias para contribuir na melhoria da qualidade de vida do corpo funcional da instituição.

Odisseias Literárias

Destacamos a continuidade do Projeto Odisseias Literárias com 9 edições durante este ano, realizado com o propósito de fazer conexões de grandes autores e textos literários sobre temas de interesse para instituição como:

- ▶ saúde mental;
- ▶ a participação feminina mais efetiva nos espaços de poder;
- ▶ a violência contra mulher;
- ▶ a paternidade;
- ▶ relacionamentos interpessoais saudáveis;
- ▶ suicídio, dentre outros.

Essas atividades foram veiculadas por meio do Youtube e chegamos a mais de 1.600 visualizações.

E-book e impressos

Nessa perspectiva garantimos oficinas de escrita e poesia e duas publicações nos formatos E-book e impresso, conforme os itens abaixo:

- ▶ *E-book*: uma Antologia de poemas, contos e crônicas sobre a temática paterna intitulado: "Vivências paternas" disponível em: <https://www.trt7.jus.br/files/publicacoes/antologia-poetica-vivenciaspaternas.pdf> contando com 15 participantes e 15 textos literários;
- ▶ Realizamos em parceria com a EJUD7 um mini curso: nos passos da poesia, ministrado pela servidora Diana Maia da CJUSC em 16 de setembro com participação de 15 servidores;
- ▶ Realização de Oficina de Escrita Criativa e Poética em parceria com a EJUD7, ministrada pelo escritor Lucão - <https://www.lucaoescritor.com/> com 30 participantes.

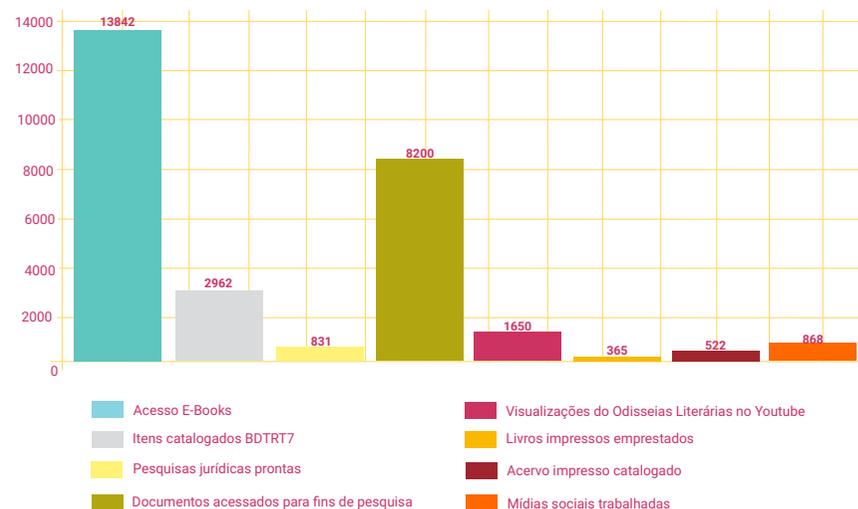
Essas atividades que estimulam a escrita e a leitura literária, bem como tudo que é resultado dessas atividades, como a integração das pessoas e o contato com a arte e cultura, fazem uma diferença no ambiente de trabalho, porque é uma dimensão vivencial que torna as pessoas mais sensíveis, empáticas e humanas. Essas atividades estão alinhadas ao Ato TRT7.GP nº 94/2019 e aos ODSs 3, 4 e 8 que objetivam assegurar uma vida saudável por meio de ações que promovam saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Intensificamos a atuação junto à EJUD7, realizando Pesquisa Jurídica Pronta composta por artigos, legislação, vídeos, podcast, notícias, dentre outros, sobre o conteúdo a ser trabalhado para que alunos possam se familiarizar antecipadamente com a temática do evento ou aprofundar os conteúdos após o curso.

Tais instrumentos são guias com o objetivo de facilitar a elaboração de referências de obras consultadas e citadas e relação de fontes eletrônicas de acesso aberto para utilização nas pesquisas jurídicas, disponibilizados em:

BIBLIOTECA EM NÚMEROS	
DADOS	RESULTADOS
ACESSO E-BOOKS	13.842
BDTRT7	2.962
PESQUISAS JURÍDICAS PRONTAS	831
DOCUMENTOS ACESSADOS PARA FINS DE PESQUISA	8.200
VISUALIZAÇÕES DO ODISSEIAS LITERÁRIAS NO YOUTUBE	1.650
LIVROS IMPRESSOS EMPRESTADOS	365
ACERVO IMPRESSO CATALOGADO	522
MÍDIAS SOCIAIS TRABALHADAS	868

Biblioteca em números



Seção de Gestão Documental

A Seção de Gestão Documental do TRT7 é a unidade custodiadora de quatro diferentes acervos arquivísticos, quais sejam: o Acervo de processos judiciais de 1ª instância, o Acervo de processos judiciais de 2ª instância, o Acervo de documentos e processos administrativos e o Acervo de pessoal.

Durante o ano de 2021 a Seção coordenou o Projeto de Gestão do Acervo Arquivístico de 1ª Instância da Capital, preservando, conforme todos os critérios normativos estabelecidos, a documentação de guarda permanente permitindo também a eliminação segura do acervo remanescente, tendo recebido por este projeto o prêmio Alta Performance, na categoria Unidades e Equipes de Trabalho da TRT7.

Outro projeto a qual a Seção encontra-se vinculada é o Projeto de Digitalização do Acervo de Pessoal, conferindo e disponibilizando os dossiês dos servidores para a unidade de digitalização.

Para além dos projetos acima citados, seguem as atividades de rotina executadas pela unidade:

- ▶ Gerenciar (Arquivar, cadastrar em sistema, desarquivar, emprestar, dar acesso à consulta):
 - Toda a documentação administrativa do Tribunal arquivada. Ex: Processos de aquisição de material, processos para pagamento de diárias e passagens, proposições para alteração da estrutura funcional, entre outros;
 - A documentação física de todos os servidores ativos e inativos do TRT;
 - Os processos judiciais de 2ª Instância físicos arquivados;
 - Aproximadamente 80.000 (oitenta mil) processos judiciais de 1ª instância micro filmados (processos que fariam parte da guarda histórica);
- ▶ Arquivar todos os processos de Honorários Periciais (físicos e digitais);
- ▶ Realizar atendimento balcão de advogados, partes, procuradores e público externo em geral, permitindo o acesso aos acervos físicos judiciais e microfilmados;
- ▶ Realizar atendimento as unidade de Gestão de Pessoas, disponibilizando a documentação necessária ao atendimento das atividades das mesmas;
- ▶ Inventário dos processos judiciais de 2ª Instância, a fim de disponibilizar o acervo que não possui informações nos sistemas de consulta;
- ▶ Inventário do Acervo Administrativo (contendo três mil caixas), a fim de aperfeiçoar os espaços físicos ocupados;
- ▶ Atender pesquisadores de diversas áreas fornecendo a documentação necessária a realização de suas pesquisas;

- ▶ Elaboração de Certidões de Processos Judiciais eliminados;
- ▶ Elaborar relatórios e prestar informações referentes às atividades do Setor;
- ▶ Conferir e validar a frequência de servidores e estagiários;
- ▶ Controle, gestão e responsabilidade financeira sob de 588 bens permanentes;
- ▶ Controle, gestão e responsabilidade financeira sob bens de consumo.

Gestão dos acervos



Seção de Memória

Em 1º de maio de 2021, a Justiça do Trabalho completou 80 anos de existência. Para marcar a data, a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) instituíram um comitê para planejar ações comemorativas desse marco histórico durante todo o ano, cabendo aos regionais desenvolverem atividades ligadas à Memória Institucional. Por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mediante a Resolução nº 316/2020, foi instituído o DIA DA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO - 10 DE MAIO, que também tem calendário de atividades. Diante da demanda, elencamos, pois, algumas atividades realizadas nos dias 1º e 10 de maio com a temática central **Histórias que a Memória não Esquece - 80 anos da Justiça do Trabalho** como foco para o desenvolvimento das ações.

Atividades realizadas 2021:

- ▶ Filme: Histórias que a Memória Não Esquece - 2020: o Ano em que o Mundo Parou
- ▶ Linha do tempo: A Pré-história da Justiça do Trabalho
- ▶ Podcasts - 8 episódios
- ▶ *Histórias que a Memória Não Esquece - 8 Décadas da Justiça do Trabalho do Ceará - de 1941 a 2021.
- ▶ *#tbt80anosJT e #Biografias -

*Textos disponibilizados nas redes sociais do TRT-7 toda quinta-feira - 32 publicações no total (9 #tbtBiografias e 23 #tbt)

Assessoria Técnica de Publicações Oficiais (ATPUBLI-DEJT)

A Assessoria Técnica de Publicações Oficiais editorou eletronicamente as publicações oficiais do TRT7, adotando critérios de normatização. Organizou, editorou e publicou os atos normativos, atualizou e disponibilizou o Regimento Interno, o organograma do Tribunal e executou a gestão regional do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT).

Gestão do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do TRT-7 (DEJT)

- ▶ DEJT - 360 Diários publicados
- ▶ Cadastro de unidades publicadoras
- ▶ Cadastro de publicadores
- ▶ Cancelamento de matérias administrativas e judiciárias
- ▶ Revisão dos normativos antes da publicação
- ▶ Resoluções de problemas de publicações (VTs, SETIC, Gestor Nacional do DEJT)

Detalhamento do quantitativo do trabalho de editoração, de disponibilização e atualização dos normativos do Tribunal realizado pela ATPUBLI-DEJT.

Editoração, disponibilização e atualizações das páginas:

- ▶ Atos Covid-19 - 13
- ▶ Atos Corregedoria - 1
- ▶ Atos da Presidência - 54
- ▶ Atos Conjuntos - 19
- ▶ Atos Provimentos e Vacância - 347
- ▶ Designação de Fiscais - 94
- ▶ Portarias da Presidência - 46
- ▶ Portarias da Presidência (diárias) - 46
- ▶ Portarias da Diretoria-Geral - 26
- ▶ Portarias da Diretoria-Geral (diárias) - 183
- ▶ Portarias da Escola Judicial - 3
- ▶ Portarias da Divisão de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais - 2
- ▶ Portarias da Secretaria de Gestão de Pessoas - 2
- ▶ Portarias VTs e Diretorias dos Fóruns - 31
- ▶ Portarias Turmas - 1
- ▶ Normativos de designação de comissões e Comitês - 42
- ▶ Designação de Fiscais - 106
- ▶ Resoluções - 34
- ▶ Recomendações Corregedoria - 4
- ▶ Comunicados (Corregedoria) - 1
- ▶ Comissões e comitês (Diretoria-Geral; Tribunal; Normativos de designação)
- ▶ Editais (Secretaria de Gestão de Pessoas; da Corregedoria, Varas do Trabalho, Escola Judicial, Presidência, Divisão de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais, Leilões de Varas e diretorias de Fórum)

Assessoria Técnica de Jurisprudência (ATJURIS)

A Assessoria Técnica de Jurisprudência realizou pesquisas de matérias de interesse do Tribunal no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), cadernos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Diários de Justiça Eletrônica do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Diário Oficial da União (DOU) - Sessão I para divulgação em informes enviados às unidades do tribunal interessadas, via e-mail, e disponibilizados na intranet; atendeu às solicitações de pesquisas jurisprudenciais; elaborou Boletins de Jurisprudência; respondeu, juntamente com a SETIC, o questionário do Comitê de Jurisprudência do CNJ sobre o diagnóstico dos serviços de Jurisprudência, bem como participou do webmar promovido pelo Comitê para apresentação do Relatório do Diagnóstico dos Serviços de Jurisprudência do Poder Judiciário e, ainda, do Webmar Jurisprudência: Diagnóstico e Boas Práticas.

ATJURIS EM NÚMEROS JAN/DEZ - ANO 2021	
PUBLICAÇÕES	
Informes Judiciais	216
Boletins de Jurisprudência	2
PESQUISAS EM JORNAIS OFICIAIS	
DEJT TST (cad. Jud e Adm)	265
DEJT CSJT	160
DJE STF	247
DOU (Sessão I)	246

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

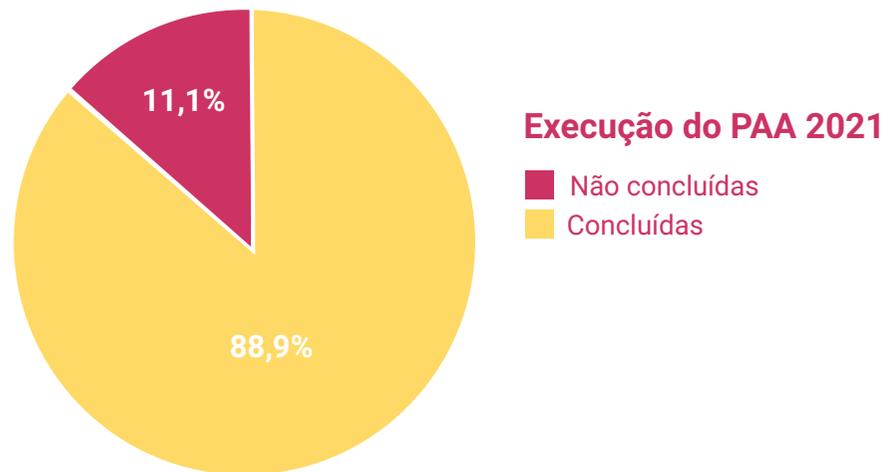
As atividades realizadas pela Secretaria de Auditoria Interna (SAUDI), no exercício de suas competências legais e regulamentares durante o ano de 2021, deram-se prioritariamente em cumprimento ao Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) 2018/2021 e ao Plano Anual de Auditoria (PAA) - 2021.

EXECUÇÃO DO PAA-2021

Trabalhos de auditoria realizados, conforme o PAA

Do total de 9 ações inicialmente previstas no PAA-2021 (Proad 5857/2020), foram realizadas 8 ações típicas de controle avaliativo, na forma de auditorias, atingindo um nível de execução de 89%, considerado bom pelos critérios de aferição de desempenho estabelecidos no referido plano anual de auditoria.

O gráfico a seguir retrata o panorama geral do desempenho da SAUDI no exercício de 2021:



Consultorias Realizadas

A consultoria é uma das vertentes típicas da atividade de auditoria interna e consiste em serviços de assessoramento, aconselhamento e treinamento, que devem ser fornecidos à alta administração e demais gestores com a finalidade de respaldar as operações da organização, especialmente, no aperfeiçoamento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos da gestão.

Em que pese a ausência de previsão de ações de consultoria no PAA 2021 e a despeito das diretrizes gerais estabelecidas para a realização de consultorias na Resolução CSJT nº 282/2021, arts. 18 usque 20, merecem registro as seguintes iniciativas de aconselhamento dadas à alta administração por conta de mudanças de cenário externo, em reunião ocorrida logo no início do ano:

- ▶ adequar o Tribunal aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visto que a Lei nº 13.709/2018 estava em vigor, na sua plenitude, desde agosto de 2020;
- ▶ avaliar a oportunidade e conveniência de o Tribunal instituir um programa de integridade para fomentar as práticas corretas e tratar riscos de fraudes, irregularidades e outros atos ilícitos a melhoria do processo de deferimento e pagamento do benefício, mediante o mapeamento do processo e execução do gerenciamento de riscos; ação conjunta com os outros Diretores Gerais dos Regionais perante o Comitê Gestor do SIGEP-JT, com vistas a sistematizar o Mapa de Tempo de Contribuição, a partir de regras de negócio bem estruturadas e críticas de sistema, dentre outras recomendações.

Outra iniciativa de aconselhamento dada a alta administração do Tribunal (PROAD 6680/2021), merecedora de menção neste relatório de atividades, consistiu na sugestão de o TRT7 investir, em uma primeira etapa, na certificação compulsória de todos os seus dirigentes - Secretários e Diretores - na norma ISO 31000:2018 de gestão de riscos, que é o padrão referencial considerado na Resolução Normativa TRT7 nº 11/2021, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos deste Regional.

Por fim, registre-se proposta feita por esta Secretaria no PROAD 367/2021, para avaliar a oportunidade e conveniência de o Tribunal, ou em uma perspectiva mais abrangente, o CSJT, firmar um termo de cooperação com o INSS a fim de dispor de acesso permanente à base de dados do Sisobi, com o objetivo de mitigar risco de pagamento a servidores e pensionistas falecidos.

Principais Resultados das Auditorias Concluídas em 2021

Com fundamento nas conclusões dos trabalhos de auditoria encerrados ao longo de 2021, apresenta-se, em apertada síntese, um relato sintético com os principais resultados das auditorias concluídas em 2021.

Abono de Permanência

A auditoria constatou a necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos para a melhoria do processo de deferimento e pagamento do benefício, mediante o mapeamento do processo e execução do gerenciamento de riscos; ação conjunta com os outros Diretores Gerais dos Regionais perante o Comitê Gestor do SIGEP-JT, com vistas a sistematizar o Mapa de Tempo de Contribuição, a partir de regras de negócio bem estruturadas e críticas de sistema, dentre outras recomendações.

Folha de pagamento (GAS e VPNI - Quintos/Décimos)

Trata-se de auditoria remanescente do PAA 2020, cujo resultado foi encaminhado à Presidência com 23 (vinte e três) propostas de recomendações, todas acolhidas e transformadas em determinações, com vistas a melhoria dos controles internos administrativos relacionados ao pagamento dessas vantagens, mitigando riscos, mormente de pagamentos indevidos.

Prestação de Contas do Exercício de 2021

Trata-se de atribuição legal bastante representativa nas demandas de trabalho da SAUDI, derivada das disposições da IN-TCU nº 84/2020, que estabeleceu a realização anual de auditoria financeira integrada com conformidade, com vistas a certificar, de forma clara e precisa, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes expressos no relatório de gestão deste Tribunal.

Foram encaminhadas quatro propostas de recomendação, todas acolhidas pela Presidência e convertidas em determinação, com o objetivo de melhorar a qualidade das informações contábeis divulgadas pelo Tribunal, subsidiar a tomada de decisão e fortalecer a prestação de contas à sociedade.

Ação Coordenada de Auditoria - Acessibilidade Digital

Ação típica de controle avaliativo prevista no PAA-2021 em auxílio mandatário aos órgãos superiores do Poder Judiciário, representado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que teve como objetivo avaliar a acessibilidade digital no âmbito do TRT7, quanto ao cumprimento das normas regulatórias sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Os testes aplicados apontaram que os *websites* da *internet* e da *intranet* do Tribunal não atendem ao modelo de acessibilidade do governo eletrônico. Compartilhados com a SETIC e DCS os problemas levantados em reunião conjunta, antes do envio do questionário ao CNJ, de pronto a SETIC tornou visível o *plugin* VLibras na página da *internet* do TRT7.

Ações de Monitoramento

O monitoramento consiste em ação que tem por escopo verificar se as medidas implementadas pela(s) unidade(s) auditada(s) estão de acordo com as determinações expedidas pela Presidência e, principalmente, se foram suficientes para solucionar a situação apontada como inadequada pela auditoria.

No ano de 2021, a equipe da SAUDI efetuou 4 (quatro) monitoramentos e deu início a 3 (três) outros, dos quais 2 (dois) já se encontram concluídos e 1 (um) em processo de revisão pelo supervisor do trabalho.

Em resumo, foram atendidas 4 (quatro) determinações; 3 (três) permaneceram pendentes e 1 (uma) foi baixada por perda de objeto.

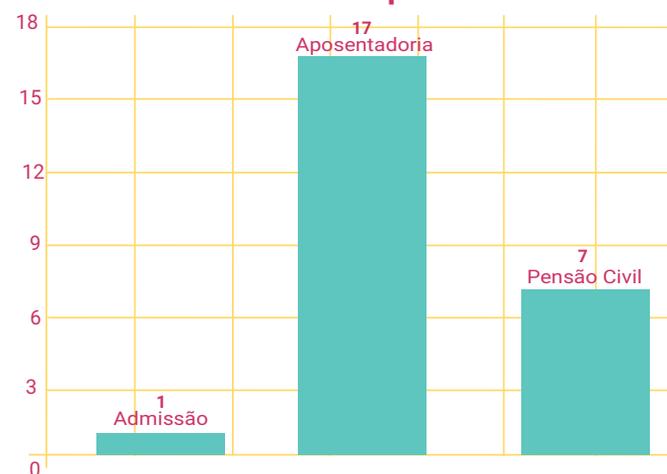
Apreciação da Legalidade de Atos de Pessoal

Um destaque a ressaltar na atividade de auxílio ao controle externo é a análise da legalidade de atos de pessoal sujeitos a registro do TCU, mediante sistema e-Pessoal, a qual se constitui em ação de controle permanente por força do disposto no art. 74, IV, da Constituição Federal de 1988, e art. 11 da IN-TCU 78/2018.

A teor do art. 11, § 1º, do mencionado normativo, o parecer do órgão de controle interno e os respectivos atos de admissão e de concessão deverão ser colocados à disposição do TCU, no e-Pessoal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento do ato.

No exercício de 2021, a SAUDI emitiu 25 pareceres de atos de pessoal, assim distribuídos:

Pareceres expedidos



Controle do cadastro de indícios no módulo E.Pessoal

Além das auditorias, pareceres de análise e monitoramento de recomendações, esta Secretaria também mobilizou esforços bastante significativos em ações voltadas ao tratamento de indícios de irregularidade cadastrados no módulo próprio do sistema e-Pessoal.

No exercício de 2021, foram encaminhados à Presidência 183 (cento e oitenta e três) despachos, com vistas a subsidiá-la no posicionamento a ser adotado em relação a cada um dos indícios, bem como foram remetidos ao TCU, via referido sistema, 134 (cento e trinta e quatro) esclarecimentos sobre indícios de irregularidade suscitados pela Corte de Contas da União.

Principais riscos e fragilidade de controle do tribunal e avaliação da governança institucional

A lista adiante, de natureza não exaustiva, elenca algumas fragilidades de controle do Tribunal, que foram identificadas em trabalhos de análise e avaliação executados por esta Secretaria no exercício 2021, as quais têm o condão de gerar impactos negativos expressivos para a gestão do TRT7, a saber:

Elaboração Manual do Mapa de Tempo de Contribuição

A elaboração manual do mapa de tempo de contribuição, documento fundamental para subsidiar a instrução processual de abono de permanência e aposentadoria, configura falha gritante de controle interno na área de Gestão de Pessoas e uma das principais causas de retrabalho em processo de concessão de aposentadoria, além de ensejar risco de deferimento indevido de abono de permanência.

Automatizar essa tarefa, a partir de regras de negócio bem definidas e críticas de sistema, se mostra um desafio que deve ser perseguido incessantemente pela administração do TRT7, como instrumento de melhoria da gestão e, por corolário, da governança.

Redução da força de trabalho, em decorrência das altas taxas de aposentadoria, acaba por comprometer a continuidade dos serviços e o cumprimento de metas institucionais

Constatou-se uma diminuição progressiva da força de trabalho ao longo do tempo e a projeção de aposentadorias nos próximos anos evidencia um cenário futuro com altas taxas e a consequente redução da força de trabalho neste Regional.

Registros cadastrais deficientes e/ou inconsistentes de servidores, que ensejam pagamentos indevidos de quintos/décimos

Constatou-se a ocorrência de pagamentos de VPNI (quintos/décimos) sem o correspondente lastro temporal suficiente de exercício de função gratificada para a incorporação, bem como pagamento de décimos de função gratificada superior à devida, tendo como causa-raiz inconsistências no Cadastro de Cargos/Função Comissionada do sistema Mentorh.

Cultura de governança ainda incipiente e, por corolário, cultura de gestão de riscos é praticamente inexistente

Não obstante a alta administração do Tribunal tenha aprovado importantes medidas no ano de 2021, voltadas para o aperfeiçoamento da governança e gestão da instituição, dentre as quais se destacam as Resoluções Normativas 11/2021, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do TRT7; 71/2021, que institui o Plano de Gestão de Riscos do TRT7; 10/2021, que estabelece a Política de Integridade do TRT7, bem como a instituição do Plano de Integridade do TRT7 - 2021/2022, não se pode olvidar que este Tribunal ainda padece de uma cultura de governança e de gestão incipiente, praticamente inexistente, o que enseja uma dificuldade para implementar a política aprovada pela Resolução TRT7 nº 11/2011, fato diagnosticado pelo próprio Comitê de Gestão de Riscos.



<https://www.trt7.jus.br/>



@trtceara